



Alimento: Direito Sagrado

Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros



Alimento: Direito Sagrado

Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros

Presidenta da República Federativa do Brasil

Dilma Rousseff

Vice-Presidente da República Federativa do Brasil

Michel Temer

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tereza Campello

Secretário Executivo

Rômulo Paes de Sousa

Secretário Executivo Adjunto

Marcelo Cardona

Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Maya Takagi

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Paulo Jannuzzi

Secretária Nacional de Assistência Social

Denise Colin

Secretário Nacional de Renda de Cidadania

Tiago Falcão

Secretária Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza

Ana Fonseca



Alimento: Direito Sagrado
Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros

Organização

Luana Lazzeri Arantes
Monica Rodrigues

Coordenação Editorial

Marcelo Rocha

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica e Ilustrações

Alessandro Mendes

Revisão

Thaise Leandro
Iara Monteiro Attuch

Fotos

Tamires Kopp
Marcelo Curia

Equipe Editorial

Kátia Ozório
Romário Silva
Tatiane Dias
Tomás Nascimento

Tiragem: 2.500 exemplares

Impressão: Gráfica Brasil

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Alimento: Direito Sagrado – Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2011.

200 p. 21 cm.

ISBN: 978-85-60700-50-9

1. Comunidades tradicionais, Brasil. 2. Terreiros, Inventário, Brasil. 3. Candomblé, Brasil. 4. Alimentos.

CDU 398.1: 641(81)

© 2011 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Todos os direitos reservados.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI)

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 340

70054-906 | Brasília | DF

Telefone: (61) 3433-1501

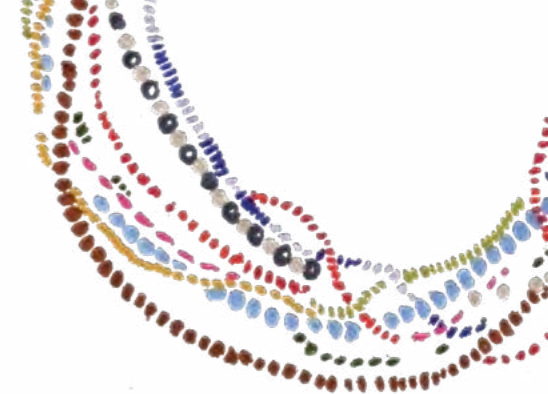
www.mds.gov.br

Fome Zero: 0800-707-2003

Solicite exemplares desta publicação pelo e-mail: sagi.dfd@mds.gov.br

Sumário

Apresentação	15
Introdução	25
A economia do axé: Os terreiros de religião de matriz afro-brasileira como fonte de segurança alimentar e rede de circuitos econômicos e comunitários José Jorge de Carvalho	37
A voz do terreiro Mãe Nalva Baba Tayandô	75
Axé entre as montanhas Tat'etu Arabomi Roselane Andrea Silva	83
Religiosidade militante e pesquisa-ação Carmem Lucia Silva de Oliveira (Mãe Carmem de Oxalá) Kelly da Silva Moraes	91
A luta por reconhecimento, reparação e direitos Jayro Pereira de Jesus (Omo Òrisà) Iyabassé Vera Regina Paula Baroni	97
Construindo uma pesquisa compartilhada: notas sobre a proposta metodológica Junia Torres Lara Cyreno Marcelo Vilarino Rafael Barros	103
Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros – Síntese de Resultados Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	131





WITH W

LEBRANÇADOS

R

LE

BAR

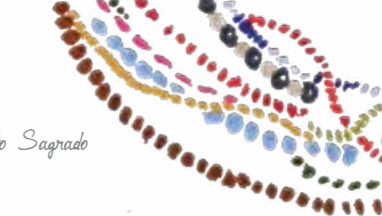
+

+





Apresentação



O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. A partir desta política, para as ações do Governo Federal, povos e comunidades tradicionais passaram a ser definidos como os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – que preside a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – tem promovido pesquisas, como aquelas realizadas na área da segurança alimentar e nutricional para comunidades quilombolas, a fim de tornar visíveis esses grupos, até então pouco estudados, além de serem vítimas de diversas formas de preconceito e intolerância.

Foi neste contexto que, em 2010, realizou-se a **Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros**, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e com a Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), que buscou retratar a situação das casas de religião de matriz africana e afro-indígena e suas contribuições às políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Esta é a pesquisa que temos o prazer de disponibilizar ao público em geral e aos pesquisadores e formuladores de políticas públicas, em especial.

Os espaços de prática das religiões de matriz africana são, no Brasil, não apenas locais de culto religioso, mas também instrumentos de preservação das tradições ancestrais africanas e de luta contra o preconceito e de combate à desigualdade social. Cabe ainda destacar que os terreiros, em sua maioria, estão localizados em áreas de vulnerabilidade social e caracterizam-se como espaços de solidariedade, acolhimento e promoção de ações sociais para toda a população que vive em seu entorno.

Dada a centralidade do alimento nas tradições africanas, no cotidiano dos terreiros, é prática central a distribuição de comida, o que levou as lideranças dessas comunidades tradicionais a demandarem do MDS o acesso às políticas públicas específicas e estruturantes que atendam à comunidade de praticantes desta tradição e do entorno de suas casas, que se encontram em situação de insegurança alimentar.

A **Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros** sublinha o potencial transformador dos terreiros em relação ao seu entorno, dando visibilidade às suas práticas tradicionais marginalizadas pelo preconceito e permitindo a sua valorização, assim como o reconhecimento destes espaços também como de atendimento e de prestação de serviços à comunidade.



Com esta pesquisa, o Estado brasileiro reforça o compromisso com o direito humano à alimentação adequada, garantindo a esses povos e comunidades o respeito às práticas ritualísticas tradicionais, conjugado à valorização do patrimônio cultural brasileiro e ao combate à intolerância religiosa. Essas ações têm, ainda, o importante papel de fortalecer o combate à extrema pobreza no Brasil, um dos pilares da gestão da presidenta da República, Dilma Rousseff.

Tereza Campello

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Luiza Bairros

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

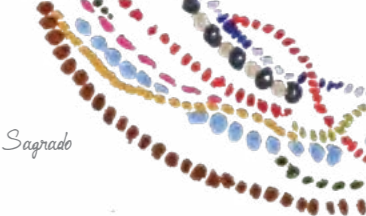








Introdução



A **Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro**, realizada em 2010, nas Regiões Metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre é fruto da luta dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros por visibilidade e respeito perante a sociedade brasileira.

Foi no seio dos debates realizados pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), especificamente na Comissão Permanente que discute a Segurança Alimentar e Nutricional da População Negra e dos povos e comunidades tradicionais, que nasceu a demanda das comunidades tradicionais de terreiros por serem identificadas por pesquisas oficiais, com o objetivo de serem atendidas não apenas por ações emergenciais de segurança alimentar e nutricional, mas também por políticas sociais estruturantes.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) acolheu a demanda e em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção à Igualdade Racial (SEPPIR) e a Fundação Cultural Palmares elaborou o edital que, por meio de acordo de cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), resultou na contratação da Associação Filmes de Quintal (AFQ), instituição que efetuou a pesquisa.

Os resultados aqui apresentados foram gerados por um trabalho conjunto entre as Secretarias de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) e de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do MDS, e apontam caminhos para concretização da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, recentemente instituída por meio do Decreto nº 7.272 de 2010, no sentido de garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso à alimentação adequada e saudável de modo permanente e com respeito às suas necessidades biológicas e culturais.

Os resultados quantitativos e qualitativos indicam a necessidade de atenção focada do poder público no sentido de desenvolvimento de políticas sociais específicas para os povos, as casas de terreiros e seu entorno, dada a situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional em que se encontram. Além de trazer novos elementos para os formuladores e executores das políticas de desenvolvimento social, o mapeamento dos terreiros evidenciou a riqueza cultural que compõe o universo dos terreiros, seus hábitos, visão de mundo e práticas sociais.

A metodologia de pesquisa utilizada no mapeamento, construída no diálogo contínuo da SESAN com a AFQ, merece destaque no propósito de caracterizar esse universo, dando voz aos sujeitos da pesquisa e abrindo espaço para o protagonismo de seus membros na oficialização dos dados que lhes dizem respeito. Compõe-se assim o mosaico cultural definido no Decreto nº 6.040 de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais,



no que diz respeito às comunidades tradicionais de terreiros, seus territórios tradicionais e a perspectiva de um desenvolvimento sustentável para esses grupos diferenciados.

Por fim, os resultados da pesquisa fortalecem a construção de um país diverso, nas questões de raça, gênero e etnia, colaborando com a valorização da cultura afro-brasileira e afro-indígena e buscando redimensionar as relações sociais e políticas em favor da igualdade e do respeito à diferença, tal como firmado pelo Estatuto da Igualdade Racial de julho de 2010.

Maya Takagi

Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Paulo Jannuzzi

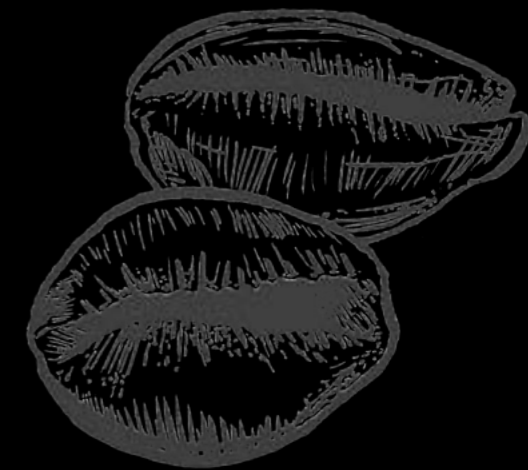
Secretário de Avaliação e Gestão da Informação











A economia do axé:
Os terreiros de religião de matriz
afro-brasileira como fonte
de segurança alimentar
e rede de circuitos econômicos
e comunitários

José Jorge de Carvalho

Departamento de Antropologia
Universidade de Brasília

I. A rede do povo de santo

O Inventário Socioeconômico e Cultural dos Povos e das Comunidades Tradicionais de Terreiros, ora realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social nas capitais e regiões metropolitanas de Belém-PA, Recife-PE, Belo Horizonte-MG e Porto Alegre-RS, além de significar uma importante conquista dos povos de terreiro, é também uma realização inovadora e justa do Estado brasileiro. Não há dúvidas quanto à necessidade de um maior acúmulo de conhecimento por parte do poder público sobre quem são, como vivem e como se organizam os povos de terreiro, representantes das diversas matrizes religiosas de origem africana no Brasil, as quais conformam, em seu conjunto, uma completa matriz civilizatória, com tradições de sabedoria de vida, convivência, economia, arte, filosofia, psicologia, relação com a natureza e espiritualidade que nos distinguem positivamente no rol das nações do mundo. Este mapeamento possibilitará, entre outras ações, um aperfeiçoamento dos instrumentos e diretrizes norteadores das políticas sociais direcionadas a esse segmento para que o povo de santo (ou povo do axé, como é também chamado) tenha acesso efetivo ao conjunto de bens e serviços públicos (de que são fartamente merecedores), os quais são necessários para a melhoria de suas condições de vida¹.

Conforme esperamos argumentar, já é tempo de a sociedade brasileira, em sua totalidade múltipla e diversa, começar a se inspirar nas comunidades de santo para desenvolver um modo de vida que seja mais autossustentável, baseando a reprodução da vida no cultivo de plantas alimentícias e medicinais mais variadas e sem agrotóxicos, em plantações também de pequena e média escala, ao invés de generalizar para todo o país a escala gigantesca do agronegócio transnacional, respeitando e preservando o meio ambiente onde elas nascem e crescem. Já é hora também de retornarmos ao consumo de animais mais saudáveis, tal como já foi nossa prática antes da explosão da criação de rebanhos e de aves em grande escala industrial que praticamos hoje em dia, e de voltarmos a valorizar a variedade de espécies e de tipos de animais, incentivando uma escala de produção comunitária, ou não monopolista, de criação e consumo.

Em torno dos terreiros de matriz africana – e aqui incluímos toda sua imensa variedade de formas: candomblés (Kêtu, Ijexá, Gêge, Gêge-Mahin, Angola), xangôs (Nagô e Xambá), tambores de mina (Casa das Minas, Nagô, Fanti Ashanti, etc.), batuque, tambores de encantaria, candomblés

¹No caso de Salvador, um mapeamento similar ao presente foi realizado em 2006, sob a coordenação de Jocélio Teles dos Santos (SANTOS 2008).



de caboclo, jurema, pajelança, terecô, jarê, pomba, umbanda, omolocô, quimbanda, entre tantos outros, dos mais ortodoxos e fechados aos mais abertos e “traçados”, que incluem as divindades de origem indígena europeia e oriental – existe uma gigantesca rede de trocas e comércio de bens e serviços que envolve centenas de ocupações e ofícios distintos e que mobiliza uma rica produção de pequena e média escala. A vida religiosa dos terreiros e a vida espiritual de cada um dos seus membros não podem apoiar-se no circuito industrial hegemônico, que passa pelos supermercados e pelas empresas de maior porte, pois os bens materiais produzidos, distribuídos e controlados pelo grande capital não atendem às necessidades rituais dos terreiros (e também não atendem às necessidades cotidianas do povo de santo e da gigantesca e complexa rede de pessoas e de serviços articulada em torno dos terreiros, como procuraremos argumentar ao longo do texto).

Na visão do povo de santo, os produtos da grande indústria (e muito particularmente os alimentos industrializados) são objetos sem axé, que não podem ser oferecidos aos orixás, ao ori ou aos eguns: sua energia está comprometida pela própria natureza despersonalizada, profana e inclusive violenta que caracteriza a produção massificada capitalista. O filho de santo não sabe por quais mãos passou o produto, em que tipo de condição espiritual estavam os que confeccionaram, testaram, empacotaram, armazenaram, transportaram, distribuíram e que finalmente venderam os produtos, sejam eles frutas, legumes, carnes, roupas, adornos, etc.²

Os objetos e alimentos com axé – ou seja, os objetos que possuem uma energia vital positiva que serão oferecidos às entidades e com os quais os iniciados entrarão em contato – somente são encontrados na rede econômica e social gerada em torno do povo de santo. A esta rede viva, intensa, personalizada e em plena expansão é o que denominamos de economia do axé.

A economia do axé é uma rede econômica que merece todo o apoio do Estado, primeiramente para fazer justiça à sabedoria de séculos preservada pelos povos de santo; em segundo lugar, porque ela é exemplo de sustentabilidade econômica e, a partir dela, é possível construir outro modelo de crescimento e desenvolvimento econômico, mais harmônico que o modelo cego, predador do meio ambiente e desagregador dos laços comunitários que predomina no Brasil, neste momento.

Os desafios do Estado em relação às comunidades de terreiro colocam-se, basicamente, em duas dimensões: por um lado, garantir o acesso institucionalizado aos seus territórios tradicionais e aos recursos que utilizam para a sua reprodução física, cultural, social e econômica, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária; por outro lado, promover, concomitantemente, políticas sociais de inclusão e o acesso diferenciado aos bens e serviços públicos de caráter

² Por razões de simplificação, generalizaremos o termo candomblé para referir a qualquer um dos tipos de religiões afro-brasileiras e os termos orixás, ori e eguns para referir-nos à imensa variedade de entidades cultuadas nos vários estilos de terreiros e casas de santo.

universal e específico, considerando sempre as aspirações e a realidade sociocultural desses povos e comunidades.

No final deste ensaio, apresentaremos um conjunto de propostas de políticas para o povo de santo relacionadas diretamente com a sua segurança alimentar e a economia do axé. Contudo, podemos sugerir aqui duas políticas específicas de inclusão dos sábios e sábias do povo de santo no sistema educativo, fundamental e superior. Por um lado, dar aos líderes religiosos dos terreiros de matriz africana o protagonismo principal nos cursos, previstos na Lei nº 11.465/2008 (que substituiu a Lei nº 10.639/2003), de História da África e Cultura Afro-Brasileira. Essa política permitirá que sejam os maiores especialistas nas religiões de matriz africana – a saber, os babalaôs, pais e mães de santo – que ensinem aos jovens de todo o país, no ensino fundamental e médio, as bases da cosmologia e do modo de vida próprio do povo de santo. Por outro lado, poderíamos também inserir os sábios e sábias dos terreiros no projeto Encontro de Saberes desenvolvido sob nossa coordenação, desde 2010, na Universidade de Brasília (UnB), com a finalidade de trazer mestres tradicionais na qualidade de professores da cátedra “Artes e Saberes dos Mestres Tradicionais”. Seria importante que, além da UnB, as universidades federais das cidades centrais para as religiões de matriz africana (como as da Bahia, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Maranhão, do Pará, do Rio Grande do Sul, entre outras) ofertassem o curso de Encontro de Saberes, privilegiando os mestres e mestras dos terreiros tradicionais para que eles fossem os professores dessa disciplina inovadora e inclusiva.

Para além do assistencialismo (em muitos casos obviamente urgente), há que escutar a sabedoria dos terreiros sobre a produção de alimentos, animais e vegetais; sobre as artes e os ofícios tradicionais; sobre a sustentabilidade diante dos recursos naturais e humanos; sobre as redes de produção e de consumo de bens e serviços que sejam capilares, multilaterais, justas e estáveis, em vez de monopolistas, desiguais, concentradoras e desequilibradas. Neste sentido, trata-se de uma grande tradição de sabedoria de vida, de espiritualidade, de construção de vida comunitária e também de modelo econômico que deve ser reconhecido como um dos grandes recursos civilizatórios do país.

De maneira geral, os povos e comunidades tradicionais possuem um histórico de baixo impacto ambiental, caracterizando-se como comunidades pequenas, ainda que interligadas extensamente, sustentadas por laços próximos de parentesco (de sangue e de santo) e principalmente por laços mais distantes de santo, que impõem solidariedade e reciprocidade entre o povo de santo, ou do axé, independentemente das afiliações mais ritualizadas de nação e de genealogias de casas, de pais e de mães de santo. Trata-se de um espaço social próprio, marcado por usos e práticas coletivas de controle e de gestão do território que perfazem uma realidade particular, demarcadora de uma identidade que se diferencia quase sempre pela capacidade de adaptar-se à pequena escala e ao



bem limitado para a reprodução da vida material. Na sua relação com o meio ambiente, o povo de santo é enfaticamente preservacionista: a natureza é sagrada e toda a força dos orixás que é passada para os seus filhos que se tornaram adeptos depende da natureza limpa, intacta, bem cuidada. Na verdade, a escala social e econômica dos terreiros é pequena, quando tomados cada um separadamente, na sua dimensão material, porém ampla e nacional se nos ativermos ao nível que melhor os define como instância histórica das comunidades tradicionais brasileiras: o povo de santo.

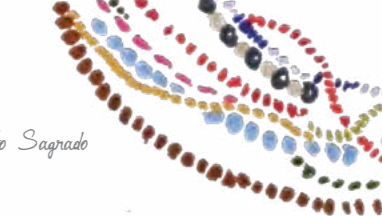
Na que se refere à segurança alimentar, relativa ao segmento de povos de santo, já existia um processo de discussão da questão fundiária no Brasil, quando os processos de tombamentos dos terreiros mais antigos e tradicionais apontavam uma perspectiva de arrefecer a especulação imobiliária. Essa discussão teve início em Salvador, porém ainda centrada no ponto de vista dos terreiros como bens culturais, sem uma reflexão maior, por parte de instituições como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), acerca do seu impacto sobre as práticas alimentares que preservam o meio ambiente e o quanto elas são fundamentais para os povos de terreiro. Como diz uma expressão clássica do mundo do candomblé,

“ko si ewe, ko si orixá” - “sem folhas, não há orixá”.

Onde há desmatamento e poluição não há orixá. E sem os orixás, a vida humana empobrece e se descontrola. Nesse processo especulativo (existente em todas as cidades foco do Inventário), as roças, antes parecidas com pequenas chácaras, vão se reduzindo à dimensão de pequenos lotes urbanos, gerando como consequência uma série de dificuldades em relação à diversidade de itens que são necessários para as práticas rituais das diversas nações de candomblé.

São várias as autonomias que estão sendo retiradas neste momento, simultaneamente, dos povos de terreiro no que concerne à soberania e à segurança alimentar. Primeiro porque, do ponto de vista fundiário, quando contavam com um terreno maior, em geral denominado de roça, estava bem assegurada uma biodiversidade fundamental para a vida religiosa e comunitária dos terreiros. O ideal sempre foi que o candomblé tivesse a sua roça completa; ou então, quando a roça era pequena, podiam buscar os ingredientes e implementos naturais que faltavam em outras roças, chácaras, feiras e mercados populares. Assim, construía-se a unidade completa dos axés requeridos para o serviço a todos os orixás cultuados na casa. Atualmente, as casas de santo se enfrentam com uma nova realidade, em que diminuiu drasticamente o tamanho das roças, o que fez enfraquecer a relação, mais estável até algumas décadas atrás, entre a economia rural, a economia urbana e suburbana. Não somente diminuíram o tamanho dos terreiros, mas diminuíram também os pequenos sítios produtivos e as unidades extrativistas que supriam os terreiros de animais, vegetais e materiais variados, em geral de cunho artesanal. A economia do axé, fixe-se bem, não se limita ao povo de santo, mas se estende ao circuito de bens e serviços que servem as demandas dos terreiros.





II. A formação dos terreiros no auge da escravidão

Apesar de o modelo mais conhecido historicamente ser o de Salvador, as histórias das religiões de matriz africana no Recife, em São Luís, Belo Horizonte, Maceió e Porto Alegre, entre outras capitais, se parecem neste particular: os templos foram formados dentro do perímetro urbano, muitas vezes na parte central das cidades, porém em contiguidade estrutural com os mercados, os portos, as áreas rurais periféricas, de onde vinham os produtos para a realização dos rituais e práticas religiosas cotidianas. Assim, o candomblé foi, desde a sua origem, mantido pela integração de um modo agrícola de produção com uma vida de urbe. Grande parte dos alimentos utilizados pelos terreiros vem da pequena produção – uma produção mercantil, obviamente, porém não regida pela lógica do grande capital. Esse mesmo modelo de uma articulação estável entre a vida urbana (metropolitana, inclusive) e a vida rural foi proposto, sem sucesso, pelos modernistas da construção de Brasília na metade do século passado – e que ainda se apresenta como um dos grandes desafios da sociedade brasileira atual.

É importante lembrar que toda a poderosa articulação em vários planos – social, político, econômico, espiritual – que possibilitou a formação dos primeiros terreiros de santo foi realizada entre meados do século XVII e o início do século XIX, é dizer, no auge da escravidão, quando o tráfico atlântico era ainda muito intenso e a população negra das cidades litorâneas – objeto do presente Inventário (além de Salvador, inventariada anteriormente)– vivia submetida a condições de extrema violência e miséria. Foi nesse contexto de precariedade e de mínimo acesso à propriedade (carência fundiária que afeta o povo de santo até os dias de hoje) que os líderes das diversas nações religiosas conseguiram fundar os terreiros e articular a rede de bens e serviços, urbana e rural, que permitiu a sua continuidade e expansão, a ponto de conformar hoje um circuito de milhares de terreiros – todos funcionando como microcomunidades de perfil urbano – do norte ao sul do país³.

Articulando as dimensões ambientais, territoriais e religiosas das tradições de santo, as roças funcionavam não apenas como fonte alimentar básica, mas também como locais onde se podiam desenvolver práticas rituais complementares àquelas desenvolvidas na área urbana. O símbolo mais evidente dessa integração urbano-rural nas religiões afro é o orixá Osanyin, com seu poder protetor sobre as matas. Não existe iniciação completa no candomblé sem o banho de folhas, daí a existência

de um cargo ritual para o cuidado com as plantas. O ogan Olosanyin é o encarregado de conhecer, identificar, apanhar as plantas saudáveis com um manejo sustentável e ajudar a preparar o amassi, ou abô, o líquido sagrado de Osanyin com o qual se lava ritualmente a cabeça do iniciado. Dentre outras características de sua sustentabilidade ecológica, a economia do candomblé exige a preservação de matas, com biodiversidade capaz de prover as centenas de espécies de plantas que pertencem aos orixás e que fazem parte do circuito do axé com o qual eles curam e protegem seus filhos⁴.

Do ponto de vista alimentar, a vida do povo de terreiro alterna momentos de escassez com momentos de abundância. Não conta com uma vida regular do ponto de vista da ingestão de comida, uma vez que os filhos de santo vivem períodos vinculados ao ciclo da festa, onde come-se muito, seguidos por períodos de privação alimentar, que coincidem com o refluxo do ciclo ritual anual, em que a comida escasseia. Trata-se em geral de um povo muito pobre e de baixa escolaridade – como pobre e pouco letrado é o povo negro no Brasil, e o povo de terreiro é majoritariamente negro. O padrão de residência nunca é o da família nuclear, mas da casa sempre aberta para acolher agregados, desabrigados e residentes temporários, o que torna a prática já carente de segurança alimentar ainda menos previsível e menos estável.

A lógica da festa é a lógica do tempo sagrado, que às vezes se conecta com o ciclo agrícola da colheita e às vezes dele se distancia, a depender dos mitos que orientam os calendários dos terreiros – tanto o calendário anual dos orixás quanto o calendário anual iniciático do ori de cada filho de santo, e também o calendário relacionado com o culto aos mortos (os eguns). Os ajustes produtivos são feitos, então, para uma forma de vida que inclui como prioritária a relação saudável com os orixás, com os eguns, com a família de santo centrada no terreiro e com o povo de santo em nível nacional e até internacional. O paradoxo da autonomia do povo de santo é justamente precisar contar com uma abundância sagrada, coletiva, e ter uma dificuldade crônica (devido à precariedade ocupacional da maioria dos seus membros) de garantir alimento saudável para todos – seres humanos, divindades e ancestrais – ao longo do ano.

Uma vez que os povos de terreiro perdem autonomia, ficam submetidos a uma outra lógica, a lógica da homogeneidade, que acaba sendo associada inclusive à fome, dada a monetarização irredutível e implacável da comida industrializada. A fome passa a ser uma nova realidade, porque o modo tradicional de relação com a comida nos terreiros não era exatamente de condição de fome,

³ Para uma história da formação dos primeiros terreiros de santo no Brasil, ver Carvalho (1998), Parés (2006) e Silveira (2010).

⁴ Sobre o mundo das plantas sagradas, ver Barros (1993), Barros e Napoleão (1999) e Verger (2009).



mas de adaptação, com maior ou menor sucesso, a situações alternadas de carência e abundância. Para os inseridos exclusivamente na economia capitalista dos alimentos, ou a pessoa está incluída ou, no caso de carência de recursos financeiros para consumir, estará inapelavelmente excluída. Para os que participam da economia do axé, não se trata de um jogo, simples e ao mesmo tempo cruel, de inclusão ou exclusão, mas de um jogo de inclusão na abundância ou inclusão na escassez.

No atual contexto urbano-rural, a casa de santo funciona como um grande quintal, que comporta alguns dos ingredientes dos axés de que necessitam os adeptos, um pouco mais longe estão os mercados de pequeno e médio porte, ainda dentro de um raio manejável para as pessoas dos terreiros urbanos. O abastecimento também é mantido pelo pequeno comércio. Em vários pontos dos bairros onde se localizam os terreiros estão as pequenas lojas de umbanda, comércios de pequena escala que têm produtos mais próximos do artesanal. Todas essas instâncias de produção e distribuição configuram uma ampla rede de comércio – complexa, difusa, intensa e extensa, altamente articulada em sua prática descentralizada de produção e circulação, ainda que sempre de pequena escala.

Se observamos a economia do axé com a perspectiva dos materiais utilizados, trata-se da reprodução, no Brasil, de um circuito comercial africano com tamanha inteireza a ponto de reproduzir os estilos estéticos associados aos materiais escolhidos para criar os símbolos religiosos próprios das diversas nações religiosas.

Na verdade, esse complexo mundo de saberes e ofícios de origem africana se reorganizou no Brasil no estilo das guildas ou corporações de ofício que já existiam na África e que se pareciam com as corporações de ofício aqui trazidas pelos portugueses. Essas corporações de ofício funcionaram sempre em uma relação de troca e de fusão com o povo de santo. Se nem todo ferreiro é filho de santo, o importante é que ele saiba confeccionar as armas e os símbolos dos orixás e as duas economias assim se retroalimentam e sobrevivem mutuamente. O candomblé necessita muito mais dos artesãos de ofício do que dos produtos industrializados e por isso estimula a continuidade das profissões artesanais de séculos de história e de memória. Enumeremos algumas das dimensões materiais da simbologia sagrada das religiões de matriz africana e as habilidades que são necessárias para sua existência.





III. Um mundo de artes, técnicas e saberes

As vestimentas das filhas de santo se caracterizam como uma das mais ricas em número de elementos, em beleza e elegância e na valorização do trabalho artesanal refinado, articulando uma imensa gama de materiais e técnicas de confecção: linhos, cambraias, algodões finos e grossos, bordados, rendas, richelieus, palhas, metais, couros, linhas, entre outros, para produzir a diversidade de componentes da sua indumentária: camisas, saias, anáguas, panos da costa, panos de cabeça, braceletes, anéis, colares, xumbetás, brincos, sandálias⁵. Somam-se a todo esse complexo vestuário básico as elaboradíssimas vestimentas dos orixás, que combinam ainda mais materiais, peças, cores e opções de figurinos seguindo as diferenças entre nações. Além das roupas dos adeptos, também os quartos de santo e os salões são decorados com panos de vários tipos, estilos e cores, demandando mais arte e mais especialistas para a composição estética e sagrada dos ambientes.

Além das costureiras e bordadeiras que produzem as roupas e os panos sagrados, o mundo do santo congrega inúmeros outros especialistas e artistas, entre os quais estão: os especialistas em couro, madeira, ferragens e pintura, que confeccionam os tambores e demais instrumentos musicais; os ferreiros, que confeccionam os símbolos de Exú, Ogum, Odé, Obaluaiê e Ossaim; os especialistas em latão e cobre, que confeccionam os símbolos de Oxum, Iemanjá e Orixalá; os marceneiros, que fazem as gamelas e os pilões de Xangô; os artesãos do barro, articulados com as olarias, que fazem os potes, alguidares e quartinhas; os artesãos das palhas (brasileiras e da Costa), que confeccionam as vestes de Ogum e os símbolos de Obaluaiê, Nanã e os adornos rituais dos filhos de santo.

Se suspendermos por um momento a discussão sobre a segurança alimentar mais imediata do povo de santo e dirigirmos nossa atenção para o conjunto cerimonial, ritualístico e na indumentária que conforma o mundo do santo – tanto dos adeptos quanto do terreiro como um templo religioso – a articulação de saberes, técnicas, artes, ofícios em torno da economia do axé é de uma variedade que impressiona como um dos grandes patrimônios tecnológicos, artesanais e artísticos do país como um todo.

Um grande exemplo dessa rede econômica do povo de santo são as baianas do acarajé, que foram as primeiras acumuladoras de capital entre os escravos, visto que as negras de ganho podiam ir para a rua vender seus produtos culinários⁶. Como eram escravas, devolviam uma parte do lucro

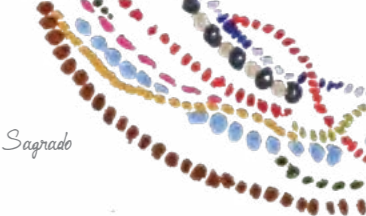
para o amo, porém retinham uma parte para si. Com essa parte guardada, elas puderam comprar as casas e as roças onde foram gestados os primeiros terreiros de candomblé da Bahia. Os candomblés de hoje são, portanto, herdeiros da capacidade de organização e poupança das mulheres escravas que vendiam comida na rua. Temos aqui, com toda certeza, uma inteligência do mercado africano que veio para o Brasil. Essas formas de comércio não vieram da Europa, mas do tipo intenso de mercado que existia nas cidades das costas da África, como Abomey, Lagos, Porto Novo, Cotonou, Akra, Luanda, etc.

Outro aspecto importante da forma de organização econômica dos terreiros é a própria atividade de construção das casas de santo. Trata-se de um processo colaborativo parecido com um mutirão sagrado, em que uma pessoa leva tijolos, outra cimento, outros oferecem seus ofícios de pedreiro, pintor, marceneiro, marmoreiro, electricista. A dinâmica das construções é ininterrupta, pois os terreiros estão sendo constantemente reformados, renovados, ampliados ou refeitos. Mesmo mantendo a estabilidade do quarto de santo, dos quartos de Exú, do quarto dos eguns e às vezes do centro do barracão onde se enterram os axés do ilê, uma casa de candomblé pode ser considerada como uma casa em constante construção. Trata-se de uma mobilização nem sempre planejada, na medida em que depende da ajuda, tida como obrigatória, de adeptos e filhos de santo mais próximos e também pela ajuda eventual, passageira e às vezes inconstante, de várias outras pessoas, que podem ou não estar ligadas à casa por preceitos ou vínculos religiosos. Mesmo com toda a sua precariedade, a dinâmica de cooperação e ajuda mútua é constante e ininterrupta.

O ponto fundamental da economia do axé, e que deve ser um objeto de reflexão profunda por parte do poder público no Brasil, é o seu potencial de resistência, preservação e ampliação de circuitos de trocas que ajudam a fortalecer a vida comunitária e mesmo sua autonomia, a ponto de poder ser descrita, com objetividade, como uma forma de economia solidária.

⁵ Para uma descrição das contas e adornos das filhas de santo, ver Lody (2001); para um exemplo da variedade de símbolos e materiais do candomblé, ver a Seleta do Acervo de Mãe Menininha do Gantois (2010).

⁶ Sobre a história das baianas do acarajé e sobre sua rede econômica atual, organizada em uma Associação, ver Martini (2007).

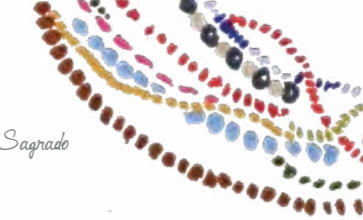


IV. A economia do axé como resistência à homogeneização das vestes e dos alimentos

Nos últimos cinquenta anos, os cidadãos brasileiros, principalmente os moradores de áreas urbanas, foram expostos a processos avassaladores de expansão do capitalismo que afetaram suas vidas em inúmeros planos, tanto objetivos quanto subjetivos. A indumentária das pessoas, que dependia em grande medida da compra de tecidos e das habilidades de centenas de milhares de costureiras e alfaiates, foi sendo homogeneizada pela indústria de roupas, que não somente reduziu a imaginação dos modelos como reduziu também a própria variedade de tecidos, cores, pigmentos, linhas, as quais possibilitavam combinações idiossincráticas locais, estaduais e regionais. Cada vez mais as pessoas se parecem na forma de vestir, mesmo vivendo em regiões muito distantes.

Contra essa avalanche homogeneizante e simplificadora, as religiões de matriz africana estimularam sempre a diversidade das vestimentas, sua escala pequena de produção e o trabalho artesanal imprescindível das costureiras e alfaiates. A padronização cultural no vestir já é tão alta no Brasil que existem praticamente apenas duas comunidades que ainda se distinguem como pertencentes a uma história local própria e que mostram claramente não pertencer à nossa sociedade de aparência ocidental massificada: as nações indígenas e o povo de santo.

Outro processo intenso de homogeneização, massificação e mesmo empobrecimento da imaginação e das práticas produtivas e de consumo é o processo de industrialização da comida e da criação confinada de animais em larga escala. As aves consumidas no país foram reduzidas atualmente, em 90% da produção, aos frangos de granja, todos exatamente do mesmo peso, tamanho, cor e que nem sequer se movimentaram durante suas curtas vidas como fazem os animais criados nos quintais, nas roças ou na capoeira. Além das aves de granja, o Brasil tornou-se campeão mundial na produção de gado bovino de corte além da grande produção de gado porcino, que passam pelo mesmo empobrecimento das granjas: todos de igual tamanho, peso, cor, sem atributos simbólicos específicos de nenhum tipo. A redução da variedade na forma de produção, na sua escala, aliada à redução das espécies (a qual foi influenciada por fatores estritamente econômicos, como o peso, a gordura, a adaptação a uma alimentação de ração dependente de hormônios de crescimento, e de transgênicos e de agrotóxicos) levou a um empobrecimento do saber e também da própria variedade culinária. A comida de origem animal no Brasil contemporâneo é marcada pela redução da variedade e pela alta concentração capitalista. O exato oposto da economia do axé. Vejamos.



V. Um povo religioso que cuida da natureza

Para dar de comer aos vários orixás, em um ciclo de obrigações extremamente complexo, os terreiros necessitam conseguir, nas feiras próximas ou suburbanas, uma enorme variedade de animais com características precisas: galinhas, galos e frangos brancos, vermelhos, amarelos, pretos e arrepiados; pintos brancos, marrons e pretos; cabras e cabritos brancos, marrons e pretos; bodes brancos, marrons e pretos; galinhas d'Angola; patos; carneiros; cágados; caramujos brancos. Nenhuma granja de escala industrial produz essa variedade de animais, pelo contrário, a prática estabelecida da produção de animais de grande escala é estabilizar uma variedade, de preferência aquela que exige menos tempo de chegada à idade de abate. No sentido oposto desta lógica da homogeneização, os terreiros de santo estimulam os pequenos produtores a preservar a variedade de tipos e espécies⁷.

Se tomarmos a perspectiva de um circuito de economia baseado na produção familiar agropecuária, os terreiros são um grande exemplo de resistência ao padrão simplificador e redutor de vida que a ambientalista indiana Vandana Shiva denomina de “monocultura da mente”: a introjeção de bens produzidos em série, estereotipados e reduzidos em sua variedade como é a monocultura do agronegócio de escala transnacional (SHIVA, 2003).

Pensando na sustentabilidade inerente à pluricultura – natural, vegetal e animal –, a relação mantida pelo povo de santo com as matas, rios, cachoeiras e demais espaços naturais é de grande importância. Muitos espaços naturais estão ainda preservados nas cidades inventariadas devido aos trabalhos feitos pelos adeptos para atender aos orixás, que exigem seus lugares de manifestação limpos e intactos. Onde existe despacho, é sinal de que as matas estão bem cuidadas e as lagoas e as cachoeiras têm água limpa. A relação dos terreiros com a terra e com a água é constitutiva e constante, e essa relação é sempre ambientalmente correta: respeitosa, preservacionista, amorosa e cuidadosa.

Um exemplo de feira que atende a essa extraordinária variedade de símbolos, objetos rituais, animais, vegetais e demais apetrechos necessários para os terreiros é a Feira de São Joaquim, em Salvador, que sobrevive há décadas sem descaracterizar suas fontes produtivas, sempre artesã-

⁷ Para uma etnografia dessa complexa cultura material dos rituais de terreiro, incluindo animais, vegetais, símbolos e implementos, ver Carvalho (1984).

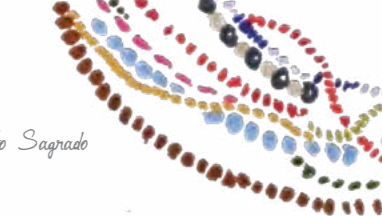


nais, de pequena escala e de produtos autônomos. Emblemática do padrão afro-brasileiro de vida (isto é, africana de origem e refeita no Brasil), a Feira de São Joaquim, que atende a toda a comunidade de terreiros da área metropolitana de Salvador, já foi comparada com o Mercado de São Paulo de Luanda, capital da Angola.

Equivalentes dessa feira são: o Mercado Central de Porto Alegre, o Mercado de São José do Recife e o Mercado Ver o Peso de Belém. Todos esses mercados são pontos de congregação e de distribuição dos materiais utilizados nos terreiros, que são consumidos também, de um modo ocasional ou intermitente, por um grande contingente de pessoas que gravitam em torno dos terreiros sem a eles pertencerem por meio de um vínculo ritual formalizado. No caso do Mercado Central de Porto Alegre, a marca do povo de santo é não somente econômica (com inúmeros postos de venda de produtos para os terreiros), mas também sagrada: no centro do pátio inferior do Mercado está assentado um Exú (chamado de Bará do Mercado) desde o início do século passado. Essa entidade Bará é roteiro obrigatório de visita e reverência para todo iniciado no batuque rio-grandense. Símbolo muito apto, portanto, do valor da economia do axé em escala nacional, o maior e mais famoso mercado de Porto Alegre faz parte do mundo sagrado do povo de santo brasileiro. Na verdade, a pujança e continuidade desses mercados tradicionais brasileiros se devem, em boa medida, à rede de produtos de axé que neles circula, vendidos nos diversos locais a eles destinados. Tal como descrevi em outro ensaio, intitulado A Força da Nostalgia (Carvalho 1988), as religiões afro-brasileiras estimularam também uma rede internacional de comércio de produtos sagrados entre a África e o Brasil: rotas constantes entre Lagos, Porto Novo, Recife e Salvador permitiam a chegada de produtos de axé de alta qualidade, como obi, orobô, noz de cola, búzios, pano da Costa, palha da Costa, miçangas, laguidibás, imagens, esculturas, contas de louça, de vidro, de âmbar, de cristal, de murano, etc.

Toda essa gigantesca economia do axé é simultaneamente de troca e também monetarizada, porém estimulando sempre, em todos os casos, a relação direta, face a face, entre produtor e consumidor, entre fornecedor e povo de santo. Essa economia rica e complexa, de escala nacional, valoriza a diversidade das ocupações tradicionais, dos ofícios, das artes, dos saberes, da agricultura, do extrativismo e da pecuária familiares. Estimula, além disso, a articulação da produção em dinâmicas de circulação plasmadas em feiras e mercados não industriais.





VI. O terreiro de santo como lugar de refúgio e hospitalidade

Qualquer pessoa que chegar a um terreiro em busca de proteção espiritual jamais terá sua presença negada. Sejam quais forem as circunstâncias, naquele dia a pessoa comerá, independentemente da nova divisão que se faça da comida disponível para os residentes, fixos ou passageiros, da casa de santo. Qualquer um que esteja em algum momento de trânsito ou desamparo em sua vida e que sinta o chamado de alguma entidade será acolhido no terreiro, pois sempre haverá alguma coisa que ela possa fazer como retribuição ao abrigo: limpar a casa, lavar roupa, ajudar na cozinha ou nas tarefas ligadas às diversas obrigações rituais. Essa troca de alimentos por serviços é uma das bases da vida econômica dos terreiros e nos reconduz à discussão sobre segurança alimentar: para contar com os serviços que apoiam a continuidade da vida religiosa, é preciso contar com um mínimo de excedente de alimentos para sustentar as pessoas acolhidas, mas esse excedente nem sempre está garantido.

A marca da economia do axé é a redistribuição e a hospitalidade. Conforme argumentei em outro ensaio: “Todos os seres humanos são filhos de Olorum e ninguém pode impedir a entrada de uma pessoa numa casa de santo se as entidades aceitam-na, convidam-na e a esperam. A casa de santo é, no sentido literal do termo, um local de refúgio. Em primeiro lugar, os terreiros foram refúgio de escravos em busca de algum consolo contra o sofrimento quase indescritível causado pela condição de sub-humanos a que foram reduzidos diante da violência escravizadora; depois foram refúgio de ex-escravos na sua luta por estruturar uma nova vida diante da situação de abandono em que foram jogados quando foi decretada a abolição formal da escravatura; em seguida, refúgio para a massa de negros pobres inserida na parte mais inferior do mercado de trabalho durante todo o século vinte; e ainda agora, refúgio para qualquer um, negro ou branco, que busque apoio nas entidades para vencer as dificuldades da vida” (CARVALHO, 2004). Essa hospitalidade irrestrita que transforma os terreiros em lares de refúgios é válida para os filhos de santo em âmbito nacional, atravessando as diversas nações e os diversos estilos religiosos. Neste sentido, o povo de santo talvez seja, entre todos os povos tradicionais brasileiros, o que melhor conseguiu articular-se nacionalmente, preservando as diferenças rituais e cosmológicas que distinguem e singularizam cada terreiro, porém sem deixar de afirmar uma identidade única reconhecida em todo o país: o povo de santo, ou povo do axé.

Enfim, trata-se realmente de um circuito gigantesco que poderia ser potencializado se houvesse mais investimento e fomento por parte do poder público. Os ofícios relacionados à economia do axé não são carreiras valorizadas no mundo industrial do consumo, porém, no mundo do axé e das periferias das grandes cidades, constituem-se como importante fonte de trabalho e renda para milha-

res de famílias. Nessa outra possibilidade de mundo em que exista quem necessite desses ofícios, pode-se tê-los como profissões, úteis e remuneradas dignamente.

Sintetizando o argumento central deste ensaio, lembremos então que os terreiros foram o foco de congregação e rearticulação de uma vasta gama de saberes científicos, tecnológicos, artísticos, artesanais, políticos, econômicos e espirituais dos povos africanos que foram capturados e trazidos à força para o Brasil na condição de escravos. Fiéis, porém, à sua perspectiva universalista, inclusiva, agregadora e aberta, os terreiros sempre combinaram, para sua preservação como foco de tradições religiosas afro-brasileiras, os saberes tradicionais africanos com os saberes tradicionais europeus e saberes indígenas. Foram gerando, ao longo de mais de dois séculos, um modo de vida em que há lugar para todos, existe abrigo para todos, comida para todos, ocupação e trabalho para todos, respeito para todos, porque todos os seres humanos têm um ori e todo ori tem seus orixás de guia. Todos têm orixá, ou vodum, ou inquice, ou qualquer outro tipo de entidade. Todas as entidades devem ser reverenciadas e todas as entidades exigem oferendas e demandam símbolos e objetos que sejam suporte do contato humano com elas.

As entidades possuem os seres humanos por meio da experiência espiritual do transe e o corpo que recebe as entidades deve estar preparado para esse encontro com o divino, daí a necessidade de que seu ori seja alimentado, confortado e fortalecido. Um ori individual fortalecido é condição necessária, mas não suficiente para a vida religiosa plena, pois também os ancestrais (eguns, vumbis e equivalentes) devem ser reverenciados, alimentados, convocados para a celebração com os seres humanos vivos e as entidades vivas. A presença de todos – seres humanos, entidades, ancestrais – compõe o egbé, a congregação articulada de todas as ordens que dão concretude ao que chamamos de comunidade, ou povo de santo, que é mais que uma mera soma de indivíduos que se reúnem periódica ou intermitentemente.

Para fortalecer o ori é preciso alimentos – frutas, doces, pratos preparados, pratos frios, pratos quentes, pratos cozidos, pratos crus, condimentos; é preciso roupas, vestes especiais, esteiras, braceletes, lenços de cabeça, enfeites que não se compram, mas que são feitos à mão. Para fortalecer e celebrar os orixás e seus equivalentes, é preciso tudo que o ori exige mais sangue vivo de animais sadios, em uma tipologia extremamente variada que não pode ser atendida pela pecuária de grande escala, porém que depende de um circuito de produtores de pequena escala; é preciso também uma variedade ainda maior de comida, conformando um dos saberes gastronômicos mais complexos (se não o mais complexo) do país⁸.

⁸ Sobre a culinária do candomblé ver, entre outros, Lody (1998).



É preciso também a articulação de objetos, apetrechos, símbolos, roupas, preparação de ambientes e espaços rituais, o que coloca em ação dúzias de especialistas diferentes, alguns necessariamente masculinos, outros necessariamente femininos, de modo a fazer de um ritual em uma casa de santo um microcosmo, uma condensação, um protótipo da variedade de habilidades manuais, técnicas e mesmo científicas, transmitidas oralmente por tradições de ofício que a sociedade brasileira gerou ao longo de séculos.

Indo além das obrigações realizadas no interior das casas de santo, os orixás e ancestrais demandam também celebrações realizadas diretamente no espaço da natureza plena. Assim, não somente o corpo que dá suporte ao ori deve ser cuidado, mas todo o entorno natural que faz possível a continuidade da vida humana deve também ser cuidado e preservado. Presentes para Oxum e outras entidades semelhantes são feitos em córregos, rios, cachoeiras e lagoas; presentes para Oxóssi e entidades semelhantes devem ser entregues nas matas; presentes para Iemanjá devem ser entregues no mar; presentes para Exú e entidades semelhantes devem ser entregues nas encruzilhadas urbanas, outros ainda, nas capoeiras, nos espaços liminares em que a urbe começa a acabar e a zona rural começa a aparecer.





VII. Fortalecer a economia do axé

Assim vistas, as religiões de matriz africana congregam os seres humanos para uma ação harmonizadora, preservadora e conduzente à saúde, ao bem-estar e à plenitude sem excesso que vai se manifestando de um modo espiralar, em círculos concêntricos e expansivos que convocam bens e serviços de inúmeros tipos e valores, sempre resistindo à desmesura e à acumulação desnecessária, porém gerando ao mesmo tempo uma riqueza que quase nunca se apresenta, justamente porque se distribui capilarmente pelos milhares de casas de santo, templos, roças, feirinhas, mercados, fabriquetas, oficinas e residências de milhares de artesãos, artesãs, mestres e mestras de ofício.

Toda essa rede complexa e vasta que conforma a economia do axé foi desenhada e construída, ao longo de séculos, pelo povos de santo, sem nenhum apoio estatal e sem que nenhum segmento social em posição de poder ou de acesso a conhecimentos especializados (como as universidades, por exemplo) pudesse apoiar, ou assessorar os adeptos das religiões de matriz africana. A inteligência organizativa, gerencial, política, econômica e de tecnologia social que construiu essa rede tão eficiente e duradoura merece ser destacada, pois atesta a recomposição e a ampliação de tradições africanas de saberes que foram realizadas no Brasil a partir da condição de escravidão, uma das piores condições de vida que já existiu em toda a história da humanidade.

Não custa enfatizar que os povos de santo, apesar de industrioso e habilidoso, situam-se na faixa social dos menos favorecidos da sociedade brasileira: de baixa escolaridade (sem o ensino médio completo); com perfil ocupacional não especializado (domésticas, lavadeiras, auxiliares de pedreiros e de oficinas, feirantes, todos eles sem empregos estáveis); majoritariamente negros (e, como tais, sujeitos às discriminações e desvantagens derivadas do racismo); com situação de moradia precária e com problemas crônicos de segurança alimentar devido às crises provocadas pela sua vulnerabilidade estrutural, agravadas ainda pelo seu estilo de vida sempre aberto e agregador conforme o preceito dos orixás.

É necessário iniciar uma reflexão sobre o quão vigorosa é a economia do axé e o quanto ela carrega de possibilidades de geração de trabalho e renda para os pequenos produtores familiares, artesãos, artífices, extrativistas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, entre tantos agentes que fazem parte dessa ampla rede econômica de intercâmbio de produtos e serviços. A economia do axé funciona como uma série de nós de uma rede e, ao mesmo tempo, ela é ponto de outros nós. Existe, assim, concretamente, um grande potencial dessa rede crescer e se expandir, tendo o Estado um papel importante a cumprir para que essa expansão esperada se torne realidade.

Visto em uma escala mais ampla e cosmológica, que incorpora e dá atenção ao equilíbrio entre os seres humanos, as demais espécies vivas e a natureza como um todo (enfim, todo o axé que circula entre o orun e o aiê), a continuidade dos terreiros promove e exige, entre outras dimensões de sustentabilidade: rios limpos e de margens não assoreadas; lagoas, e banhados limpos; mangues ricos em espécies vivas; cachoeiras e corredeiras; matas preservadas que abriguem uma grande variedade de frutas e hortas ricas em variedade de espécies; o mar não poluído⁹.

Para cada domínio do mundo natural existe um orixá cuidando das formas de vida e exigindo dos seres humanos o mesmo devido cuidado, para que a continuidade da vida, com sua variedade, esteja assegurada para as gerações futuras, as quais poderão colocar, por meio de culto aos orixás, a geração presente como ancestrais para seus descendentes. Essa ênfase na pequena escala e no equilíbrio com a natureza é característica não apenas dos povos de santo, mas de todos os povos tradicionais em geral, como as nações indígenas, as comunidades extrativistas e os quilombolas. Uma diferença significativa, porém, é que os demais povos tradicionais são eminentemente rurais, ou habitantes de biomas de floresta ou de capoeira, enquanto os povos de santo enfrentam o desafio – que é, coincidentemente, um dos maiores desafios do Brasil como sociedade – de articular de um modo justo e sustentável, a relação entre modo rural e modo urbano de viver. É esta articulação rural-urbano, tecnologia artesanal e manufatura industrializada, que dá singularidade e engenho à economia do axé. E, na medida em que essas articulações representam os grandes desafios para o modelo nacional de desenvolvimento econômico como um todo, compreender e apoiar a expansão da economia do axé é uma ação que faz justiça às lutas históricas dos povos de santo por sobreviver ao nosso modelo econômico baseado na desigualdade e na produção de pobreza, mas que contribui para a construção de alternativas de segurança alimentar e vida equilibrada que deverá beneficiar a todos os brasileiros.

Concretamente, o Estado poderia fortalecer os povos de santo por meio de um conjunto de ações urgentes e articuladas, todas elas já contando com diagnóstico e reflexão, além de plenamente justificáveis e que seriam de grande benefício para a nação:

⁹ Desenvolvi este argumento sobre a contribuição das religiões de matriz africana para a preservação da natureza no Brasil em outro ensaio: Carvalho (2005).



- a) um programa de titulação definitiva de centenas de terreiros fundados há mais de uma geração, que tenham interesse para o patrimônio cultural e histórico do país e que se encontram em vulnerabilidade territorial por diversos motivos, tais como: problemas sucessórios, de crises ou conflitos entre herdeiros; terreiros estabelecidos em imóveis alugados, já constituídos, com benfeitorias e indefesos diante das ameaças de retomada de seus espaços sagrados (que, como tais, são quase intransferíveis) por parte dos proprietários; terreiros localizados em espaços antes desvalorizados, mesmo que históricos, e que agora sofrem pressão das forças do ramo de especulação imobiliária; terreiros tradicionais em condições físicas precárias e que exigem reformas urgentes e cuja comunidade não dispõe dos recursos para fazer frente à tarefa;
- b) um programa de inclusão produtiva baseado no mapeamento, valorização e articulação das inúmeras profissões e ofícios, tanto artesanais como de pequenas fábricas e oficinas, que giram em torno dos terreiros de santo, visando fortalecer, preservar e expandir os saberes, técnicas e fontes tradicionais de trabalho que são ameaçadas de extinção pela crescente concentração do capital industrial e tecnológico no Brasil;
- c) ampliar os programas existentes de segurança alimentar nos terreiros, dado o seu importante papel na preservação de redes comunitárias sustentáveis;
- d) políticas estruturantes de inclusão produtiva para o povo de santo como um todo, com suas roças, produção de animais, alimentos, roupas, artesanato, instrumentos musicais, etc.;
- e) um programa de apoio à preservação dos espaços naturais sagrados para os povos de santo (como lagoas, matas, cachoeiras, etc.), dos quais se beneficiarão todos os habitantes, urbanos e suburbanos, das cidades e áreas periurbanas onde se localizam esses espaços;
- f) um programa interministerial que articule desenvolvimento social, economia, planejamento, administração, cidade, desenvolvimento rural e trabalho, entre outros, visando desenvolver um diálogo sistemático com os povos de santo para que a inteligência multidimensional plasmada na economia do axé possa inspirar políticas estruturantes análogas, tais como: sustentabilidade, redes de produção e distribuição de pequena escala, economia solidária, artesanato e artes e ofícios, equilíbrio e integração produtiva rural-urbana, entre tantas outras acima mencionadas, para o país como um todo.

Axé o!





Bibliografia

- A TRADIÇÃO do Bará do Mercado. Os caminhos invisíveis do negro em Porto Alegre. Documentário em Vídeo. Dir: Ana Luíza Carvalho da Rocha. Porto Alegre: 2007, 55 min.
- BARROS, José Flávio Pessoa. **O Segredo das folhas**. São Paulo: Pallas, 1993.
- BARROS, José Flávio Pessoa; NAPOLEÃO, Eduardo. **Ewé òrìsà: uso litúrgico e terapêutico dos vegetais nas Casas de Candomblé Jêje-Nagô**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CARVALHO, José Jorge. **Ritual and music of the Shango Cults of Recife, Brazil**. Belfast: The Queen's University of Belfast, 1984. Tese de Doutorado em Antropologia Social.
- _____. A força da nostalgia: a concepção de tempo histórico nas religiões afro-brasileiras tradicionais. **Religião e Sociedade**, v. 14, n.2, p. 36-61. 1988.
- _____. Las tradiciones musicales afroamericanas: de bienes comunitarios a fetiches transnacionales. In: AROCHA, Jaime (Org.). **Utopía para los excluidos**. El multiculturalismo em Africa y América Latina. Bogotá: Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional, 2004, p. 47-77.
- _____. As Artes sagradas afro-brasileiras e a preservação da natureza. In: **Seminário Arte e Etnia Afro-Brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/IPHAN/MEC, 2005, p. 41-59. (Série Encontros e Estudos).
- LODY, Raul. **Santo também come**. São Paulo: Pallas, 1998.
- _____. **Jóias de Axé**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- MARTINI, Gerlaine. **Baianas do Acarajé: A uniformização do típico em uma tradição culinária afro-brasileira**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Tese de Doutorado em Antropologia.
- MEMORIAL MÃE MENINHA DO GANTOIS. **Seleta do Acervo**. Salvador: Omar G. Editora, 2010.
- PARÉS, Luis Nicolau. **A Formação do Candomblé. História e Ritual da Nação Jêje na Bahia**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- SANTOS, Jocélio Teles (Coord.). **Mapeamento dos Terreiros de Salvador**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais – UFBA; Prefeitura de Salvador; Fundação Cultural Palmares; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2008.
- SHIVA, Vanda. **Monoculturas da mente**. Rio de Janeiro: Global Editora, 2003.
- SILVEIRA, Renato. **O Candomblé da Barroquinha. Processo de Constituição do Primeiro Terreiro Baiano de Keto**. 2. ed. Salvador: Edições Maianga, 2010.
- VERGER, Pierre Ewe. **O Uso das plantas na sociedade lorubá**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.









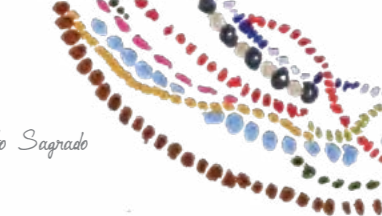


VELAS
Santa Cruz
VELA



A voz do terreiro

Mãe Nalva
Baba Tayandô



Entre maio e agosto de 2010, foi realizado o Mapeamento das Comunidades Tradicionais de Terreiro, em Belém do Pará e nos demais municípios que compõem sua área metropolitana, quais sejam, Ananindeua, Benevides, Benfica, Marituba e Santa Izabel, agregando os distritos e localidades de Cotijuba, Ilha do Maracujá, Mosqueiro, Outeiro, Pau d'Arco e Quilombo do Macapazinho. Nesse período, em torno de quinze pessoas visitaram mais de 1.400 terreiros, conheceram pais e mães de santo e aplicaram um questionário padrão com o objetivo primeiro de traçar o perfil socioeconômico do nosso povo, como e onde vivem, suas moradias e níveis de instrução, entre tantos outros dados.

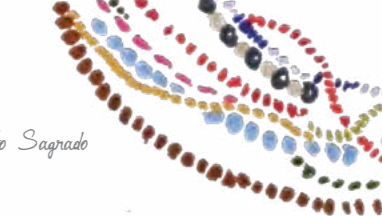
Como escopo maior, espera-se que, sistematizadas as informações e repassadas aos governos das várias esferas, possam ser criadas políticas públicas respeitando as peculiaridades e singularidades das várias nações que se destacaram no cenário, legitimando seu *status* de povo que possui língua e costumes que o caracterizam. Embora este povo esteja recheado de peculiaridades encontradas entre uma e outra região, isso não nos divide, mas fortalece a identidade plural que é comum neste país.

Fomos convidados a participar desta iniciativa inédita, quiçá revolucionária, que mobilizou uma equipe local, entre estudantes acadêmicos e irmãos de santo em número expressivo. Colocamos-nos, assim, envolvidos com o objeto do trabalho proposto – o nosso povo de terreiro, com foco na segurança alimentar. Nosso povo nunca tinha sido alvo de um olhar perscrutador e mais cuidadoso por parte de instituições governamentais ou quaisquer outras, em todo este tempo em que a cultura afro enriquece o imaginário e a religiosidade do brasileiro, fortalecendo a miscigenação com que o povo se relaciona com as divindades e a sua própria origem.

A iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), achou terreno fértil entre nós. E esta ação veio ao encontro de nossos anseios que existem há décadas, diga-se, enquanto membros de uma comunidade que tem por objetivos agregar e atender seus membros na preservação do patrimônio e atividades afro-religiosas, incentivando políticas na promoção da saúde, geração de renda e valorização da cultura.

O objetivo do mapeamento indica-nos horizontes onde qualidade de vida e respeito ao cidadão são caminhos para a conservação de uma identidade ímpar no seio da sociedade brasileira. No processo de visitas e conversas, percebemos quão necessitados se encontram muitos membros desta comunidade, vivendo à margem de desconhecimentos e preconceitos e onde perduram práticas de segregação e exploração.

Mas, para além das limitações, a solidariedade foi marcante durante todo o trabalho, abriu caminhos e facilitou o acesso a casas desconhecidas e distantes, até mesmo em comunidades de difícil



acesso. A acolhida e a hospitalidade eram tais que os pesquisadores eram convidados a pernoitar, por vezes, depois de serem alimentados com pompa de ilustres convidados, o que demonstra a característica simplicidade e naturalidade com que nosso povo nos recebeu, acreditando no empenho de uma causa que situa a todos na mesma condição de importância. Não foi raro, depois de longas caminhadas até chegar a uma determinada comunidade, os donos da casa oferecerem um banho ao pesquisador, ofertando ainda acomodação àqueles que iriam fazer visita a outros terreiros na mesma comunidade e a noite os tivessem surpreendido ainda em trabalho. Sim, a solidariedade foi a tônica, destacando o trabalho dos pais, mães e irmãos de santo, todos muito empenhados, o que permitiu uma ampla divulgação, trazendo e fazendo circular informações de localização, telefones, nomes e indicações que permitiram chegar a um número expressivo de casas de santo.

Há que se destacar ainda as semanas que antecederam o trabalho de mapeamento propriamente dito. Foram ministradas oficinas pela coordenação do projeto, o que nos ofereceu treinamento e conhecimento de abordagens apropriadas na aplicação do questionário, considerando o ineditismo da ação e o desconhecimento com que as equipes se lançariam em campo. Cientes que somos das dificuldades que nossa comunidade enfrenta em se fazer legítima representante da religião afro, sabíamos que algum enfrentamento haveria de ocorrer – e que de fato houve, sem representar parcela significativa dos entrevistados e sem, contudo, comprometer o resultado esperado; ao contrário, deu-nos uma panorâmica das necessidades existentes, o que nos permitirá elaborar ações com vistas em esclarecimentos e apoio às dificuldades reais sob as quais permanecem subjugados grande parcela dos nossos irmãos.

A partir das informações coletadas nas Comunidades Tradicionais de Terreiro da região metropolitana de Belém, verificou-se que há a necessidade de uma política inclusiva e urgente. Constatamos o perigo que ocorre em algumas casas no trato à segurança alimentar e nutricional, a importância do apoio jurídico e político nas lutas contra a intolerância e a necessidade de promoção e organização de um coletivo de luta e valorização permanente das Comunidades Tradicionais de Terreiro desta região.

As dificuldades no acesso a estas comunidades foram reforçadas pelo processo de limpeza étnico/religiosa efetuada pelos neopentecostais, que acabaram por forçar o deslocamento de várias comunidades que tinham suas sedes no perímetro urbano de Belém para as regiões mais periféricas. Esta perseguição surda e calada foi várias vezes denunciada à sociedade, que a tudo assistia e se fingia de cega, enquanto casas tradicionais se desmontavam ao verem suas portas cheias de sal grosso e seus telhados cobertos de enxofre. Enquanto isso, nas televisões, nossa Fé e práticas eram expostas ao ridículo. Sem respeito, nos confundiam com adoradores do demônio e praticantes de crueldades humanas.

Agora, com a autoestima elevada por nos vermos incluídos no processo participativo do governo, aproveitamos este clamor para fortalecer o direito constitucional à liberdade religiosa, a construção da cultura da Paz, o diálogo inter-religioso e a luta pelos direitos humanos. Este projeto criou uma pauta extensa e fortaleceu os ânimos para o reconhecimento dos valores religiosos, culturais e sociais das Comunidades Tradicionais de Terreiro Afro-Amazônica. Da mesma forma que nos engrandeceu, reforçou os laços de integração com outros movimentos sociais e a troca de experiência na luta pela territorialidade e solidariedade.

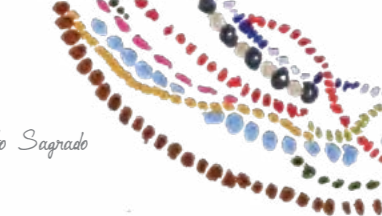
Rogamos aos nossos Deuses e Deusas para que deveras as políticas públicas de inclusão e afirmação venham para as Comunidades Tradicionais de Terreiro e pedimos as bênçãos de todos os Orixás e Caboclos que acompanharam passo a passo esta iniciativa do inventário de terreiros que tantos frutos já nos rendeu e que nos faz vislumbrar um futuro de comprometimento e respeito.





Axé entre as montanhas

Tat'etu Arabomi
Roselane Andrea Silva



Como já é sabido, dizem que, por causa das montanhas que nos cercam, o povo mineiro é muito desconfiado. Está sempre com um “pé atrás” e “não baixa a guarda” com muita facilidade. Utilizando toda a sabedoria mineira daqueles aqui nascidos ou que se tornaram mineiros por opção, trabalhamos na pesquisa do mapeamento dos terreiros da região metropolitana de Belo Horizonte de maneira sutil e delicada, mas firme.

A participação dos religiosos na equipe de trabalho, junto aos técnicos e estudantes, foi de fundamental importância, pois facilitou a mobilização das lideranças tanto de terreiro quanto do movimento negro de alguns municípios da região metropolitana. Este processo proporcionou a troca de conhecimentos entre seus agentes e participar de um trabalho com as religiões de matriz africana para além do “terreiro” foi uma experiência enriquecedora, de situações dramáticas e, ao mesmo tempo, reveladoras.

Nesta caminhada, percebemos que mesclar a equipe foi uma decisão correta, pois, para os estudantes, em sua maioria composta por não negros, foi um desafio e uma bela experiência conhecer locais e pessoas bem como vivenciar situações que até ali não faziam parte do seu universo.

Os estudantes aprenderam a respeitar e desmistificar diversas situações vividas pelos adeptos das religiões de matriz africana. Para a parte da equipe composta pelo “povo de santo”, toda negra, foi também uma experiência marcante, pois puderam conhecer outras casas e terreiros, ver que não estão sozinhos e que a luta é de todos, dos mais velhos e dos mais novos, dos que estão mais próximos e dos mais distantes, e, com certeza, fortaleceram a sua fé e a sua ancestralidade.

Constatamos também a imensa diversidade que existe dentro de um mesmo segmento, nos aspectos étnico-cultural, socioeconômico, educacional, na orientação sexual e na faixa etária entre os praticantes das religiões de matriz africana. No que diz respeito à diversidade ritual, dos terreiros que visitamos, encontramos aqueles identificados como sendo de Candomblé das diversas nações, entre elas: Angola, Angola/Congo, Gege, Ketu, Efon; bem como os centros de Umbanda, Omoloko, Kimbando, Umbanda-Kardec.

No que diz respeito à infraestrutura destas casas religiosas, há uma realidade também de muito contraste, na qual foi possível encontrar imóveis com excelente estrutura (poucos, é verdade!), ao contrário dos demais que apresentavam uma infraestrutura menos adequada: construções de alvenaria com acabamento de material mais econômico, além de estarem localizadas em bairros bem afastados dos centros urbanos, em loteamentos recém-inaugurados, em construções ainda sem acabamento, sem água encanada, sem rede de esgoto, sem transporte coletivo acessível, sem escolas e sem centros culturais e de saúde. Terreiros que estavam antigamente localizados em Belo Horizonte mudaram-se para locais mais precários ou para fugir da violência urbana e do precon-



ceito religioso ou porque não tinham outra alternativa, pois o preço do imóvel na capital tornou-se muito caro devido à especulação imobiliária.

Este mapeamento contribui mais uma vez para esta luta incansável do povo negro em defesa da sua identidade e do seu reconhecimento como cidadão na construção da história do nosso país. Fomos atores e agentes protagonistas nesta pesquisa e esperamos que iniciativas como esta sejam levadas para todas as regiões do Brasil e que se ampliem as propostas de políticas públicas para o povo do axé. E, assim, que possamos continuar não só a honrar nossos antepassados como garantir um mundo melhor para os nossos descendentes e as futuras gerações!

Muito axé para todos nós, uai!



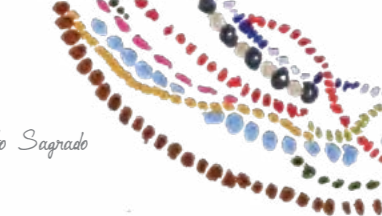




*Religiosidade militante
e pesquisa - ação*

Carmem Lucia Silva de Oliveira (Mãe Carmem de Oxalá)

Kelly da Silva Moraes
(Mestranda em Sociologia UFRGS)



A participação na pesquisa do mapeamento de terreiros da região metropolitana de Porto Alegre representou uma forma de atuação na sociedade que visa a apontar a necessidade de promover políticas públicas e de desenvolver ações que valorizam, dão visibilidade, revelam e afirmam que as religiões afro são detentoras de princípios e parâmetros próprios, baseados em rituais litúrgicos de raiz. Em nossa existência e na construção de nossa trajetória histórica, vencemos desafios e isso se reverte hoje em reconhecimento político pela forma de preservação da herança africana, assim como pela nossa intervenção na sociedade ao contribuir para esse projeto que vem a atender as demandas de reconhecimento e valorização historicamente reivindicadas pelas Comunidades Tradicionais de Terreiros.

Durante a realização deste trabalho, sobretudo durante a coleta de dados, houve muitas dificuldades. Primeiramente destacamos o prazo para a coleta de dados, que foi um desafio vencido pelo intenso trabalho e dedicação da equipe de pesquisa, aliado à colaboração de associações, lideranças religiosas e gestores municipais que auxiliaram a pesquisa nas cidades que integram a região metropolitana de Porto Alegre. Aliado ao prazo, tivemos o clima. Em Porto Alegre, a coleta de dados ocorreu de maio a agosto de 2010, a maioria de nossas visitas ocorreu sob baixas temperaturas e, por vezes, abaixo de chuva, o que tornou os dias de trabalho, sob estas condições, pouco produtivos. Contudo este fato não foi suficiente para impedir que a equipe alcançasse o êxito. O pensamento diante destas dificuldades era de que teríamos uma oportunidade importante e a honraria de somarmos aos capítulos da história. Neste caso, mais um capítulo cujo propósito era desvelar e estudar as questões raciais, uma condição indispensável para que os cientistas sociais e militantes negros possam avançar no que se refere às questões raciais no Brasil.

Outro aspecto que dificultou a recepção de nossos pesquisadores foi a divulgação da pesquisa que dependeu do trabalho da coordenação da equipe junto aos veículos de comunicação local e por meio da distribuição de material impresso relativo à pesquisa. A diferença no tratamento e recepção da pesquisa deveu-se a diversos fatores. Tivemos maior receptividade nos Terreiros localizados nos municípios onde mais pessoas integraram a Comissão de Acompanhamento da pesquisa; nestes casos, houve maior colaboração dos agentes locais (associações religiosas, lideranças religiosas e gestores) na sensibilização da importância de uma pesquisa com este fôlego. Nossa chegada já era esperada nessas cidades, pois houve uma divulgação “de maior fôlego” sobre a pesquisa. Nos municípios onde tivemos pouca colaboração dos agentes locais, o trabalho dos pesquisadores foi mais intenso no sentido de divulgar a importância, a validade e a fidedignidade da pesquisa. Mesmo assim, atingimos resultados satisfatórios para este primeiro mapeamento, que fornece dados significativos para subsidiar políticas públicas voltadas à Comunidade Tradicionais de Terreiros.



A participação nesta pesquisa como pesquisadoras e integrantes da coordenação foi uma experiência muito rica. Primeiramente, por integrar uma equipe diversificada em termos de experiências, o que possibilitou uma troca bastante produtiva entre os seus integrantes. Em segundo, a dimensão da pesquisa, que contou com parcerias de importantes Ministérios e da Unesco, além de sua abrangência – que abarcou quatro regiões metropolitanas do país, Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Por fim, mas não menos importante, o diálogo constante com a Comissão de Acompanhamento foi fundamental para os resultados atingidos. A Comissão, formada por religiosos, militantes e agentes públicos dos municípios que integraram a pesquisa, foi um canal de diálogo construído muito importante para discussão de políticas públicas para as Comunidades Tradicionais. Além disso, criou-se um espaço para o aprofundamento e a discussão de políticas que considerem as demandas orientadas por este segmento social. Assim, a pesquisa representou um passo para o avanço do reconhecimento e visibilidade das religiões afro no Brasil.

Quanto à equipe de pesquisa, destaca-se ainda que sua composição primou pelo vínculo entre as trajetórias profissionais dos pesquisadores e a temática do projeto. Contar com lideranças religiosas, estudantes e militantes como colegas foi um aprendizado a todos da equipe. Pode-se dizer que foi uma constante construção e reconstrução de saberes, valores e significados de crescimento a todos.

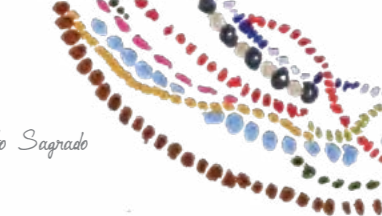
Diante do que foi exposto e relatado, podemos dizer que o trabalho com a comunidade religiosa da região metropolitana de Porto Alegre, sobretudo na capital, é muito delicado, tanto para quem é religioso quanto para estudiosos e militantes. Durante a realização da pesquisa, passamos por muitas situações de resistência, em que nossas capacidades profissionais e pessoais foram testadas. Por outro lado, mantendo nosso profissionalismo e o compromisso que temos com a luta contra a intolerância religiosa, pudemos desenvolver com sucesso este importante trabalho. Acreditamos que nosso êxito nesta pesquisa resulta da união de esforços dos agentes envolvidos neste projeto, sobretudo sua equipe executora, que soube articular as diferentes experiências ali reunidas para que este trabalho resultasse em melhorias para a comunidade religiosa afro-gaúcha. É com o objetivo de visibilizar, empoderar e articular um debate qualificado entre a comunidade religiosa que desenvolvemos nosso trabalho e esperamos que ele renda importantes frutos para a religiosidade afro no Brasil.





*A luta por reconhecimento,
reparação e direitos*

Jayro Pereira de Jesus (Omo Òrisà)
Iyabassé Vera Regina Paula Baroni



Neste inaugural contexto de produzir pesquisas para a formulação de políticas públicas, setores da sociedade considerados e tratados antes como abjetos a despeito das evidências históricas contrárias passaram a ter suas potencialidades e suas sagas por dignidade reconhecidas. A pesquisa de mapeamento dos terreiros da região metropolitana de Recife insere-se neste novo cenário, em que as comunidades quilombolas, os povos indígenas e as comunidades de terreiros passaram a merecer tratamento como nunca antes visto no país e em que toda uma política de reconhecimento, reparação e direitos instaura-se efetivamente.

Durante o processo de preparação e debate do inventário de terreiros em Recife e região metropolitana, as reuniões realizaram-se mediante a presença de um contingente expressivo de povo de santo, em que lideranças religiosas de terreiros históricos, além de gestores municipais de promoção da igualdade racial, fizeram-se presentes e/ou representados.

Esta participação massiva resultou na hegemonia do povo de santo no comitê de acompanhamento da pesquisa. Além disso, o elevado número de pesquisadores/as iniciados/as – militantes engajados na luta contra o racismo e a intolerância religiosa, que podem ser chamados de pesquisadores “desde dentro” – fez a grande diferença em todo o trabalho de campo realizado.

A ação deste grupo de pesquisadores/as enquadrado como “desde dentro” dinamizou-se de forma a se configurar verdadeiramente como protagonista do processo, pois a consciência política do problema, da gênese do trabalho e, por conseguinte, da condição de partícipe dessa cosmovisão canalizava a energia dos pesquisadores/as para o trabalho com afinco.

O envolvimento dos pesquisadores/as que pertenciam a terreiros ajudou muito no trabalho de alcance de outras tantas casas de terreiros, pois a maioria deles/as conhecia a localização de uma quantidade enorme de comunidades, porque são também de muitas das ações políticas desenvolvidas na cidade de Recife junto a uma grande quantidade de casas de cultos afros, tanto na capital pernambucana como nos municípios limítrofes da região metropolitana.

Os/as pesquisadores/as “desde fora” – acadêmicos/as e estudantes – desempenharam a função muito a contento, pois possuíam uma relação não só teórica com o objeto, mas, de certa forma, também de envolvimento e profundo respeito político com o tema.

Assim sendo, os/as participantes desta pesquisa indistintamente continuarão a protagonizar os propósitos a que o inventário se propõe, quais sejam: respeito e visibilidade das comunidades de terreiros; planejamento de políticas públicas direcionadas para as comunidades de terreiros; identificação das necessidades e capacidades relacionadas à segurança alimentar e nutricional, registro das manifestações culturais das comunidades de terreiros e, por fim, a articulação de políticas entre os governos federal, estaduais e municipais em benefícios das comunidades de terreiros.



No conjunto das políticas e das ações afirmativas que vem sendo desenvolvidas reside a grande expectativa de progressivamente abandonarmos a condição histórica a que estamos submetidos. Os povos de santo envolvidos na execução e no acompanhamento do inventário das comunidades tradicionais de terreiro de Recife e região metropolitana, em vista dos resultados da pesquisa que comprovam o que todos/as sempre souberam empiricamente, asseveram que as comunidades de terreiro, na sua dinâmica civilizatória, teológica e filosófica, constituem-se em efetivos *locus* radicais dos pressupostos da etnofilia em detrimento da etnofobia.

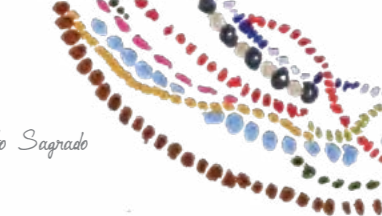
NGUZU, ÀSE, MUNTU





*Construindo uma
pesquisa compartilhada:
notas sobre a proposta
metodológica*

Junia Torres, Lara Cyreno, Marcelo Vilarino, Rafael Barros
Associação Filmes de Quintal



Introdução

A arte de mapear, construir um caminho de entendimento sobre um determinado assunto, requer uma delicada relação entre o ato de desvelar e o produto final a ser construído – o mapa. Segundo Tim Ingold (2005, p. 77), “conhecer assemelha-se ao mapear não porque conhecimento seja parecido com um mapa, mas porque os produtos oriundos do mapear (inscrições gráficas) e os do conhecer (histórias) são fundamentalmente distintos de um mapa”. Para esse antropólogo, conhecer e mapear são atividades situadas em um ambiente, realizadas ao longo de trilhas de circulação e desenvolvidas em um período determinado. É nessa perspectiva que a Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros se insere, na medida em que se propôs a ir além da contabilização, registro e geolocalização das comunidades em foco, estabelecendo parâmetros metodológicos que permitiram conhecer as características das comunidades em relação a um conjunto de indicadores pertinentes para orientar a construção de políticas públicas específicas.

Esse mapeamento, assim concebido, responde ao edital¹ que propôs a realização de pesquisa quantitativa e qualitativa, com vistas a auxiliar e nortear ações direcionadas à promoção de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) direcionadas às comunidades tradicionais de terreiros nas cidades de Belém-PA, Belo Horizonte-MG, Porto Alegre-RS, Recife-PE e suas respectivas Regiões Metropolitanas (RMs). Junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) contribuíram para a concepção e condução dessa pesquisa os demais órgãos governamentais que atuam nas comunidades tradicionais de terreiros: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Fundação Cultural Palmares (FCP).

Se, além da localização geográfica das comunidades o objetivo central proposto era a coleta de dados em torno de aspectos ligados à alimentação, outras questões importantes para compor uma caracterização e traçar um diagnóstico desse universo foram levantadas, por se tratarem de temas relevantes para o segmento pesquisado, buscando colher informações que contribuíssem para um conhecimento mais amplo a respeito dessas comunidades. Para enfrentar esse oportuno desafio junto aos órgãos governamentais responsáveis por sua proposição, a equipe formada pela Associação Filmes de Quintal, instituição de pesquisa e documentação responsável pela execução do trabalho, estabeleceu uma proposta metodológica e definiu estratégias de abordagem que a seguir descreveremos.

¹ Edital público n. 0173/2009, referente ao acordo de cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).



Importante apresentar os motivos que levaram a instituição a participar de tal procedimento licitatório. Os integrantes da Associação Filmes de Quintal destacados para conduzir a pesquisa, interessados nas temáticas sociais e com trajetórias biográficas e profissionais próximas às comunidades tradicionais, reuniram-se em torno desse trabalho por acreditarem em sua importância histórica e inaugural, motivados, fundamentalmente, pelo reconhecimento das comunidades tradicionais de terreiros como instâncias de organização social e como interlocutores em intervenções governamentais estruturantes na promoção de desenvolvimento humano.

Alinhados às políticas de ações afirmativas e acreditando em seu potencial, propusemos que uma parcela dos pesquisadores – tanto de campo como na coordenação – se constituísse por integrantes do universo da pesquisa como forma de *empoderamento* social e reconhecendo a contribuição que essa participação representaria. Tal proposta encontrou plena acolhida nos órgãos governamentais que incentivaram, inclusive, a ampliação dessa perspectiva. Além da inserção de pesquisadores locais *protagonistas*, perspectiva presente no projeto encaminhado, acatamos uma importante sugestão: a criação, em cada região, de comissões abertas para o acompanhamento e monitoramento do trabalho a ser desenvolvido². As estratégias de construção de participação dos atores sociais integrantes do universo da pesquisa foram, assim, um diferencial relevante para se chegar aos resultados alcançados e para a constituição do que chamamos aqui de uma *pesquisa compartilhada*³, que será objeto dessa reflexão.

Construindo a metodologia de trabalho

Duas pesquisas anteriormente realizadas foram fundamentais para orientação do nosso trabalho. A primeira trata-se do “Inventário dos grupos de tradições afro-brasileiros”, desenvolvido entre 2003 e 2004 pela Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, por meio da Gerência de Valorização do Patrimônio Imaterial (GEVPI), e no qual três dos quatro coordenadores da pesquisa/mapeamento trabalharam diretamente⁴. Esse projeto teve como objetivo inventariar os grupos de candomblé, umbanda, reinados, samba de roda e capoeira angola da capital mineira. Nesse inventário, incluímos contribuições relativas a questões abordadas em seu roteiro semiestruturado e estratégias de abordagens de campo como as entrevistas previamente agendadas (quando esse procedimento foi

possível), assim como a utilização de listagens anteriormente existentes, além de procedimentos de treinamento dos pesquisadores/entrevistadores.

A segunda pesquisa que se tornou um importante marco para esse trabalho foi o mapeamento dos terreiros de Salvador, coordenado pelo professor Jocélio Teles dos Santos e conduzido pelo Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia, em parceria com órgãos governamentais. As informações levantadas, a experiência descrita e analisada, sua publicação primorosa (SANTOS, 2008) e o sítio eletrônico construído foram instrumentos importantíssimos para nortear temas e questões, traçar comparações, bem como elaborar os produtos finais deste trabalho.

Descreveremos a seguir os instrumentais utilizados na condução da pesquisa. Para sua realização, foram associadas técnicas quantitativas – utilização de instrumento de coleta de dados que permitisse a necessária agregação destes (roteiro estruturado de questões aplicado a todos os terreiros/casas recenseados) – e técnicas qualitativas: entrevistas com informantes-chave representantes do universo da pesquisa, gravadas em suporte audiovisual. De forma complementar, foi realizada pesquisa etnográfica pelos coordenadores, que durante todo o trabalho de campo residiram nas cidades pesquisadas, com observação de atividades significativas do campo em questão. Foram realizados registros fotográficos das fachadas dos locais a serem mapeados/conhecidos e dos responsáveis que demonstrassem interesse e desejo de terem suas imagens e as de suas casas/terreiros difundidas. Tais registros foram realizados pelos próprios pesquisadores/entrevistadores.

À equipe do Centro de Capacitação em Projetos Sociais (CECAPS) da Universidade Federal de Minas Gerais, nossa parceira nesse trabalho, coube a tarefa de sistematização dos dados coletados e elaboração de um banco de dados que agregou informações referentes às 107 questões abordadas no questionário e as mais de 400 variáveis derivadas. Acreditamos que a observação das frequências dos dados agrupados, assim como a ampla possibilidade dos cruzamentos analíticos que eles permitem, significa uma importante contribuição para o conhecimento da situação dessas comunidades, diagnosticando faltas e levantando potencialidades.

O roteiro estruturado – cujas diretrizes foram apontadas pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) e construído em colaboração com a Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação (SAGI), ambas Secretarias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – foi aplicado em 4.045 comunidades tradicionais de terreiros pelos pesquisadores de campo em 85 municípios das quatro regiões metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife e se estruturou nos seguintes blocos de informações: a) dados de identificação e localização do terreiro/casa; b) dados de identificação do responsável pelo terreiro/casa; c) identificação e

² Tal proposta partiu de avaliações de experiências prévias de mapeamentos acompanhados pela SEPPIR.

³ Conceito inspirado na proposta de uma *antropologia compartilhada*, estabelecida por Jean Rouch e descrita em Sztutman (2004).

⁴ Coube ao antropólogo Marcelo de Andrade Vilarino a coordenação-geral da pesquisa em Belo Horizonte, realizada pela Secretaria Municipal de Cultura. Rafael Barros fez parte da equipe de pesquisadores-entrevistadores e Junia Torres trabalhou com a documentação audiovisual e a direção de um documentário síntese.



caracterização do terreiro/casa; d) caracterização da produção e consumo alimentar e nutricional; e) caracterização física, fundiária e infraestrutural do terreiro/casa; f) caracterização legal do terreiro/casa; g) informações sobre o entorno.

Tais questões procuraram construir um diagnóstico situacional amplo no que concerne às condições socioculturais e de segurança alimentar e nutricional nessas comunidades específicas, bem como de sua relação com o entorno. As potenciais articulações entre as variáveis poderão contribuir para a compreensão de aspectos importantes desse universo e para o planejamento de políticas e ações estruturantes. O questionário, testado previamente pelos pesquisadores, foi direcionado aos responsáveis pelas comunidades pesquisadas, procurando conferir a estes oportunidade de manifestarem seu entendimento e suas percepções. São eles os atores sociais que melhor conhecem as dificuldades e potencialidades das casas/terreiros, objetos e sujeitos dessa investigação e que podem responder por elas. Esta pesquisa procurou, assim, respeitar as lógicas próprias do universo da pesquisa, em que a hierarquia e a representatividade são elementos fundamentais de respeito e organização das comunidades.

A mediação construída pela equipe responsável por esse trabalho criou um elo entre os integrantes desse segmento social e o poder público. O instante da entrevista pode ser apreendido como um momento de conquista de cidadania por muitos dos nossos interlocutores que tiveram, pela primeira vez, a oportunidade de se colocar, de se posicionar perante o Estado e, fundamentalmente, de se fazer ouvir e de tomar ciência de direitos até então desconhecidos.

As entrevistas qualitativas foram realizadas com o objetivo de buscar a compreensão de aspectos do universo da pesquisa a partir do ponto de vista dos próprios integrantes e visando melhor significar e interpretar os dados coletados em campo. Foram realizadas 58 horas de entrevistas em profundidade com representantes das comunidades pesquisadas e estudiosos do tema, escolhidos segundo os critérios de representatividade do universo quanto à diversidade das expressões religiosas⁵, localização⁶, participação ou não de programas e ações de promoção de segurança alimentar e nutricional do Governo Federal, tempo de fundação das casas, estrutura socioeconômica, destaque por desenvolver ações comunitárias.

⁵ As expressões religiosas pesquisadas foram: umbanda, candomblé, nação, batuque, tambor de mina, jurema, pena e maracá, omolocô, xambá, entre outras derivações regionais.

⁶ Quanto à localização, foram identificadas casas localizadas na capital e em outras cidades das RMs.

O “roteiro” das entrevistas procurou abordar questões que versassem sobre: campo alimentar e possibilidades de avaliar ações já implementadas, levantamento de sugestões para a ampliação de políticas de SAN, constituição histórica e elementos estruturais do universo das comunidades tradicionais de terreiros, caracterização de seu universo e sua atuação nas comunidades do entorno. A realização dessas entrevistas ficou sob responsabilidade de cada coordenador.

A pesquisa etnográfica ocorreu durante a estadia nas quatro regiões contempladas, buscando-se construir a maior participação possível no universo da pesquisa. Destacamos a presença em um conjunto significativo de festas e ritos religiosos, atividades culturais, seminários organizados por grupos representativos desse segmento, acompanhamento de ações relativas à segurança alimentar e nutricional e atos políticos públicos. Essa experiência possibilitou uma aproximação com a diversidade étnica e religiosa desses grupos, uma melhor compreensão da dinâmica interna das casas como também das relações entre diferentes casas, apreensão mais qualificada da dimensão pública desse universo com a percepção de sua contribuição cultural para a sociedade e de sua atuação macro e micropolítica.

Uma *pesquisa compartilhada*: reflexões acerca do caráter colaborativo, participativo e protagonista desta pesquisa

Nossos avanços são grandes e eu vejo no mapeamento um grande avanço. Ele foi fruto de muita luta, de muita andança em seminários e conferências, de muita mobilização. Agora nós vamos saber quantos nós somos, vamos poder dizer assim, somos mais de mil terreiros, somente na região de Belém. Então nos veremos e veremos com o Governo o que poderá ser feito para nós, ou melhor, junto conosco a partir desse trabalho. Que ele fale as nossas palavras (Mametu Nangetu, Mansu Mansubando Kekê Neta, integrante da Comissão de Acompanhamento da Pesquisa em Belém-PA).

O trecho destacado foi coletado por meio de entrevista e revela diferentes aspectos relativos ao caráter colaborativo e participativo desta pesquisa, apontando para o protagonismo das comunidades envolvidas. A fala é reveladora do “estar em cena” e “em primeiro plano” na idealização, concepção e realização de um trabalho conjunto.



“Ele é fruto de muita andança”

Ao afirmar que o trabalho de pesquisa “foi fruto (...) de muita andança” e que significa uma conquista e uma vitória, a fala da liderança da RM de Belém aponta para a grande legitimidade do projeto, visto que sua idealização coaduna com a demanda das comunidades de terreiros pela produção de conhecimento qualificado sobre si mesmas. Podemos considerar esta demanda como “sofisticada” não apenas por solicitar o atendimento às comunidades por meio de uma ação estruturante, como pelo fato da pesquisa consistir em um instrumento de planejamento de políticas públicas para os terreiros.

Acreditamos que o resultado exitoso do trabalho apresentado a seguir deve-se, fundamentalmente, ao aprofundamento do protagonismo dos sujeitos pesquisados e do espírito colaborativo que se instalou, desde o início, entre um projeto governamental e seu público-alvo. A pesquisa não foi pensada e gestada de “cima para baixo”, foi sim fruto de uma demanda do próprio segmento que se mobilizou para alcançá-la e que encontrou canais de participação nas instâncias governamentais capazes de serem sensíveis a ela e de não medirem esforços para viabilizá-la de forma participativa.

A compreensão desta pesquisa como um instrumento de política pública relevante foi sendo paulatinamente difundida e tornou-se fundamental para os resultados alcançados. Buscou-se difundir a importância da localização das comunidades no espaço geográfico das cidades, fazer sua contabilização e realizar um diagnóstico sociocultural focado em SAN. Isso nos permitiu chegar a um grande número de casas que receberam a pesquisa e responderam o questionário.

Nesse sentido, queremos destacar o papel das *comissões de acompanhamento* em cada RM. Tais comissões foram formadas desde o início dos trabalhos e conferiram legitimidade e respaldo indispensáveis aos procedimentos de uma pesquisa “domiciliar”, a ser necessariamente realizada *in loco*, no espaço de cada terreiro, em um universo tradicionalmente alvo de repressões por parte do Estado e da sociedade hegemônica. Seus guardiões têm motivos históricos longevos e duradouros para temer abrir suas portas para um pesquisador/entrevistador “desconhecido”, que poderia ter consequências inquisitórias, repressivas e punitivas.

As comissões de acompanhamento da pesquisa foram formadas por lideranças do universo das comunidades tradicionais de terreiros, por representantes de órgãos governamentais locais que possuem interlocução com os atores sociais em foco, por representantes dos movimentos negros organizados, entre outras instituições, e pessoas do meio, tais como *yalorixás*, *babalorixás*, *mametus*, *tatetus*, zeladores (as), mães e pais de santo, entre outros integrantes da comunidade que, além de conferirem proximidade e respaldo à pesquisa, exerceram fundamentalmente os seguintes papéis: articulação do universo da pesquisa contribuindo para ações de mobilização com o objetivo





de alcançar o maior número de comunidades, promovendo em boa medida acesso às lideranças do universo da pesquisa; indicação de possíveis pesquisadores/entrevistadores do universo dos terreiros; constituição de uma rede de informações que difundiu os objetivos da pesquisa para um número expressivo de participantes; auxílio quanto à disponibilização de listagens prévias, que, mesmo que incompletas ou defasadas, funcionaram como ponto de partida para alcançar outras casas; colaboração na abertura de espaços para divulgação da pesquisa em mídia impressa e eletrônica e em lugares tradicionais de encontros das comunidades de terreiros; acompanhamento quanto às dificuldades encontradas em campo; discussões sobre os rumos da pesquisa e acompanhamento e monitoramento dos resultados obtidos.

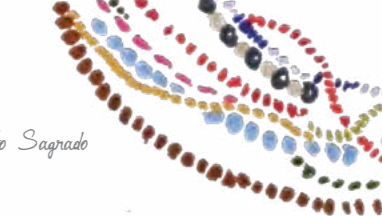
“Então, que ele fale as nossas palavras”

Um dos pontos que mais se destaca nos processos metodológicos e simbólicos desta pesquisa é, mais do que produção de conhecimento, ela ter significado produção de *“autoconhecimento”*. A constituição das equipes de pesquisa promoveu um encontro bastante profícuo de colaboração mútua: encontro entre pesquisadores/entrevistadores integrantes do próprio universo da pesquisa, que traziam o conhecimento empírico sobre o universo e que majoritariamente compuseram as equipes, com jovens acadêmicos das ciências sociais e humanas que trouxeram experiência de trabalhos de campo anteriores e uma visão mais teórica.

Foram eles a base sólida de muito trabalho e dedicação sobre a qual se ergueram os resultados apresentados nessa publicação. Dentre os 77 pesquisadores/entrevistadores que compuseram a equipe, contar majoritariamente com integrantes das comunidades de terreiros foi um procedimento inovador e fundamental para se alcançar 4.045 comunidades efetivamente mapeadas e 5.428 endereços visitados.

Considera-se o processo desenvolvido junto às comunidades tão importante quanto os resultados alcançados, um não sendo possível de se separar do outro. Pode-se afirmar que esse resultado se deve à construção de uma pesquisa compartilhada com os agentes sociais envolvidos. Destaca-se a ousadia dessa perspectiva ao abolir o ponto de vista metodológico que exige o distanciamento entre pesquisador e pesquisado para obtenção de resultados cientificamente válidos, isentos de valores compartilhados entre aquele que estuda e aquele que é estudado. Apostamos nessa proximidade não como obstáculo, mas como fator potencializador do trabalho. Dentre inumeráveis motivos, selecionamos alguns que nos parecem mais significativos.

O empenho, interesse e entrega ao trabalho estão associados à filiação direta entre os pesquisadores e o universo de pesquisa. A vivência dentro dessas comunidades e o conhecimento



acerca das dificuldades e preconceitos que os membros dos terreiros enfrentam no seu dia a dia foram o combustível para o êxito do trabalho. O conhecimento da geografia na qual essas comunidades se encontram inseridas, bem como o fato de saberem onde se localizam casas muitas vezes “invisíveis”, facilitou o acesso, otimizou a movimentação e potencializou o número de casas alcançadas. O pertencimento ao universo da pesquisa proporcionou uma maior legitimidade ao trabalho perante os entrevistados. E já que toda comunidade é uma “comunidade de fala”, tal pertencimento facilitou o diálogo e, muitas vezes, a tradução, tendo em vista a utilização de uma linguagem familiar e a compreensão de um universo próprio de significados e símbolos.

A construção desse processo de conhecimento pode ser percebida a partir de dois vetores que se entrelaçam. De um lado, a possibilidade enriquecedora do trabalho protagonizado pelos membros dos terreiros. Esses pesquisadores, filhos de santo ou, em alguns casos, mães e pais de santo, tiveram a oportunidade de adentrar em uma pesquisa que, em outras situações, lhes seria muito difícil participar. Eles saem com uma experiência curricular e de vida que lhes possibilitará alçar outros voos. Na outra ponta, vemos, como dificilmente antes, esses sujeitos protagonizando a construção de conhecimento de seu próprio grupo, de si próprios. Ante a simples realidade de objetos de pesquisa, eles agora se tornam pesquisadores, subversão, ainda que modesta, das relações de poder.

Foi muito interessante conhecer a realidade do universo afro-religioso do Pará através dessa pesquisa em que nós, pesquisadores, também integrantes dessas comunidades, vivemos na pele o dia a dia de cada pai e mãe de santo, conhecemos suas dificuldades. Foi importantíssimo, conhecemos várias casas, em que muito me emocionei. Essas pessoas antigas merecem ser vistas com outros olhos. Acredito que a pesquisa que tanto agradeço por participar, possa contribuir para isso. Por tudo isso, a pesquisa enriqueceu os meus conhecimentos me dando cada vez mais forças para continuar junto a minha comunidade e a galgar na vida espiritual (Mário Christóvão, pesquisador RM Belém).

(E)

Fiquei encantada de poder participar como pesquisadora, agora eu iria desempenhar o papel de agente transformadora levando oportunidade das comunidades de terreiros de Alvorada saírem do anonimato. Comecei fazendo no meu bairro, descobri novas terreiras⁷, todos com dificuldades para cumprirem seus desejos de realização de obras sociais pela carência. Mas todos de alguma forma cumprindo ações sociais. Descobri valores huma-

⁷ Na região metropolitana de Porto Alegre, é comum o emprego do termo nativo *terreiras* para referir-se às comunidades de terreiro, termo que optamos por manter na transcrição da entrevista.

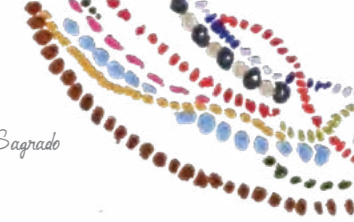
nos com histórias iniciais da religiosidade afro em Alvorada, lições de vida e demonstrações de fé de um povo até então no anonimato, mas a pesquisa está trazendo oportunidades para contar a história e ser reconhecido o valor da fé, dos tambores, dos congás, do povo de santo! Descobri que mesmo no meu bairro que eu achava por mim conhecido, vi que se abriram horizontes antes não conhecidos de carência e violência (Maria de Fátima Buratto, Mãe Mariazinha, pesquisadora Alvorada-RS).

O segundo vetor diz respeito à troca e produção de conhecimento por aqueles pesquisadores oriundos das universidades. Essa experiência e troca podem ser tomadas como possibilidade de acesso a um universo desconhecido até então por essas pessoas e como fonte potente para um processo de formação mais amplo e crítico desses jovens estudantes que alhures poderão agir de forma mais transformadora na sociedade. Cumpre-se o papel de aproximar o jovem intelectual da realidade que muitas vezes estuda com indiferença, permitir que estabeleça contato com grupos sociais e universos culturais distintos do seu e de subverter posições e hierarquias, colocando-o na mesma posição daqueles que tradicionalmente se encontram numa estratificação inferior. Nas palavras de dois jovens pesquisadores universitários:

Bem, é chegada ao fim uma pesquisa de quatro meses que me trouxe algumas possibilidades inimagináveis. Conhecer lugares completamente diferentes do meu círculo social, ter contato com pessoas que possuem outra visão de vida e mundo, entender mais sobre uma religião extremamente complexa e interessante, fazer novos amigos e ampliar – inclusive qualitativamente – meu círculo social. Não vejo isso como um fim, tenho certeza que nos encontraremos muitas vezes na vida, algumas até em âmbito profissional. Fica a ansiedade para ver o livro que será feito com o material coletado nesse trabalho e, mais ainda, o que trará de novo, na vida do povo de santo, essa pesquisa (João Vitor, pesquisador RM Recife).

(E)

Ter integrado a equipe do *Mapeamento das Comunidades Tradicionais de Terreiros* significa muito e de muitas formas para mim. Explico-me: desde a primeira reunião na qual pude conhecer a justificativa e os objetivos do mapeamento, dei-me conta da invulgar relevância de tal pesquisa e, desde então, encarei-a mesmo como marco histórico dentro das ações do Governo Federal que visam a valorização e a visibilidade do *povo de santo* no cenário atual cada vez mais fortalecido de suas lutas no sentido da garantia de seus direitos historicamente extirpados e que buscam num só tempo a igualdade social e a ma-



nutrição e re-elaboração da *diferença* manifesta em práticas culturais que conformam inúmeros símbolos/valores compartilhados. Afora minhas incertezas e o desconhecido que se me apresentava tão de perto, uma coisa eu tinha claro em mim: precisava disciplinar com a disciplina antropológica, com o *sistema de ideias e valores* que são próprios da antropologia, todos os meus sentidos, em particular aqueles que configuram o meu *olhar* e meu *ouvir* enquanto instrumentos imprescindíveis à etapa primeira do trabalho de campo, o “estar lá”, a fim de que fosse possível criar condições de um diálogo efetivo com cada líder afro-religioso, que fosse possível conversar com cada um deles para além das diferenças entre nossos *idiomas culturais*. Roberto Cardoso de Oliveira havia-me ensinado: eu não buscava informantes, mas interlocutores (Moahra Fagundes, pesquisadora RM Belém).

Para concluir a reflexão sobre o caráter compartilhado desta pesquisa, destaca-se não apenas a participação do ponto de vista da execução, mas de sua concepção, planejamento e coordenação. Assim, não se pode deixar de mencionar a importância de contar no âmbito das coordenações regionais com um representante do universo das comunidades envolvidas: representante das comunidades de terreiros ou integrante dos movimentos sociais negros, profissionais que colaboraram decisivamente nas tarefas maiores de organização, planejamento e condução dos trabalhos.

Dentro do universo de cada RM foram eleitos quatro supervisores locais, um para cada região, escolhidos por sua proximidade com o universo da pesquisa. Assim, vemos que o processo participativo e colaborativo pautou a idealização, concepção metodológica e realização deste trabalho. Tal processo deve ser considerado um diferencial que nos leva a partilhar os resultados com os incansáveis colaboradores envolvidos.

Seria preciso aqui fazer duas ressalvas quanto ao protagonismo social. A primeira diz respeito à dificuldade associada aos mecanismos formais atualmente existentes para se realizar pesquisas dessa natureza, o que impede muitas vezes que os partícipes do universo em foco possam, para além de um protagonismo colaborativo, conquistarem os meios para assumirem autonomamente a execução de trabalhos voltados para seu universo sociocultural. Dificuldade explicada por um processo histórico de intensa marginalização que, acreditamos, ações de valorização e afirmação como essa contribuem para diminuir.

A segunda ressalva relaciona-se à extensão temporal de que se dispunha para desenvolver o trabalho. Esse tempo, relativamente curto, limitou o alcance da participação em algumas importantes etapas do trabalho como na elaboração do instrumento quantitativo da pesquisa, o questionário. Não foi possível discutir de forma ampla as questões anteriormente e, por conseguinte,

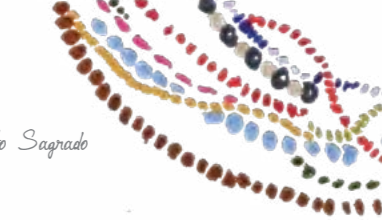
a melhor forma de abordagem de alguns temas mais delicados. O que não excluiu uma revisão detalhada do instrumento elaborado com a participação dos atores envolvidos em cada localidade durante a realização dos pré-testes. Também algumas questões foram moduladas com os próprios pesquisadores durante o processo de treinamento e após os primeiros dias de trabalho.

Do processo de treinamento

Aportes preparatórios para a pesquisa foram importantes para a compreensão da especificidade dos conceitos envolvidos e da temática em questão. O ponto de partida do processo de treinamento da equipe que foi a campo foi a transmissão de conceitos e temas que seriam privilegiados na abordagem, como a definição de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), foco desta pesquisa. O esclarecimento desse conceito consolidou-se como elemento-chave da etapa preparatória, uma vez que muitos dos pesquisadores, tanto acadêmicos quanto protagonistas sociais, não tinham acesso à amplitude de tal conceito.

As noções que integram o conceito de SAN foram colocadas de modo direto, a fim de tornar compreensível seu significado maior. Abordaram-se questões referentes às ações e políticas públicas relacionadas aos alimentos e à alimentação, tanto voltadas ao acesso insuficiente, ligados à fome e à desnutrição, quanto ao consumo alimentar inadequado. De maneira mais ampla, destacou-se o contexto histórico de desigualdades e pobreza existentes no Brasil e a importância da incorporação da SAN entre as principais medidas estratégicas do país, na perspectiva do direito humano e da soberania alimentar do público atingido.

A assimilação do conceito de SAN pela equipe teve um papel importante, proporcionando a seus integrantes o entendimento de que tal conceito mobiliza amplas questões políticas. Assim, a compreensão do conceito de SAN, aliada ao instrumental metodológico definido para pesquisar aquele universo, mostrou-se fundamental para o envolvimento dos agentes locais da pesquisa e demais pesquisadores no trabalho a ser realizado. Além disso, enfatizou-se que a melhor forma de se construir uma política pública direcionada às populações tradicionais de terreiros dar-se-ia por meio de um contexto de “encontro” entre tais protagonistas sociais e a esfera pública e que a metodologia utilizada representava uma nova oportunidade de atuação para os pesquisadores. Outras estratégias preparatórias também foram utilizadas de forma adaptada a cada região. A exibição de filme documentário, a realização de leituras de textos indicados e de palestras de lideranças convidadas que versaram sobre a forma correta de abordagem dos pesquisadores/entrevistadores nos espaços dos terreiros, orientados a se centrarem na percepção dos comportamentos éticos e adequados nesses universos, foram algumas dessas estratégias.



Em um segundo momento, buscou-se a capacitação e discussão de questões técnicas comuns do questionário. A leitura coletiva do instrumento metodológico enfatizou, para os pesquisadores/entrevistadores, a apresentação e importância de cada variável que compunha as questões e o que estas pretendiam medir no universo pesquisado. Junto a isso, destacaram-se e se estabeleceram regras de uso, a partir do manual do pesquisador, previamente produzido pela equipe de Metodologia Quantitativa do CECAPS/UFMG. A dinâmica do grupo para treinamento da aplicação do questionário priorizou a constituição de duplas entre *pesquisadores acadêmicos* e *pesquisadores provenientes do universo da pesquisa*. Tal procedimento permitiu a troca de experiências entre pesquisadores com maior proximidade e/ou domínio com a formulação de questões técnicas/objetivas em razão de suas trajetórias no curso de ciências sociais e os pesquisadores que traziam conhecimento das especificidades do universo da pesquisa, conhecendo de perto as religiões de matriz africana, afro-brasileira e ou afro-indígena. Vale destacar que o resultado dessa dinâmica entre os pesquisadores, onde ora era entrevistador ora entrevistado, proporcionou às equipes a experiência do intercâmbio de lugares, necessária para a realização do trabalho de campo.

Durante o processo de treinamento tornou-se importante a discussão entre a equipe de pesquisadores e a coordenação acerca da dificuldade que teríamos quanto à entrada nesses espaços. A resistência e o receio à entrevista por parte de uma parcela de representantes das comunidades de terreiros foram fatores com os quais a equipe precisou lidar no curto tempo de pesquisa. Para tanto, decidiu-se que o primeiro ponto abordado e discutido para construir uma estratégia de ação remeteria à história de perseguição, preconceito e intolerância que esse coletivo vivenciou e, em menor proporção, vivencia ainda hoje. Debruçar-se sobre tais questões ajudou os pesquisadores a compreenderem a postura de muitos líderes procurados durante o trabalho de campo e a buscar superar tais situações da melhor maneira possível.

Ainda no esforço de superar as dificuldades encontradas em campo, adotou-se como medida a sensibilização dos pesquisadores externos ao universo afro-religioso, provocando-lhes reflexões que deslocassem o seu “olhar”, no sentido de se distanciarem de impressões que fazem parte de um imaginário coletivo avesso aos terreiros. Desse modo, ao mostrar as especificidades e significados daquele campo religioso, buscou-se desmistificar a negatividade associada a elementos referenciais próprios das religiões de matriz africana, tais como vistas pela sociedade hegemônica. Sobre tal perspectiva, o fator mais fortemente apontado pelos *pesquisadores filhos de santo* no treinamento foi a falta de conhecimento referente às religiões afro-brasileiras – o que acarreta indiferença e intolerância.

Da organização e realização empírica da pesquisa

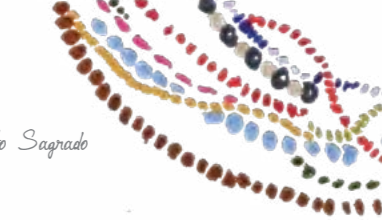
Todos os pesquisadores portavam uniforme de trabalho e crachá com nome e foto para identificação. Tal medida facilitou o acesso às casas mapeadas, visto que na camiseta constava a identificação do projeto, conferindo mais segurança para o entrevistado e credibilidade para o entrevistador. Essa identificação no mapeamento foi essencial em locais muitas vezes percebidos como de extrema periculosidade. Estar identificado como agente do Estado era, pois, necessário e fundamental. Outra vantagem conferida pela identificação refere-se ao fato de que em duas das quatro capitais mapeadas, Belém e Belo Horizonte, ocorriam outras pesquisas direcionadas ao mesmo universo. Vale ressaltar que nenhum dos pesquisadores podia ir a campo sem essa identificação, pois de outro modo geraria um clima de insegurança nos entrevistados, tendo em vista a situação receosa em que muitos se encontravam.

Em todas as regiões foram estabelecidas metas de produtividade, prevendo-se uma cota mínima de questionário e/ou casas visitadas por semana, ainda que durante o decorrer do campo pudessem surgir alterações, pois, como se trabalhou com listagens construídas em diferentes momentos, muitas casas já se encontravam inativas ou tinham mudado de endereço.

O planejamento do mapeamento dos terreiros foi pensado de modo que se atingissem todas as cidades das quatro regiões metropolitanas pesquisadas no tempo previsto. A primeira tarefa consistia em saber como localizar essas casas e, portanto, as listagens prévias para planejar a entrada em campo foram fundamentais. Para tanto, a coordenação em cada RM estabeleceu articulações junto à rede social ligada aos segmentos interessados, tais como os movimentos sociais, associações, federações, organizações não governamentais (ONGs) e órgãos governamentais.

Diversas fontes foram acessadas sobre listas de endereços e nomes de terreiros. Visando a disponibilização de informações pela comunidade foram organizadas reuniões com lideranças afro-religiosas e entidades representativas. As comissões de acompanhamento da pesquisa também foram convidadas a contribuir nesse sentido. Além disso, listagens mais antigas provenientes de pesquisas anteriores foram pontos de partida nos municípios onde existiam. O contato com órgãos públicos e os atos de lançamento nas capitais e em alguns municípios das regiões metropolitanas vieram a somar na busca por contatos e na articulação realizada pelas coordenações.

As diversas listas disponibilizadas, ainda que defasadas e incompletas, foram, assim, importantes pontos de partida para o mapeamento. A coordenação organizou listagens únicas para que não se corresse o risco de visitar os mesmos endereços. A maior parte deles localizava-se nas capitais e nas cidades de seu entorno imediato. Sendo assim, o trabalho de campo teve início nesses municípios, para depois se realizar nos municípios mais distantes ou extremantes.



Tão importante quanto as listagens prévias organizadas pelas coordenações foram as indicações solicitadas pelos pesquisadores/entrevistadores no momento da aplicação dos questionários, tendo se constituído uma rede de informações entre as casas durante o trabalho de campo, em um processo de indicação de novos endereços, o que nos permitiu ampliar significativamente os números “oficiais” das listagens iniciais. Nesse processo foram apontadas tanto comunidades no entorno do entrevistado-informante como terreiros/casas em outras regiões da cidade com as quais se tinham relações de afinidade ou pertencimento ao mesmo subuniverso das nações, linhagens, famílias. Essa estratégia funcionou na medida em que o campo afro-religioso criou uma rede de informações, solidariedade e apoio, que permitiu mais mobilidade nas regiões mapeadas e inclusão de muitas outras comunidades.

A divisão geográfica do campo, neste primeiro momento, configurou-se conforme as especificidades de cada capital, mas, de modo geral, as cidades foram divididas em regiões, distritos e/ou bairros sob a responsabilidade de determinados pesquisadores ou duplas de pesquisadores. Paralelamente à divisão da equipe na capital metropolitana e nos municípios mais acessíveis, a coordenação da pesquisa realizou um trabalho de diálogo com os órgãos municipais das prefeituras e lideranças religiosas da região metropolitana a fim de iniciar um planejamento de mapeamento de terreiros nos municípios mais distantes das capitais. Nas cidades onde não se obteve contato com líderes religiosos ou do movimento negro, estabeleceu-se uma articulação política com prefeituras e secretarias municipais (nas áreas de cultura, educação, turismo e ação social). A partir disso, muitas vezes, foram localizadas entidades e lideranças religiosas que dariam suporte informativo para um planejamento de atuação nessas localidades.

Ademais, vale destacar que, para além do diálogo com órgãos públicos e instituições do segmento afro-religioso, a coordenação e a supervisão da pesquisa junto à equipe de pesquisadores procuraram participar dos eventos relacionados às religiões de matriz africana e do calendário festivo dessas casas. Essa medida não só contribuiu para a articulação política necessária, como nos aproximou das particularidades do objeto de pesquisa, primordiais para o andamento do trabalho de campo. Ressalta-se que, para além da aplicação dos questionários, em algumas ocasiões os pesquisadores realizaram um trabalho de sensibilização junto às populações de terreiro, prestando esclarecimentos solicitados, como sobre o direito à liberdade religiosa e outros direitos fundamentais e sobre o acesso a serviços públicos já existentes, contribuindo, assim, para a construção da cidadania dessas comunidades.

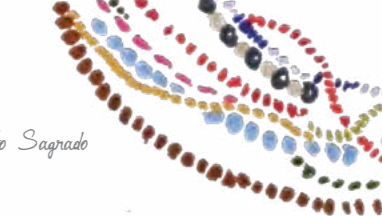
Desafios encontrados na pesquisa de campo e suas superações

O universo da pesquisa e os aspectos fundamentais a serem levantados foram previamente definidos pelo MDS e parceiros envolvidos. Na execução da pesquisa, assimetrias presentes no horizonte analítico e no horizonte prático impuseram algumas revisões.

Assumiu-se a missão de se alcançar, ao máximo, os terreiros/casas nas regiões metropolitanas abarcadas pela pesquisa, atingindo um montante amplamente representativo, ainda que não se alcançasse, necessariamente, sua totalidade. Dada a amplitude do universo que se apresentava em algumas das RMs, foram estabelecidas estratégias respeitando especificidades na orientação de um maior ou menor investimento de tempo e número de pesquisadores em determinados municípios. Nesse sentido, cidades com maior adensamento populacional, com informações prévias mais consistentes e volumosas quanto ao número de comunidades a serem visitadas, e municípios partícipes da política de distribuição de cestas de alimentos do Governo Federal (política pública “avaliada” pela pesquisa) foram priorizados. A superação desse desafio, portanto, relaciona-se às constatações de que nenhum dos municípios das RMs definidos deixou de ser visitado e mapeado e de que o número de comunidades incluídas nesse mapeamento, tendo-se em vista sua dimensão, a vitalidade e a dinâmica desse universo, foi extremamente significativo.

Poderíamos elencar desafios a partir de algumas questões comuns às quatro regiões metropolitanas trabalhadas. O reduzido prazo de execução da pesquisa de campo foi um grande empecilho para se abarcar um universo tão extenso, espalhado por todo o tecido das metrópoles e em boa medida desconhecido e/ou “tornado invisível”. Em um trabalho em que a questão de laços de confiabilidade é estruturante, a limitação temporal exigiu grande dedicação de todos os envolvidos. Tornou-se condição *sine qua non* os esforços para se construir boas relações entre as equipes, lideranças religiosas, movimentos sociais negros e a Comissão de Acompanhamento. Tais esforços nos permitiram otimizar ao máximo essa duração, tendo chegado a resultados às vezes surpreendentes pelo tempo efetivo em campo. No caso da RM de Porto Alegre, a quantidade de casas previamente listadas, assim como o dimensionamento do universo por seus representantes, apontou para um número superior, anteriormente não esperado.

Os conflitos de representatividade internos também demandaram esforços e articulação da coordenação no sentido de sua superação, o que em boa medida se deu a favor da ideia de se unirem forças para viabilizar a pesquisa. Merecem ainda destaque no rol de desafios enfrentados questões relativas aos fenômenos naturais, como as fortes chuvas que abalaram a região Nordeste e atingiram, sobretudo, os estados de Pernambuco e Alagoas, somado ao inverno rigoroso de Porto Alegre com suas chuvas e o vento minuano. Também os ciclos festivos (e obrigações religiosas) que orientam



as casas/terreiros em cada localidade, além dos horários de trabalho dos *babalorixás* e *yalorixás* tornaram difícil a localização dessas lideranças religiosas quando das visitas dos pesquisadores, muitas vezes os obrigando a retornar mais vezes para efetivamente realizar as entrevistas.

Analisando questões locais, desafios foram enfrentados nas quatro regiões e exigiram das equipes articulações e esforços para sua superação. A falta de pesquisas prévias publicadas sobre a quantificação e localização das comunidades tradicionais de terreiros e a inexistência de listagens mais completas e atualizadas devem ser citadas como problemas enfrentados na RM de Belém.

Dificuldades quanto a não disponibilização de listagens de associados de determinadas entidades representativas devem ser também mencionadas, o que dificultou o trabalho dos pesquisadores. Esse problema relacionado à tutela que certas entidades exercem em relação a seus associados, muitas vezes, reduz a autonomia de algumas casas, dificultando sua inserção em projetos específicos. Concretamente, do ponto de vista dessa pesquisa, algumas recusas foram justificadas pelos entrevistados como relacionadas a não “autorização” de dirigentes de determinada entidade representativa para que as comunidades associadas participassem. Percebeu-se que muitas delas ainda se consideram obrigadas à federalização, o que lhes garantiria direito de funcionamento, herança nefasta de tempos obscuros para as religiões tradicionais nos tempos de ditaduras passadas.

Agravando tal quadro, essas entidades representativas, ou que se dizem representativas, cobram taxas anuais de seus associados, muitas vezes em condições muito precárias de provimento de sua subsistência. Houve casos, quando a pesquisa era erroneamente associada a tais entidades, em que alguns potenciais entrevistados achavam que cobranças de atrasados seriam executadas e houve aqueles que se escondessem até que os pesquisadores se identificassem e, esclarecendo os motivos de sua presença, conseguissem realizar a entrevista. Estratégias tiveram que ser criadas para neutralizar essas desconfianças e práticas. Referimo-nos aqui a certas entidades ou “uniões” sem, no entanto, generalizar, pois muitas delas contribuíram de fato para a pesquisa e tiveram e ainda têm um papel importante de organização do universo das religiões tradicionais de terreiro. É necessário, pois, esclarecer e divulgar o artigo constitucional que garante a liberdade religiosa – que, em alguns casos, se observa tolhida –, o que revoltou pesquisadores e lideranças religiosas próximas da pesquisa:

Art. 5º, inciso VI, que textualmente diz “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (Constituição Federal, 1988).

Em Porto Alegre, região onde foi identificado o maior número de instituições representativas, em um total de 14 instituições – federações, congregação, fórum –, sem acrescentar aquelas existentes

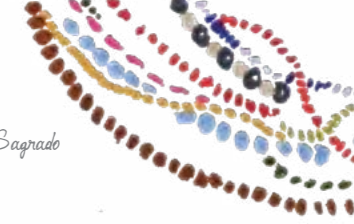
nas cidades da região metropolitana, disputas locais internas certamente estão relacionadas ao fato de algumas delas terem evitado qualquer contato com a pesquisa, dificultando assim o processo de retransmissão do mapeamento, ou o popularmente conhecido “correio nagô” – expressão que denota a importância das redes informais na interação entre o povo de santo. Em parte, tais dificuldades foram superadas, em parte não. A proximidade do período eleitoral acirrou os conflitos internos ao campo afro-religioso e influenciou a forma como a pesquisa foi percebida pela comunidade. Questões políticas locais marcaram sobremaneira os trabalhos em Porto Alegre, pois havia cinco candidatos a cargos públicos, trazendo para o universo pesquisado a delicadeza da questão eleitoral.

Em Recife, o principal desafio enfrentado no quesito sensibilização e envolvimento dos atores sociais foi a perspectiva de desenvolvimento de pesquisa similar no âmbito restrito do estado de Pernambuco. Uma potente articulação de apoios e o envolvimento da comunidade beneficiada garantiram a finalização da pesquisa e a obtenção de ótimos resultados nessa RM.

Em Belo Horizonte – capital de um estado onde o catolicismo é particularmente influente desde os tempos coloniais e onde as comunidades de terreiros parecem ser mais tradicionalistas em sua dinâmica de abertura de novas casas –, as listagens disponibilizadas por quatro fontes diferentes totalizaram pouco mais de 500 endereços para toda a área metropolitana. Além da duplicidade de endereços, tais listagens informavam um universo mais amplo do que o recorte dessa pesquisa, incluindo também filhos e filhas de santo sem casas abertas. Ainda assim, comparativamente à pesquisa anterior, finalizada em 2004 e cuja abrangência limitava-se à capital, o número de comunidades de terreiros inseridos aqui foi sensivelmente superior, por abranger toda a região metropolitana que inclui 34 municípios. Percorrer tais distâncias e se articular em tantos municípios foram dificuldades vencidas com mérito pela equipe local.

Deve-se citar ainda uma dificuldade enfrentada com garra pelos entrevistadores/pesquisadores relativa à insegurança existente nesse tipo de pesquisa de campo, na qual não se pode deixar de entrar em áreas tidas como vulneráveis ou pouco seguras até por seus moradores. Esse desafio pôde ser enfrentado com a solidariedade dos terreiros que, em muitos casos, indicaram acompanhantes locais para os entrevistadores. Também os deslocamentos e meios de transporte precários ou mesmo ausentes em determinadas regiões dificultaram a circulação dos pesquisadores, para os quais procuramos encontrar soluções conjuntas.

Importante notar que, apesar de tantos desafios, com o caminhar dos trabalhos, o envolvimento das equipes, das comissões e do “povo de terreiro” foi se tornando mais evidente e o entendimento da importância histórica da pesquisa foi sendo disseminado, o que certamente contribuiu para o resultado exitoso do trabalho.



Considerações finais

A adesão a esta pesquisa pela quase totalidade das comunidades de terreiros visitadas revela a importância e o acerto de sua proposta. Trabalhar com agentes sociais que tradicionalmente figuram como referências importantes em seu entorno para práticas de Segurança Alimentar e Nutricional – visto que promovem tradicionalmente distribuição, compartilhamento comensal, educação alimentar –, atuando juntamente às organizações já instauradas na sociedade, sobretudo em espaços periféricos das grandes cidades, é o maior mérito deste trabalho. A essa determinação dos órgãos públicos responsáveis procuramos responder à altura, propondo uma pesquisa que levasse também em conta o reconhecimento e a participação desses agentes na produção de conhecimento sobre seu universo, por meio de uma pesquisa compartilhada.

Observamos que os resultados obtidos a partir de todo esse instrumental metodológico possibilitaram-nos reafirmar que as comunidades tradicionais de terreiros, marcadamente vinculadas aos cultos afro-descendentes, são comunidades que se assentam em um caráter eminentemente étnico e comunitário cuja rede relacional extrapola os limites físicos do terreiro ou casa. Como menciona Norton Corrêa (2006, p. 65), “a comunidade se estabelece como uma grande rede de relações sociais, composta, por sua vez, pelas redes similares menores que cada templo estende em torno de si e nas quais os indivíduos se movem”.

Nesse sentido, as comunidades de terreiros têm importância organizativa reconhecida em espaços marcados pela escassez. Nesses lugares, quer seja pela centralidade ritual da comida, quer seja por serem espaços de solidariedade social e étnica, é prática comum a distribuição de alimentos, a qual se pode recorrer. Lugares de *acolhimento*, os terreiros estão envolvidos também em ações voltadas para a promoção de assistência social, saúde, assim como de atividades culturais. As comunidades pesquisadas estão imbricadas na rede mais ampla de solidariedade e organização particular desses espaços nos quais se localizam e são fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas estruturantes em diversas áreas.

A dimensão de organização religiosa das comunidades enfocadas não se contrapõe, de forma alguma, ao caráter laico do Estado que se propôs a realizar empreendimento de tamanha envergadura. Ao contrário, tal dimensão encontra-se imbricada nas duas características anteriormente mencionadas e que são fundamentais na constituição desse grupo social: sua dimensão cultural e seu caráter social não apenas étnico-religioso, mas, sobretudo, comunitário. Esta pesquisa deixa uma contribuição importante sobre um dos *locus* de produção e disseminação de parte significativa da cultura brasileira, ao passo que reconhece e produz conhecimento específico com o intuito de potencializar e multiplicar as práticas sociais, assistenciais e terapêuticas que esses grupos

tradicionalmente desenvolvem. Nas palavras de pesquisadores de Recife e Belo Horizonte, a partir de suas experiências:

Sem falar nos quantos participam de diversas iniciativas de ajuda ao próximo, na maioria das vezes, nem se importando com a opção religiosa da pessoa assistida, mas somente com a situação de necessidade e com a busca contínua pela caridade, hábito este tão difundido entre o povo de santo (Rodrigo Dantas, pesquisador da RM Recife).

(E)

Acabamos por descobrir que nossa região era repleta de centros religiosos de matriz africana (...) Pelo caminho encontramos gente que principalmente nos emocionou muito! Pessoas carregadas de fé nos orixás e nos homens, que com poucos recursos disponíveis fazem de sua cultura um ponto de amparo social (Edilene Rocha, pesquisadora da RMBH).

As religiões de matriz africana, afro-brasileira ou afro-indígenas se inserem em um *continuum* cultural-religioso, por meio de um conjunto articulado de significados e símbolos próprios a cada expressão ritual/religiosa. Destacam-se pela diversidade de expressões, compondo um cenário extremamente plural: candomblé, umbanda, batuque, nação, tambor de mina, xambá, omolocô, pajelança, jurema, quimbanda, xangô, dentre outras variantes encontradas, incluídas no conceito aglutinador de *comunidades tradicionais de terreiros*.

Conseguimos coletar histórias que nos marcaram para sempre. Eram histórias de lutas, vitórias, perdas, ganhos, derrotas, amor, amizade, solidariedade, enfim, histórias de vidas. A cada questionário respondido, uma história semeada na memória. Em meio a pedras encontradas no caminho, os terreiros resistiram e continuaram a contribuir com quem necessitava ou quem ainda necessita de ajuda. Cada pedra retirada, uma oferenda aos orixás (...) Nas casas ou terreiros, as cores, as imagens, as roupas, as festas, as comidas, os colares, remetem-nos aos nossos ancestrais africanos que trouxeram do outro lado do oceano suas crenças que perduram de maneira abrasileirada no cotidiano dessas comunidades (Anderson Feliciano, pesquisador da RMBH).

Consideramos ao final que acolher nesta publicação uma diversidade de manifestações culturais e religiosas tão impactante significa um passo definitivo para o reconhecimento das comunidades tradicionais de terreiros como instâncias de organização social fundamentais para suas comunidades imediatas, suas comunidades de entorno e para a sociedade e a cultura do nosso país.



Bibliografia

BRASIL. Presidência da República. Constituição Federal. Brasília, DF, 1988.

CORRÊA, Norton Figueiredo. **O Batuque do Rio Grande do Sul. Antropologia de uma religião afro-rio-grandense**. 2. ed. – São Luís: Cultura e Arte, 2006.

INGOLD, Tim. Jornada ao longo de um caminho de vida – mapas, descobridor-caminho e navegação. **Religião e Sociedade**, v. 25, n. 1. Rio de Janeiro: ISER, 2005.

MAPEAMENTO dos Terreiros de Salvador. Disponível em: <www.ceao.ufba.br/2007>. Acesso em: 20 out. 2010.

QUIROGA, Júnia, RODRIGUES, Mônica (Orgs.). **Rua, aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.

SANTOS, Jocélio Teles dos (Org). **Mapeamento dos Terreiros de Salvador**. Salvador: UFBA/CEAO, 2008.

SZTUTMAN, Renato. Jean Rouch, um antropólogo-cineasta. In: NOVAES, Sylvia Caiuby et al. (Orgs.). **Escrituras da Imagem**. São Paulo: Edusp, 2004.

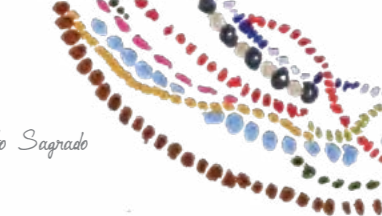






*Pesquisa Socioeconômica
e Cultural de Povos
e Comunidades Tradicionais
de Terreiros - Síntese de
Resultados*

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



I. Apresentação

Este artigo apresenta a síntese dos principais aspectos metodológicos e dos resultados da Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros, referentes às quatro regiões metropolitanas (RM) investigadas – Recife, Belém, Belo Horizonte e Porto Alegre.

A partir da Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos, que atende alguns segmentos de povos e comunidades tradicionais, dentre eles os terreiros, as lideranças dos povos de terreiros passaram a demandar do poder público diagnósticos sobre a localização, contingente populacional e situação de segurança alimentar e nutricional de suas comunidades¹.

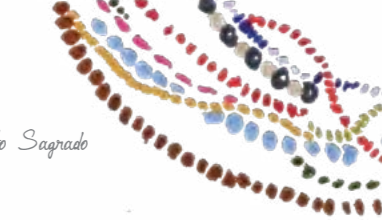
A pesquisa foi contratada, por via licitatória, pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) mediante acordo de cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A vencedora do certame, Associação Filmes de Quintal, foi responsável pela execução da pesquisa que contou, ainda, com a parceria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Fundação Cultural Palmares (FCP). O desenvolvimento do trabalho – particularmente a construção dos instrumentos de coleta, a coleta e a análise dos dados – foi acompanhado pelo Departamento de Avaliação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do MDS.

As comunidades de terreiros são territórios comunitários de preservação e culto das religiões de matriz africana, afro-brasileira e afro-indígena. A comunidade tradicional de terreiro é um espaço de acolhimento e prestação de serviços sociais a grupos e pessoas que vivenciam situação de vulnerabilidade. Assim, além de serem espaços culturalmente diferenciados, desenvolvem ações sociais no seu entorno, dentre as quais se destacam atividades relacionadas à segurança alimentar e nutricional da comunidade geograficamente constituída².

Segundo Prandi (2004), os terreiros são pequenas congregações de pessoas adeptas de cultos religiosos afro-brasileiros, ou afro-indígenas, que se aglutinam em torno do pai ou mãe de santo; também conhecidos como famílias de santo, gozam de relativa autonomia e autossuficiência. Trata-se de casas de religião de variadas expressões – candomblé, umbanda, batuque, tambor de mina,

¹ A Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio de sua Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, para atender, em caráter emergencial, indígenas, quilombolas, terreiros, marisqueiras, caranguejeiras, atingidos por barragens e pessoas em situação de calamidade pública. Conta com a cooperação de órgãos federais com pastas afins.

² Vale lembrar que, de acordo com o artigo 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006), a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.



xambá, omolocô, pajelança, jurema, quimbanda, xangô, dentre outras – cuja dimensão comunitária se faz presente nas redes de solidariedade que unem adeptos e não adeptos.

As comunidades tradicionais de terreiros estão, majoritariamente, localizadas em regiões de baixa renda nas grandes metrópoles brasileiras. A territorialização do espaço urbano brasileiro, em especial nas últimas décadas do século XIX até o período da industrialização, na primeira metade do século XX, caracterizou-se pela presença de um contraste existente entre as definições legislativas e as particularidades locais, compostas pela ocupação de africanos e escravos e, posteriormente, de imigrantes europeus. A territorialização física africana era gravemente dificultada pelas leis e dinâmica socioeconômica da sociedade brasileira, de modo que foram impelidos a ocuparem as periferias das cidades e a realizar uma “reterritorialização simbólica” com foco no próprio corpo e assim transmitir, ao longo de gerações, saberes e práticas que têm como matriz a cultura africana.

Apesar da marginalização social, invisibilidade e preconceito sofridos por esses grupos e dessas localidades serem marcadas pela escassez de alimentos, a pesquisa identificou que nos terreiros “quer seja pela centralidade ritual da comida, quer seja por serem espaços de solidariedade social e étnica, é prática comum a distribuição de alimentos” (BRASIL, 2010). Daí a importância do esforço de pesquisa empreendido, objeto deste artigo.

Cabe destacar que o levantamento dos dados propriamente dito foi precedido por uma articulação interinstitucional que buscou garantir a representação e participação do povo de santo, como se autodenominam os membros dos terreiros. Nesse sentido, foram firmadas parcerias e compromissos junto aos diversos atores sociais e entidades representativas, tais como os Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAS), órgãos públicos estaduais ou municipais de políticas de promoção da igualdade racial, movimentos sociais negros organizados e lideranças religiosas. Como marcos concretos dessas iniciativas, devem ser mencionados:

- atos de lançamento da pesquisa coordenados pela SESAN/MDS em cada uma das capitais dos estados pesquisados, exceto Porto Alegre;
- criação de comissões de acompanhamento formadas por lideranças afro-religiosas, representantes de órgãos governamentais locais, representantes dos movimentos negros organizados, entre outras instituições, com vistas a contribuir com a divulgação, execução e monitoramento dos trabalhos;
- seleção de equipes de pesquisa constituídas por pesquisadores profissionais/acadêmicos (graduados ou recém-graduados em ciências humanas e sociais) e pesquisadores protagonistas (integrantes ou indicados por representantes do povo de santo);

- inclusão, no âmbito da coordenação da pesquisa, de um supervisor de campo ligado ao universo das comunidades tradicionais de terreiros;
- organização e/ou atualização de listas prévias das comunidades tradicionais de terreiros das regiões pesquisadas a partir das informações fornecidas por lideranças afro-religiosas, entidades representativas e pesquisadores de universidades.

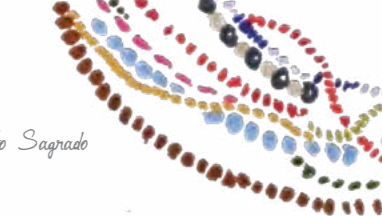
Esse desenho da pesquisa intentou fomentar o protagonismo das comunidades tradicionais de terreiros que participaram da pesquisa por meio de instâncias de acompanhamento, supervisão local e pesquisadores oriundos do povo de santo. Buscou-se assim cumprir o que versa a Convenção nº169 da OIT sobre povos indígenas e tribais, promulgada por meio do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, no que se refere ao estabelecimento de meios pelos quais os povos interessados possam participar livremente na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes e quanto ao cumprimento de seus direitos sociais, econômicos e culturais³. Isso é o que também preceitua o Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que também lhes assegura o direito à segurança alimentar e nutricional⁴. A PNPCT é coerente com o Decreto nº 7.272/2010, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) – Lei nº 11.346/2006 –, e o artigo 6º da Constituição Federal⁵. O Decreto nº 7.272/2010, por exemplo, ao regulamentar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), determina a universalização das ações de segurança alimentar e nutricional para os povos e comunidades tradicionais. A propósito, um dos objetivos da PNSAN é articular programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e provejam o direito humano à alimentação adequada, observando as diversidades sociais, culturais, ambientais e étnico-raciais⁶.

³ A Convenção nº 169 da OIT está em conformidade com Declaração Universal dos Direitos Humanos, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e dos numerosos instrumentos internacionais sobre a prevenção da discriminação.

⁴ Decreto nº 6.040/2007, anexo, artigo 1º, inciso III. Cumpre lembrar que as comunidades de terreiros são um dos diversos povos e comunidades tradicionais que integram a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), segundo critérios de autoidentificação. Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, realizado em Luziânia-GO, entre os dias 17 e 19 de agosto de 2005, apoiado pelos ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ver: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/documentos/san-dos-povos-indigenas-populacoes-negras-e-povos-e-comunidades-tradicionais/apresentacao-da-politica-nacional-dos-povos-e-comunidades-tradicionais>>.

⁵ A incorporação da alimentação aos direitos sociais, previstos na Constituição Federal, deu-se por meio da Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Cf. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm>.

⁶ Decreto nº 7.272/2010, capítulo II, artigo 4º, inciso II.



A presente pesquisa avançou nesse sentido: promoveu o levantamento de um conjunto de informações com potencial de alimentar o sistema de monitoramento e avaliação previsto na PNSAN, o qual “deverá identificar os grupos populacionais mais vulneráveis à violação do direito humano à alimentação adequada, consolidando dados sobre desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero”. Ademais, corresponde à demanda do CONSEA, instância partícipe do SISAN e de assessoramento direto da Presidência da República, que, em plenária realizada no dia 28 de outubro de 2009, propôs a realização, pelo Estado, de levantamentos socioeconômicos e demográficos sobre povos e comunidades tradicionais utilizando georreferenciamento e com participação dos seus membros na concepção, implementação e acompanhamento⁷. Esta orientação da PNSAN condiz com o princípio do respeito à diversidade sociocultural do país, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, de acordo com o inciso IV do artigo 3º da Constituição Federal.

Além disso, a pesquisa responde à determinação da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Conhecido como Estatuto da Igualdade Racial, este dispositivo legal visa “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (artigo 1º). Nesse sentido, o Estado fica obrigado a adotar medidas eficazes de combate à intolerância para com as religiões de matriz africana, devendo assegurar a participação proporcional de representantes destas religiões em comissões, conselhos, órgãos e outras instâncias deliberativas do poder público (artigo 26, inciso III).

As informações produzidas pela pesquisa, contratada pelo MDS, podem servir, portanto, aos múltiplos propósitos de subsidiar a formulação de políticas públicas destinadas a combater os fatores da marginalização da população negra e a promoção da igualdade étnico-racial⁸, tanto quanto de instrumentalizar e empoderar os representantes das religiões de matrizes africanas e afro-indígenas na sua interlocução com o poder público.

Assim, os resultados ora apresentados testemunham o esforço do Estado brasileiro em fazer conhecer a realidade alimentar, demográfica e socioeconômica de grupos étnico e culturalmente diferenciados, com vistas à concepção e implementação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (SAN) que respeitem suas especificidades, tal como assegurado pela legislação constitucional e infraconstitucional. Antes dos resultados, porém, apresenta-se brevemente a metodologia utilizada pela pesquisa.

II. Metodologia

A pesquisa fez uso de técnicas de abordagem qualitativa e quantitativa na coleta de dados. A aplicação do questionário⁹ para coleta de dados quantitativos foi precedida pela realização de pré-teste com vistas a aprimorar seu conteúdo, estrutura e fluxo, bem como por oficinas de treinamento dos pesquisadores e supervisores. Estes encontros privilegiaram a abordagem da História das Religiões Afro-brasileiras e seus aspectos regionais, além de discussão sobre a temática de SAN. O trabalho de campo foi realizado entre os meses de maio e agosto de 2010, durante os quais também foram feitos registros audiovisuais, referentes a comunidades tradicionais de terreiros nas RM de Belém-PA, Belo Horizonte-MG, Porto Alegre-RS e Recife-PE, com o propósito de subsidiar ações de SAN para este público.

Foram visitados 5.428 endereços listados ou informados como terreiros ou casas de religião de matriz africana e afro-indígena, dentre os quais os pesquisadores realizaram 4.045 entrevistas com base em questionário estruturado, além do registro de 58 horas de gravação de entrevistas em profundidade com 41 representantes das comunidades pesquisadas e estudiosos do tema. Como já mencionado, a composição das equipes de pesquisa combinou entrevistadores profissionais/acadêmicos com aqueles oriundos do povo de santo, estes considerados como “entrevistadores protagonistas”. Todos os entrevistadores receberam o treinamento adequado para a coleta de dados. A composição das equipes em cada RM pode ser visualizada na tabela 1.

Tabela 1. Composição das equipes de campo da Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros segundo Região Metropolitana

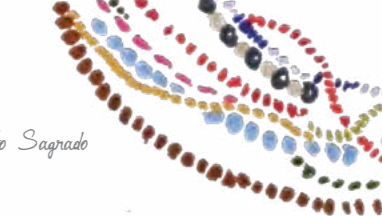
Regiões Metropolitanas	Entrevistadores protagonistas	Entrevistadores profissionais/acadêmicos
Belém	15	4
Belo Horizonte	10	5
Porto Alegre	16	6
Recife	13	6
Total	54	21

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da pesquisa. Filmes de Quintal/MDS, 2010.

⁷ Cf. Decreto nº 7.272/2010, capítulo VIII, artigo 6º e CONSEA (2009).

⁸ Objetivos do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), previsto no título III da Lei nº 12.288/2010.

⁹ O questionário utilizado na presente pesquisa encontra-se em anexo.



O questionário – aplicado a lideranças religiosas de 85 municípios das quatro RM – foi composto por 107 questões, em torno das quais cerca de 400 variáveis estiveram divididas nos seguintes blocos: a) dados de identificação e localização do terreiro/casa; b) dados de identificação do responsável pelo terreiro/casa; c) identificação e caracterização do terreiro/casa; d) caracterização da produção e consumo alimentar e nutricional; e) caracterização física, fundiária e infraestrutural do terreiro/casa; f) caracterização legal do terreiro/casa; g) informações sobre o entorno. Por sua vez, as entrevistas, gravadas em suporte audiovisual, abordaram temas como alimentação nos terreiros, avaliação das políticas públicas de SAN, constituição histórica, aspectos socioculturais e atuação política de suas lideranças.

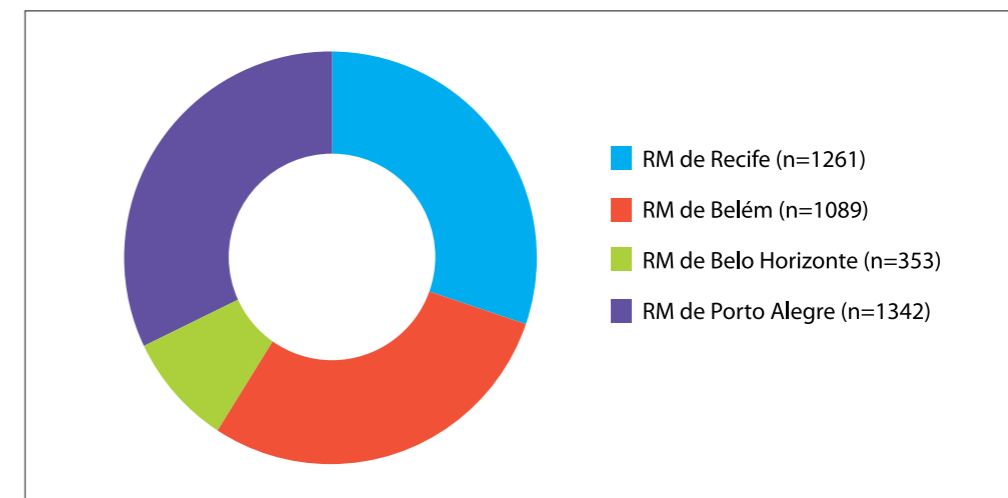
O presente artigo versará prioritariamente sobre os achados quantitativos, trazendo alguns elementos qualitativos que sejam importantes para complementar as análises em foco. Além da apresentação e desta seção metodológica, o texto traz uma caracterização geral das comunidades tradicionais de terreiros: número total de terreiros e principais manifestações religiosas das quatro RM. Em seguida, é apresentada uma síntese dos principais resultados encontrados em termos da caracterização geral das comunidades tradicionais de terreiros; dos aspectos sociodemográficos de suas lideranças; da produção de alimentos e características das cozinhas; do acesso a ações de SAN, água e esgotamento sanitário; da avaliação por parte das lideranças da ação de distribuição de cestas de alimentos e, finalmente, do contexto comunitário. A seção de considerações finais encerra o texto.

III. Resultados

A) Caracterização geral das comunidades tradicionais de terreiros

Os resultados apresentados descrevem o banco de dados referente aos questionários válidos, que contém um universo de 4.045 casas ativas. O maior percentual de comunidades tradicionais de terreiros foi encontrado na RM de Porto Alegre (1.342 casas), seguida da RM de Recife (1.261 casas) e da RM de Belém (1.089 casas). A RM de Belo Horizonte foi a que apresentou o menor número de casas de religião afro-brasileira ou afro-indígena, 353 no total.

Gráfico 1. Casas ativas identificadas na Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros segundo Região Metropolitana



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da pesquisa. Filmes de Quintal/MDS, 2010.

A pesquisa registrou, em todas as regiões metropolitanas, 17 diferentes cultos afro-brasileiros e afro-indígenas: candomblé, umbanda, xangô, batuque, vodum, tambor de mina, mina de caboclo, linha cruzada, umbandomblé, jurema, toré, quimbanda, omolocô, catimbó, pajelança, nagô, pena e maracá. O quadro a seguir apresenta as principais manifestações religiosas nas regiões metropolitanas investigadas, sendo a umbanda a religião afro-brasileira mais presente nas quatro regiões, destacando-se que, apesar de estar presente na RM de Recife, a vertente mais praticada nesta RM é a jurema¹⁰. Assim, mais da metade das lideranças dos terreiros afirmou praticá-la em seus espaços de culto: 2.113 no total. O candomblé é a segunda religião mais mencionada pelas lideranças, sendo praticada em 1.085 dos terreiros; seguem a jurema (896 espaços praticantes), o batuque (830), a quimbanda (777) e o tambor de mina (523). Por outro lado, a partir da autodefinição das lideranças, a pesquisa procurou se acerrar da variedade de cultos praticados, do trânsito inter-religioso e constatou a convivência de múltiplas manifestações religiosas no espaço de um mesmo terreiro¹¹ (tabela 2).

¹⁰ Para uma revisão bibliográfica concernente às religiões afro-brasileiras, cf. Prandi (2006).

¹¹ Para tanto, foram feitas duas perguntas, não excludentes e não hierárquicas (“qual a religião do seu terreiro/casa?” e “que outras formas religiosas praticam-se neste terreiro/casa?”), cujo cruzamento demonstrou a convivência de duas ou mais formas de culto no mesmo terreiro, fato comum nas quatro regiões metropolitanas pesquisadas.

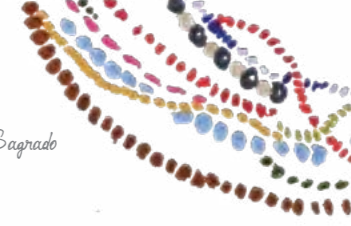


Tabela 2. Manifestações religiosas afro-brasileiras e afro-indígenas reportadas na Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros segundo Região Metropolitana

Região Metropolitana	Denominação	Casas praticantes (freq.)
Belém	Umbanda	533
	Tambor de Mina	523
	Pena e Maracá	402
	Candomblé	190
	Nagô	61
	Mina de caboclo	42
	Pajelança	10
Belo Horizonte	Umbanda	212
	Candomblé	163
	Omolocô	28
Porto Alegre	Umbanda	1.003
	Batuque	830
	Quimbanda	777
	Linha Cruzada	72
	Nagô	32
	Candomblé	29
Recife	Jurema	896
	Candomblé	703
	Umbanda	365
	Nagô	181
	Xangô	10

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da pesquisa. Filmes de Quintal/MDS, 2010.

Há que se atentar, igualmente, para as especificidades regionais. No caso da RM de Belém, por exemplo, o tambor de mina, uma manifestação local do candomblé de origem mina-nagô vinda do Maranhão, é praticado por um grande número de terreiros que, somados às suas derivações nominativas, nagô e mina de caboclo, corresponde a cerca de 60% das casas de religião da capital paraense e adjacências. Ainda nesta região metropolitana, note-se a presença expressiva de elementos indígenas em diálogo com os orixás africanos: pajelança e pena e maracá, presentes em cerca de 40% dos terreiros de Belém e cidades do entorno.

Também no Recife e entorno é disseminada uma religiosidade de origem indígena, a jurema, presente em mais de 70% dos seus terreiros. Ainda nesta capital, aos números relativos ao candomblé podem ser acrescidos aqueles das lideranças que, por razões históricas, culturais e políticas, disseminaram praticar o xangô e o nagô. Assim, teríamos 894 terreiros nos quais o candomblé dos orixás nagôs é praticado, o que equivale a cerca de 70% dos casos na metrópole pernambucana.

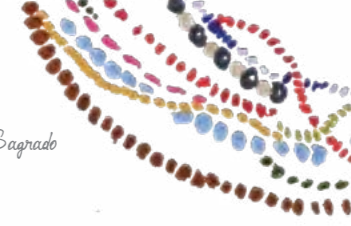
Já a RM de Porto Alegre é marcada pela presença do batuque, religião de origem africana de culto aos orixás iorubanos. Também por fatores históricos, culturais e políticos, os terreiros de batuque podem ser somados aos de culto nagô, totalizando presença em cerca de 65% das casas de religião da capital gaúcha e entorno. As religiões de culto a exus e pombas-giras também são bastante disseminadas nesta região metropolitana: aproximadamente 65% dos terreiros da RM de Porto Alegre praticam a quimbanda ou linha cruzada.

Quanto à RM de Belo Horizonte, merece destaque a manifestação religiosa de origem congo-angolana, o omolocô, presente em 28 terreiros e cuja presença expressiva foi relatada unicamente nesta capital.

B) Características socioeconômicas das lideranças dos terreiros/casas

Nas economias monetarizadas, como a brasileira, dispor de renda é fator preponderante para acessar os alimentos (HOFFMANN, 1995; CONSEA, 2010). A pesquisa apontou que o principal recurso para aquisição de alimentos pelos terreiros é a renda da própria liderança, de acordo com 52,5% dos entrevistados. Em relação aos rendimentos médios mensais, 46,9% das lideranças recebem mensalmente até um salário mínimo (SM) por mês; 28,9% têm rendimentos entre um e dois SM; 16%, entre dois e quatro SM; 4,5%, entre quatro e seis SM e apenas 3,6% têm renda superior a seis SM¹². As lideranças da RM de Recife são as que têm os menores níveis de renda (85,3% recebem até dois SM por mês), seguidas pelas da RM de Belém (81,6% recebem até dois SM por mês). As da RM de Porto Alegre e RM de Belo Horizonte apresentaram os maiores rendimentos. Esse quadro é coerente com os percentuais referentes à participação em programas de transferência de renda: 35% dos entrevistados na RM de Recife e 27,8% na RM de Belém disseram receber benefícios do Programa Bolsa Família, enquanto na RM de Porto Alegre e na RM de Belo Horizonte temos 12,4% e 10,9%, respectivamente.

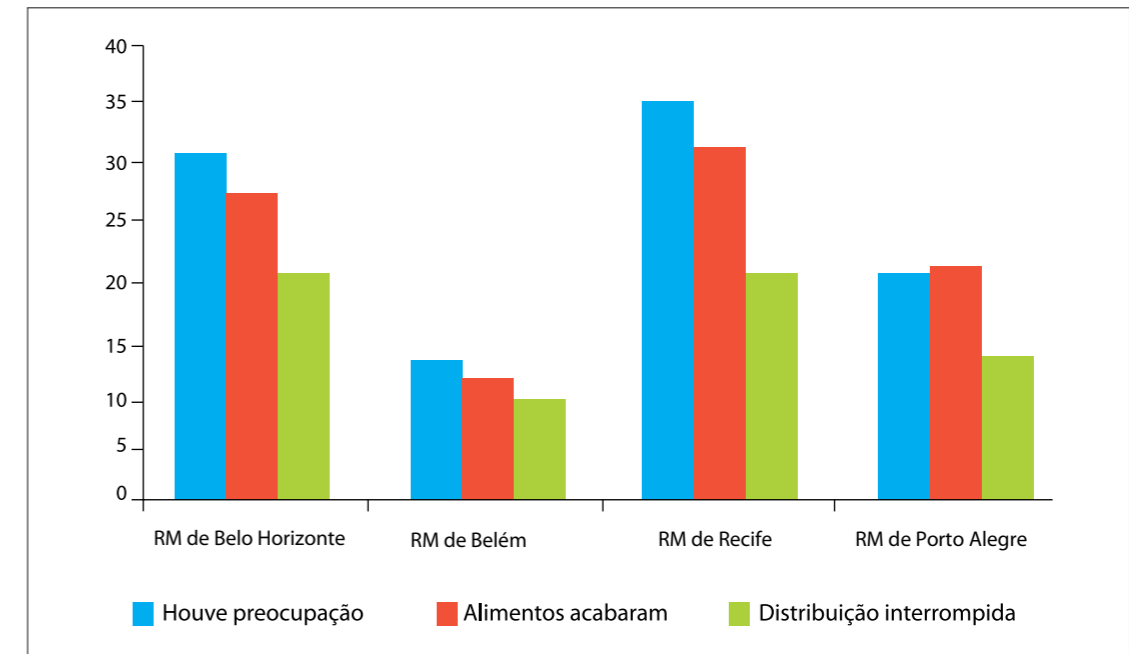
¹² Durante a coleta de dados, o valor do salário mínimo era de R\$ 510,00.



Dado que o principal recurso para a aquisição de alimentos pelos terreiros é a renda da própria liderança e que a maioria (75,8% das lideranças, em média entre as RM) possui rendimentos de até 2 salários mínimos, é compreensível que um número expressivo de lideranças tenha relatado preocupação com a falta de alimentos para distribuição ou mesmo que os alimentos tenham acabado, tomando como referência os três últimos meses anteriores à pesquisa. Em 23% das lideranças houve preocupação de que os alimentos destinados à distribuição acabassem antes de poder comprar mais; 21% disseram que, de fato, os alimentos acabaram antes que pudessem comprar mais e 14% tiveram de interromper a distribuição por falta de alimentos em seus estoques. O fato de que 26% dos terreiros recebem algum tipo de doação de alimentos explica porque a distribuição de alimentos não foi interrompida dentre parcela dos que experimentaram sua falta, mas não dispunham de dinheiro para adquiri-los.

Quando analisados por região metropolitana, os dados revelam que os pais e mães de santo da RM de Recife foram os que relataram maior preocupação de que os alimentos para distribuição acabassem antes que obtivessem mais, tomando como referência os três últimos meses: 34% das lideranças pernambucanas. Também, nesta RM foi onde se constatou maior percentual de lideranças que relataram que os alimentos para distribuição acabaram antes de obter mais, tomando como referência os três últimos meses (30,05%), e é onde se encontra o maior percentual de terreiros que tiveram de interromper a distribuição de alimentos porque eles acabaram: 19,4% (gráfico 2). Esses números são condizentes com a menor renda percebida pelas lideranças na região metropolitana de Recife, conforme já descrito.

Gráfico 2. Lideranças que relataram preocupação de que os alimentos destinados à distribuição acabassem antes de poder obter mais, ou que os alimentos para distribuição de fato acabaram ou que tiveram de interromper a distribuição por falta de alimentos – nos últimos três meses anteriores à Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros – segundo Regiões Metropolitanas

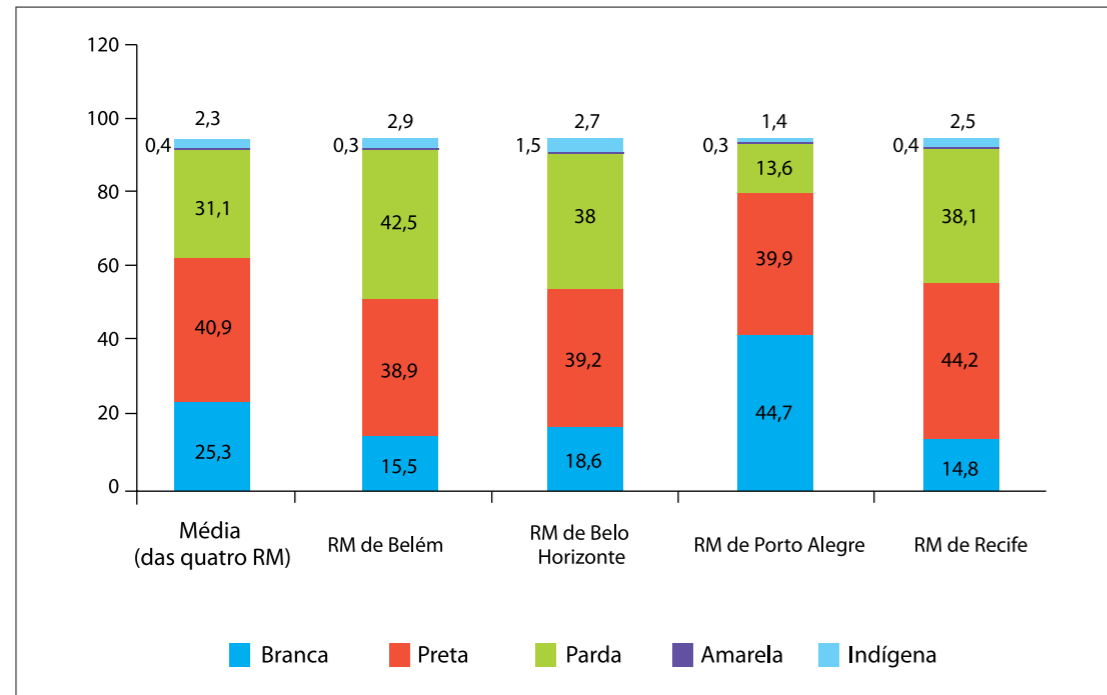


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da pesquisa. Filmes de Quintal/MDS, 2010.

O perfil socioeconômico dos respondentes do questionário – as lideranças religiosas, mães e pais de santo, responsáveis pelas casas de religião afro-brasileira e afro-indígena – lança luz sobre esse quadro de insegurança alimentar. A maioria das lideranças que participaram da pesquisa é formada por mulheres: 55,1%. Quanto à cor/raça, 72% se consideram pretos/as ou pardas e 25,3% disseram ser brancos/as. O percentual de pretos e pardos é maior na RM de Recife (82,3%, em face de 14,8% de brancos) e menor na RM de Porto Alegre (53,5%, em face de 44,7% de brancos) – gráfico 3.



Gráfico 3. Autodeclaração de cor/raça das lideranças entrevistadas na Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros segundo Região Metropolitana



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da pesquisa. Filmes de Quintal/MDS, 2010.

Em relação à escolaridade (tabela 3), com percentuais semelhantes em todas as regiões metropolitanas, observa-se que 4,6% não possuem escolaridade, 46,4% cursaram até o fundamental (completo ou incompleto), 28% fizeram o ensino médio e 6,4% têm curso superior completo. O maior percentual de lideranças sem escolaridade está na RM de Recife (8,2%) e com superior completo, na RM de Belo Horizonte (14,1%).

Tabela 3. Escolaridade das lideranças de Comunidades Tradicionais de Terreiros segundo Região Metropolitana

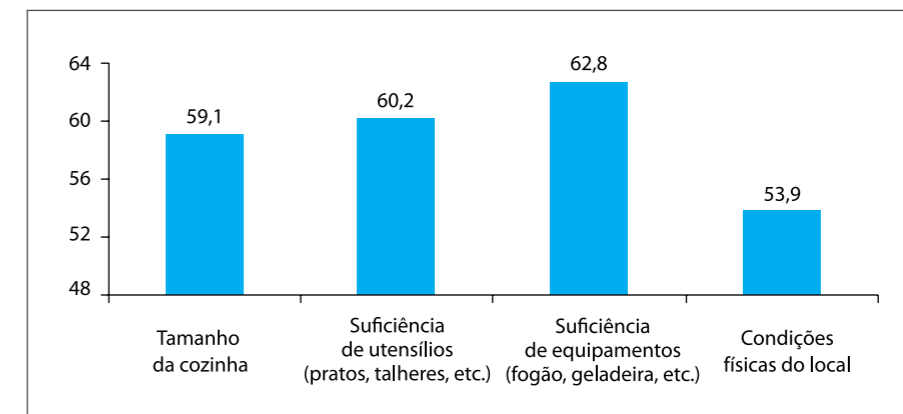
	Frequência	%
Sem escolaridade	182	4,6
Fundamental incompleto	1.241	31,5
Fundamental completo	589	14,9
Médio incompleto	406	10,3
Médio completo	1.105	28,0
Superior incompleto	163	4,1
Superior completo	254	6,4
Total	3.940	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da pesquisa. Filmes de Quintal/MDS, 2010.

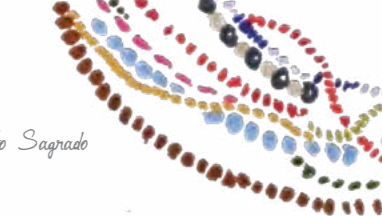
C) Cozinhas, produção e consumo de alimentos

Um dos focos principais da pesquisa foi verificar a existência e características físicas de cozinhas nos terreiros. Constatou-se que 85% dos terreiros as possuem e que, mesmo na sua ausência, a comida não deixa de ser preparada, já que 92,8% das lideranças afirmaram que produzem comida. Em 87,4% dos casos, há responsáveis diretos pela cozinha. As lideranças também foram indagadas acerca da sua satisfação com relação ao estado geral da cozinha e, em particular, com os equipamentos nela disponíveis. A maioria disse estar satisfeita, conforme descrito no gráfico 4.

Gráfico 4. Satisfação com o estado geral das cozinhas reportada pelas lideranças entrevistadas na Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da pesquisa. Filmes de Quintal/MDS, 2010.



Vê-se que a maior insatisfação das lideranças é com as condições físicas do local onde preparam as refeições (46,1% dos entrevistados) e com o tamanho das cozinhas (40,9%). Essas duas características das cozinhas não atenderiam as necessidades de produção de comida dos terreiros, comprometendo sua disponibilidade e, conseqüentemente, sua distribuição. Mas, de modo geral, as cozinhas – na percepção das lideranças do povo de santo – estão aptas à função geradora de alimentos para os orixás e para as pessoas. É, principalmente, nas festas (86,4% dos casos) e nas sessões religiosas (52,7%) que a comida produzida nos terreiros é distribuída. O número médio de pessoas que recebe comida, por terreiro, no dia a dia, não chega a sete, o que parece corresponder ao número de moradores, já que 77,9% das lideranças disseram que até cinco pessoas moram no próprio espaço religioso (casa). Mas, nas sessões religiosas, o número sobe para 28 pessoas e, durante as festas, chega a quase 130.

Na média das quatro RM, 32,6% dos terreiros funcionam diariamente e pelo menos 25,2% deles abrem suas portas entre uma e três vezes por semana. Assim, as festas, para o povo de santo, constroem não apenas sua noção de tempo, sua identidade e sua relação com os orixás (AMARAL, 1993); são também instâncias que contribuem para minimizar a insegurança alimentar da comunidade do entorno, incluindo-se aí os adeptos e os não adeptos, como se poderá verificar por meio dos dados de distribuição de alimentos apresentados a seguir.

Antes, no entanto, vale destacar o depoimento de Tat’etu Arabomi, liderança da RM de Belo Horizonte, sobre o papel do alimento no que se refere aos terreiros e sua relação com o entorno.

Tudo começa e acaba com comida, tudo começa e acaba com cânticos, porque para nós aqui os cânticos são primordiais, a gente canta para morrer, canta para nascer, canta para acordar de manhã, canta para dormir, tudo é cantado no candomblé (...) então essa é uma importância muito grande para nós, da alimentação, de alimentar, de preparar essa comida, de comungar com essa comida, de distribuir essa comida para a comunidade. Sei de histórias de muitas pessoas que não são de terreiro, e que vão aos terreiros para se alimentarem nas festas. Aqui é menos comum [município de Mateus Leme], mas, em Belo Horizonte, quando eu morava perto do Nova Cintra, muitas pessoas dali desciam da favela para assistir o candomblé até de madrugada porque tinha comida no final. Eu sabia que eles não estavam aqui por causa da religião, mas que estavam para se alimentar, mas eu ficava feliz de saber que eu podia proporcionar aquilo para eles e eu queria poder fazer isso mais. Então sempre que a gente podia, a gente sempre doava, uma pessoa batia na porta e a gente dava.

A centralidade do alimento perpassa o preparo, o compartilhamento e a diversidade de alimentos presentes nas refeições oferecidas pelos terreiros. Na tabela 4, são apresentados os alimentos mais comumente preparados e distribuídos. Observa-se consumo considerável de verduras (na média das RM, em cerca de 80% dos terreiros) e frutas (em média, 73% dos terreiros).

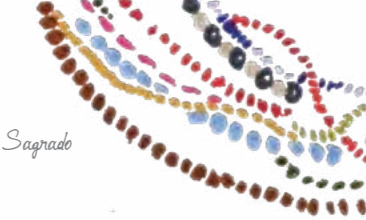
Tabela 4. Alimentos mais preparados pelos terreiros entrevistados na Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros – Regiões Metropolitanas de Recife, Belém, Belo Horizonte e Porto Alegre

Alimento	% de terreiros que preparam/distribuem (média entre as RM)	RM com maior consumo do alimento
Arroz	90,5%	Belém (em 98,3% dos terreiros)
Feijão	83,6%	Belém (92,3%)
Frango	82,4%	Recife (88,2%)
Verduras	79,7%	Belém (86,8%)
Macarrão	73,7%	Belém (89,1%)
Farinha de mandioca	73,3%	Belém (87,5%)
Frutas	73%	Belém (84,1%)
Carne bovina e suína	72,8%	Belém (79,2%)
Peixes	59,7%	Belém (80,8%)
Fubá ou farinha de milho	55,7%	Recife (57,8%)
Caprinos	50,7%	Recife (71,9%)
Macaxeira/mandioca	41,5%	Belém (46,8%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da pesquisa. Filmes de Quintal/MDS, 2010.

Aproximadamente 11% dos terreiros distribuem almoço, dentre os quais 61% o fazem diariamente; 10% preparam jantar, dos quais 68% o distribuem diariamente. Sopas são feitas por 13% dos terreiros, dos quais 43% a distribuem diariamente e 15%, pelo menos uma vez por mês. Dentre os beneficiários da distribuição de alimentos, 25,5% das lideranças disseram que os alimentos produzidos pelos terreiros são dirigidos a adeptos ou membros da “família de santo”; por volta de 9% distribuem para familiares ou parentes; 31%, para a comunidade do bairro e 14,3%, para pessoas em situação de rua.

Para além do aspecto comunitário, a pesquisa demonstrou o caráter cultural da alimentação, inerente à organização social e produtiva do povo de santo:



Eu acredito muito que o inquite, o caboclo, o orixá, ele vem pelo aroma, aquilo muito cheiroso, para ele receber. Amalá, acarajé, anderê, que eu faço para minha mãe, omolocum, arroz com muito camarão, para Micaiá, ou lemanjá na outra nação, ou nanã, que é Zubarandá, minha mãe. Sarapatel é uma das comidas que ela mais gosta, essas comidas aromáticas, muita fruta... Então eu tenho que fazer o melhor para dar para minha mãe, peixe, bem bonito, assado na folha da banana, com muito azeite doce, camarão, mas bananeira é uma planta que já está quase em extinção dentro da cidade e a gente precisa plantar a bananeira porque a banana é muito importante para nós. Então os deuses atendem os pedidos, quem está pedindo saúde, amor, trabalho. Porque, quando se dá, tem que se dar o melhor (Mametu Nangetu – Mansu Umbando Keke Neta – Instituto Nangetu, RM de Belém).

Enquanto dádiva ao “inquite, (a)o caboclo, (a)o orixá”, os alimentos obedecem a critérios de preparo próprios, aprendidos e transmitidos de geração em geração. São práticas e conhecimentos tradicionais e rituais que dialogam com um sistema de reciprocidade entre homens, divindades e elementos da natureza fundamental à cultura dos terreiros que marcam a especificidade deste povo tradicional.

Ainda assim, é muito baixo o percentual de terreiros que têm autoprodução de alimentos, o que reforça o que foi dito anteriormente acerca da renda das lideranças como principal recurso para obtenção de alimentos. Isso em parte se explica pela exiguidade das áreas em que os terreiros estão situados: 76% não têm espaço para plantio. Dos 24% cuja área permite algum tipo de cultivo, 60,7% o fazem¹³. Isso corresponde a aproximadamente 14% do total de casas ativas¹⁴. Dentre os que cultivam, para 50,5%, a produção é insuficiente para o terreiro. Quanto à criação de animais para consumo alimentar, o percentual também é baixo: 14% do total de casas ativas.

¹³ Observa-se que na RM de Porto Alegre (36,1% dos casos) e na RM de Belo Horizonte (32,1%) encontra-se a maior quantidade de terreiros com área disponível para plantio. Em média, dentre 61,7% dos casos, a área disponível para plantio não ultrapassa 50m². A maioria dos terrenos dos terreiros (72,3%) tem área de até 300m², sendo que a RM de Belo Horizonte é aquela onde eles são maiores: 72,6% têm acima de 300m². A RM de Recife tem os menores terrenos: 82,7% têm abaixo de 300m². Com relação ao tamanho das casas de religião, ou seja, da área construída na qual as atividades se desenvolvem, constatamos que 25,8% têm até 50m²; 30%, entre 51 e 100m²; 22,3%, entre 101 e 200m², e 21,8%, acima de 200m². As maiores casas de religião estão localizadas na RM de Belo Horizonte: 47,7% têm mais de 200m² de área construída. As menores estão situadas na RM de Belém: 38,7% das casas de religião não possuem mais de 50m².

¹⁴ A pesquisa sobre distribuição de cestas de alimentos a grupos específicos – contratada pelo MDS em 2006 e cujos resultados foram publicados em 2007 – constatou que, do total das comunidades tradicionais de terreiros investigadas, 5,9% tinham algum tipo de cultivo e 5,9% mantinham produção agropecuária (BRASIL, 2007).

A necessidade de terras para reprodução econômica, social e cultural dos terreiros está explicitada nas palavras de Mametu Nangetu, Mansu Umbando Keke Neta, Instituto Nangetu, RM de Belém:

Nós fomos perdendo nossos espaços na cidade. Cadê terra? Para plantar as plantas e ervas que a gente precisa, acocô, aroeira, palmeira de dendê, ervas, nós precisamos de espaço para plantar as nossas plantas, para não passar discriminação de ir tirar uma folha e não poder, nós precisamos de uma área para plantar folhas, para criar, para arrear uma obrigação, a gente precisa de uma área, a gente precisa de terreno pra gente criar bode, criar galinha, criar pato, eu crio aqui, mas com a maior dificuldade, então o governo tem que se sensibilizar porque nós vamos começar a ser Sem Terra, pela necessidade, é muito valioso para nós a terra, porque nós somos donos da terra, Obaluaê é rei, dono da terra.

Essa constatação reflete as reivindicações dos povos e comunidades tradicionais por garantia de direitos territoriais e patrimoniais, pelo uso sustentável da terra e pela promoção da soberania alimentar, para consolidar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) desses grupos¹⁵.

D) Acesso a políticas públicas de SAN, esgotamento sanitário e água potável

Quanto ao acesso dos terreiros às fontes de água, observam-se desigualdades regionais. Enquanto na RM de Porto Alegre 97,7% dos terreiros são atendidos pela rede geral de abastecimento, esse percentual na RM de Belém não passa de 72%. Se, na RM de Recife, o percentual dos terreiros com atendimento irregular da rede de água é de 67,7%, na RM de Porto Alegre, estes casos não chegam a 1%. Na RM de Belém, verifica-se o maior número de terreiros que utilizam água de poço ou nascente (27,9%), sendo que, em 23,3% dos casos, não há qualquer forma de tratamento da água para consumo humano (gráfico 5).

¹⁵ Documento Terra e Direitos Patrimoniais – CP 05, CONSEA, 2008.

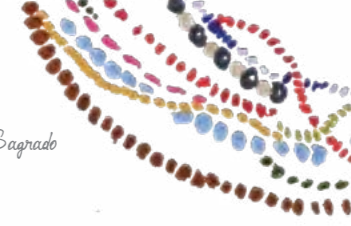
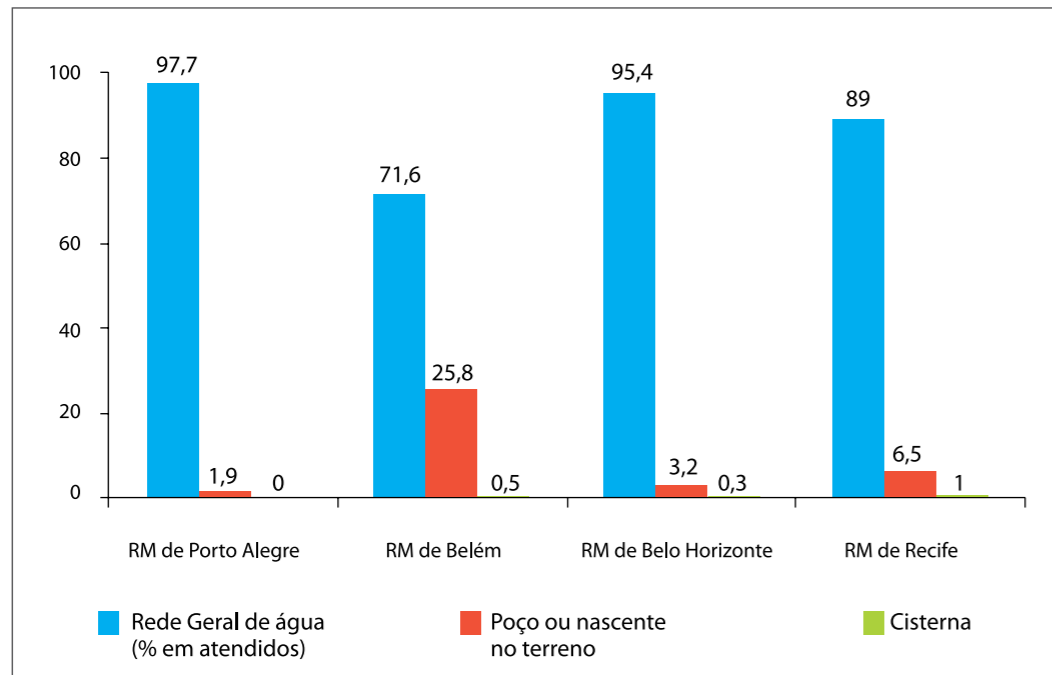


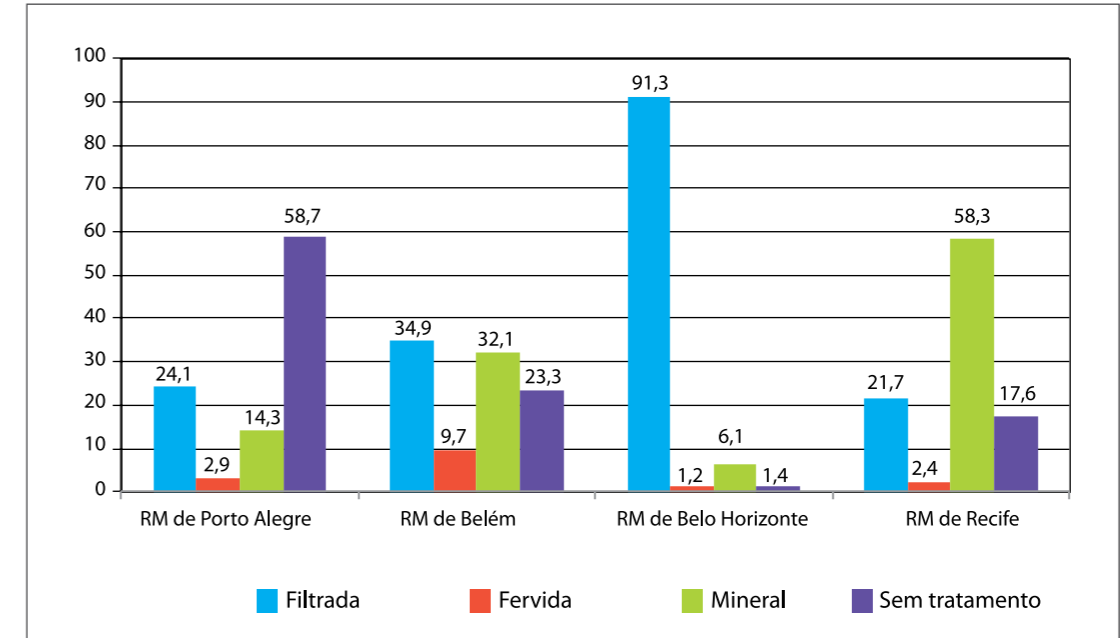
Gráfico 5. Principais fontes de abastecimento de água dos terreiros entrevistados na Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros segundo Região Metropolitana



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da pesquisa. Filmes de Quintal/MDS, 2010.

As formas de tratamento da água também apresentam disparidades regionais que podem ter implicações sobre a utilização biológica dos nutrientes da comida produzida nos terreiros. Particularmente, chamam atenção os terreiros da RM de Belém: têm a menor cobertura da rede geral de água e, no entanto, apresentam baixos percentuais de tratamento da água consumida, seja por meio de fervura, filtragem ou uso de fontes minerais, e o maior percentual de não tratamento (gráfico 6).

Gráfico 6. Forma de tratamento da água nos terreiros entrevistados na Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros segundo Região Metropolitana



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da pesquisa. Filmes de Quintal/MDS, 2010.

Sobre o destino do esgoto (gráfico 7), em média, 54,8% despejam-no na rede coletora; 28,9%, em fossas sépticas e 8,3%, em fossas rudimentares. Observam-se na RM de Belo Horizonte e na RM de Porto Alegre as maiores coberturas da rede coletora de esgoto: 79% e 79,5%, respectivamente. Na RM de Belém, apenas 41,3% têm esse atendimento e, na RM de Recife, o percentual é de 33,3%. A RM de Recife é a que apresenta os maiores percentuais de fossas rudimentares e sépticas não ligadas à rede coleta: 17,5% e 23,4%, respectivamente. É nesta região metropolitana onde os terreiros mais frequentemente reportam o despejo do esgoto em valas: 7,5%.

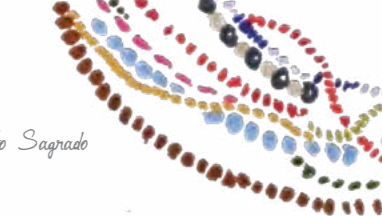
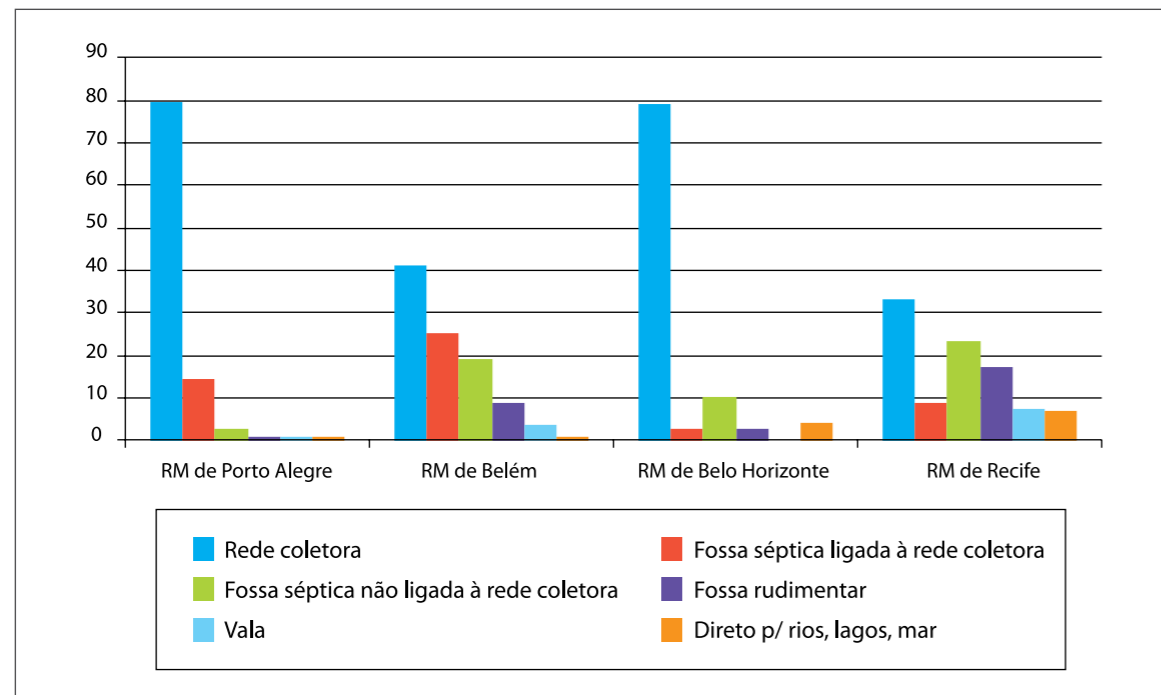


Gráfico 7. Destino do esgoto sanitário em terreiros entrevistados na Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro segundo Regiões Metropolitanas



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da pesquisa. Filmes de Quintal/MDS, 2010.

Ainda com relação ao acesso a políticas públicas, a tabela 5 revela os percentuais de terreiros que são atendidos por programas e equipamentos públicos de segurança alimentar.

Tabela 5. Participação dos terreiros pesquisados em programas federais de segurança alimentar e nutricional

Programa/Equipamento de SAN	% de terreiros com acesso
Cesta de Alimentos	12
Cozinhas comunitárias	0
Programa de Aquisição de Alimentos	0,1
Agricultura urbana	0
Banco de alimentos	0,2
Leite Fome Zero	0,12
Cisternas	0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da pesquisa. Filmes de Quintal/MDS, 2010.

A pesquisa também aferiu a percepção das lideranças quanto à existência de equipamentos públicos de SAN no entorno de 1 km dos terreiros: restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e feiras livres (tabela 6). Portanto, trata-se de equipamentos de SAN situados fora dos terreiros e, embora possam eventualmente ser utilizados pelo povo de santo, não são geridos pelas lideranças tampouco se pode afirmar que foram implantados para atender à sua demanda.

Tabela 6. Conhecimento dos terreiros quanto a equipamentos de segurança alimentar e nutricional

Programa/Equipamento de SAN	% de terreiros com acesso
Restaurantes Populares	47,4
Cozinhas Comunitárias	9,5
Bancos de Alimentos	3,12
Feiras Livres	1,5

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da pesquisa. Filmes de Quintal/MDS, 2010.

E) Avaliação do Programa de Cesta de Alimentos do Governo Federal

A maioria (73,5%) das lideranças de terreiros afirmou não receber qualquer doação de alimentos. Além disso, é baixo o percentual de terreiros (12%) que relatou ser atendido pela Ação de Distribuição de Alimentos do Governo Federal, na média das quatro regiões metropolitanas. Quando desagregados por RM, os dados demonstram que, nas RMs de Belo Horizonte e Porto Alegre, as doações individuais têm grande importância no somatório geral dos alimentos arrecadados pelos terreiros: 20,7% e 17,4% dos terreiros, respectivamente. Esses percentuais, nestas duas regiões metropolitanas, sobrepujam aqueles das doações do Governo Federal (6,2% e 2,4%, respectivamente). Na RM de Belém, por volta de 6% dos terreiros recebem doações de alimentos do Governo Federal e, em segundo lugar, na ordem de importância, em torno de 5% deles as doações vêm de fontes individuais (gráfico 8).

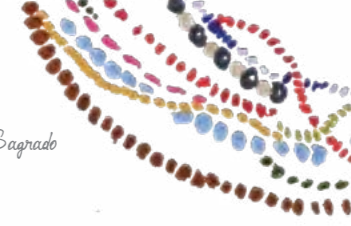
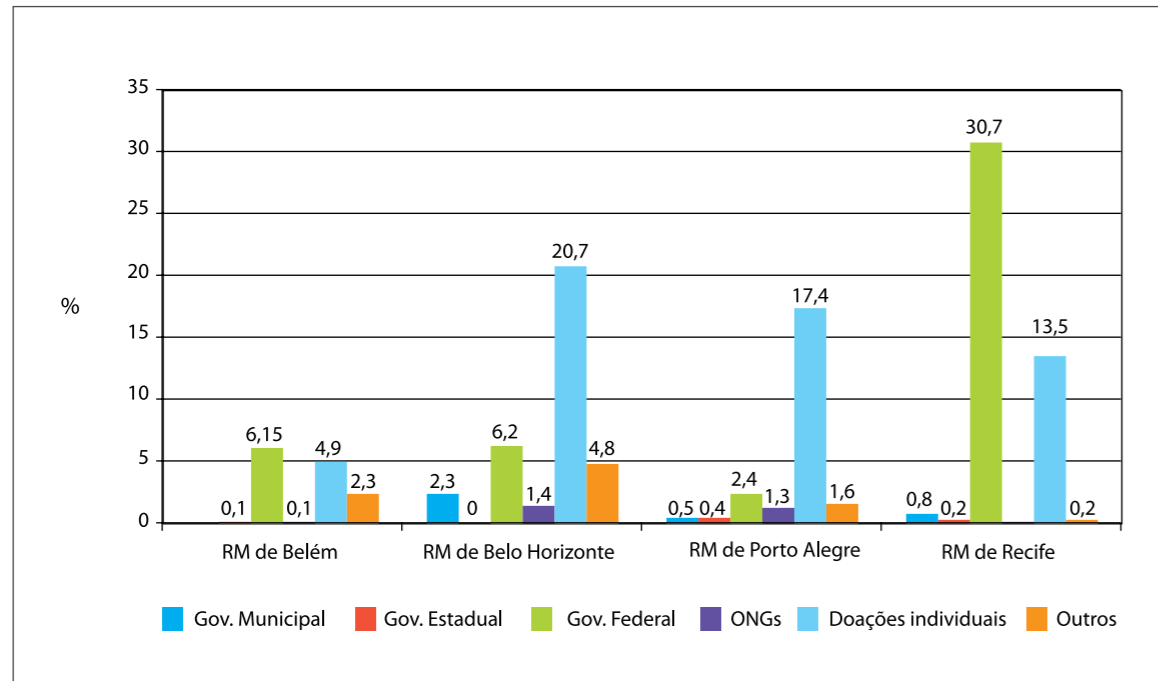


Gráfico 8. Origem das doações de alimentos aos terreiros entrevistados na Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros segundo Regiões Metropolitanas



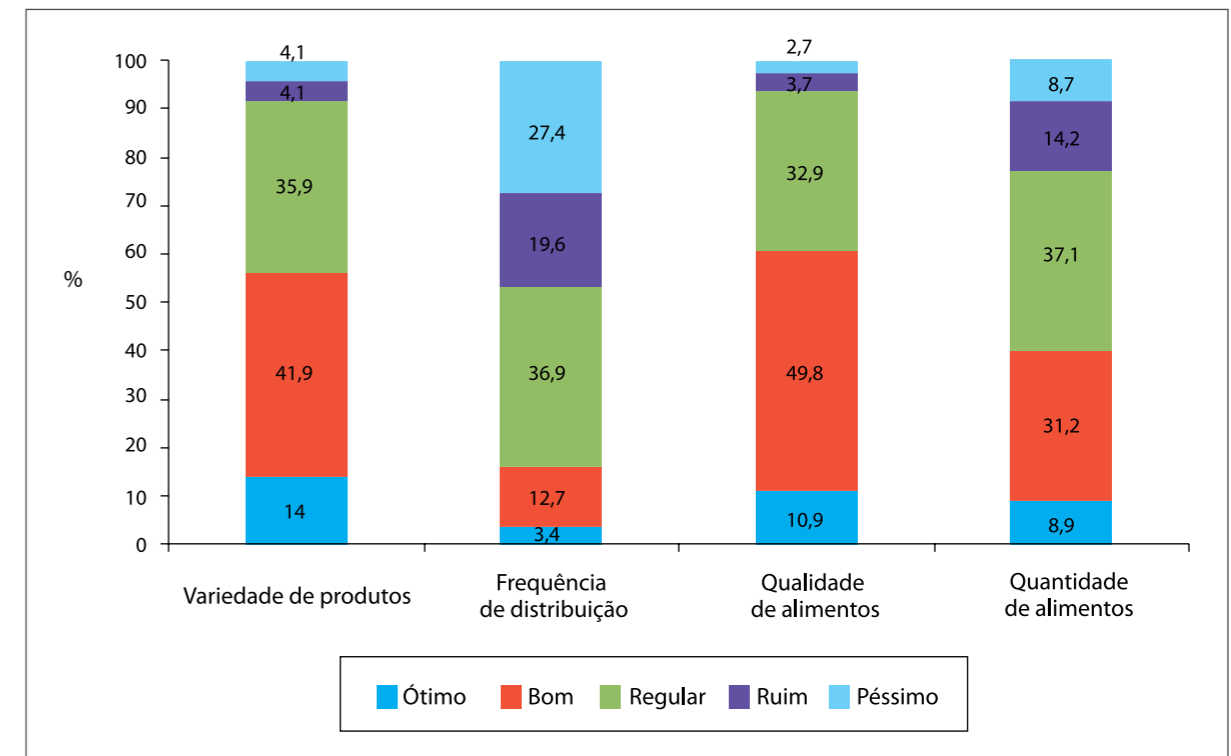
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da pesquisa. Filmes de Quintal/MDS, 2010.

Em números absolutos, as RM de Belém e Recife são as que têm o maior número de terreiros que recebem cestas do Governo Federal: 70 e 359, respectivamente. No entanto, quando se comparam os valores percentuais de terreiros que recebem estas cestas, por região metropolitana, notam-se grandes disparidades. Enquanto quase 31% dos terreiros da RM de Recife participam do programa, as RMs de Belo Horizonte e Belém têm percentuais em torno de 6% e, na RM de Porto Alegre, menos de 3% dos terreiros recebem cestas de alimentos por parte do Governo Federal. Se, por um lado, esses dados demonstram que o foco do programa está bem ajustado, já que, como vimos antes, as lideranças dos terreiros da RM de Recife foram as que mais relataram preocupação com a falta de alimentos para distribuição ou que os alimentos para tal finalidade acabaram antes que obtivessem mais ou que tiveram de interromper a distribuição porque os alimentos acabaram; por outro, revelam que há necessidade de ampliar a cobertura da ação.

Quando questionados sobre certos aspectos do programa, a pior avaliação recai sobre a frequência de distribuição: 47% daqueles que recebem cestas do Governo Federal consideram-na ruim ou péssima. O segundo aspecto pior avaliado é a quantidade dos alimentos: em torno de 23% consideram-na

ruim ou péssima (gráfico 9). A qualidade dos alimentos foi avaliada como “boa” ou “ótima” por 60,7% das lideranças pesquisadas.

Gráfico 9. Avaliação da distribuição de cestas alimentos pelo Governo Federal por parte dos terreiros que recebem esses alimentos e foram entrevistados na Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da pesquisa. Filmes de Quintal/MDS, 2010.

Cerca de 80% das lideranças disseram que as cestas chegam com periodicidade indefinida, de forma irregular. Ainda assim, os alimentos das cestas cumprem importante papel no alívio da insegurança alimentar da comunidade que gravita em torno dos terreiros. Em 91,4% dos terreiros há a redistribuição destes alimentos, sendo os adeptos da prática religiosa os principais beneficiários (tabela 7). O número médio de famílias beneficiadas com a distribuição de cestas de alimentos por terreiro é 15, valor que só não é maior porque, de acordo com as lideranças, existem dificuldades tais como a limitação da quantidade recebida, a frequência de distribuição e a falta de meios de transporte.



Nesse sentido, a pesquisa que foi a campo em 2010 apurou que aproximadamente 92% dos terreiros que recebem as cestas redistribuem seus alimentos. Conforme a tabela 7 – que apresenta quais são os beneficiários com a redistribuição dos alimentos das cestas do Governo Federal –, mais de 70% das pessoas beneficiadas não têm vínculo religioso ou de parentesco com os membros dos terreiros: ou são da comunidade do bairro ou são pessoas em situação de rua¹⁶.

Tabela 7. Grupos beneficiados com a redistribuição de alimentos oriundos das cestas de alimentos do Governo Federal segundo a Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros

Grupos beneficiados	% de terreiros que fazem a redistribuição
“Família de santo”, adeptos	82,3%
Parentes	21,7%
Comunidade do bairro	51,3%
Pessoas em situação de rua	22,2%
Em média, 15 famílias são beneficiadas com os alimentos das cestas.	

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da pesquisa. Filmes de Quintal/MDS, 2010.

É importante destacar que nos depoimentos das lideranças, as cestas de alimentos foram além de ações emergenciais de segurança alimentar e nutricional, mostrando ser também um fator de estímulo à organização política dos terreiros. Segundo Mãe Vera Soares, do Centro Memorial de Matriz Africana 13 de agosto, da RM de Porto Alegre, sobre a criação do fórum para distribuição das cestas de alimentos:

Por ser de Porto Alegre, eu trouxe a tarefa de organizar a SAN aqui no estado. E pensava: como eu faço? Como é que nós vamos organizar tanta gente, né? A única coisa, pensamos com Baba Diba, Paulinho D’Oxum: o único espaço seria construir um fórum aonde nós aglutinásemos um Fórum construído por Babas, Yas e pessoa de Religião. Aí nasce o Fórum... Ele começa com 03 terreiros. Hoje ele aglutina 800 terreiros, né? Vai fazer em outubro 06 anos que ele existe e se reúne todas as segundas-feiras nas

salas do Mercado Público... Então, dessa maneira, nasce o Fórum (...) Mas nós iríamos fazer um assistencialismo puro? Não! Então construímos critérios, fizemos uma carta de princípios reconhecida no Cartório de Registros Especiais. Tem uma coordenação coletiva que define e delibera. A contrapartida chega dos terreiros, né? Porque nós precisamos dar informações ao nosso povo de nossa própria história, porque os livros escolares não contam, então nós temos que nos ensinar a nós mesmos a partir da oralidade (...) E este Fórum tem este papel.

No depoimento de Aurenice Lins, Madrinha de Jurema, do Centro Espírita Forças Espirituais, RM de Belo Horizonte, esse mesmo fator é destacado, além do aspecto cooperativo e comunitário:

Recebi duas cestas da última vez. Reparti as cestas com o Centro de Dona Zefinha e outras seis famílias. Tem evangélico que recebe alimento das cestas que distribuimos. Quando coincide a distribuição das cestas com a realização de festas eu guardo um pouco dos alimentos para o terreiro.

Deveria melhorar a qualidade e a quantidade dos alimentos. A cesta deveria ter data certa para ser entregue. Mas o programa, mesmo com problemas, é muito positivo. O transporte para buscar a cesta é um problema. Eu pago táxi para trazer a cesta.

A fala de Aurenice ilustra ainda os dados sobre os problemas no citado Programa de Distribuição de Alimentos, em especial no que se refere à sua regularidade e aos aspectos de logística.

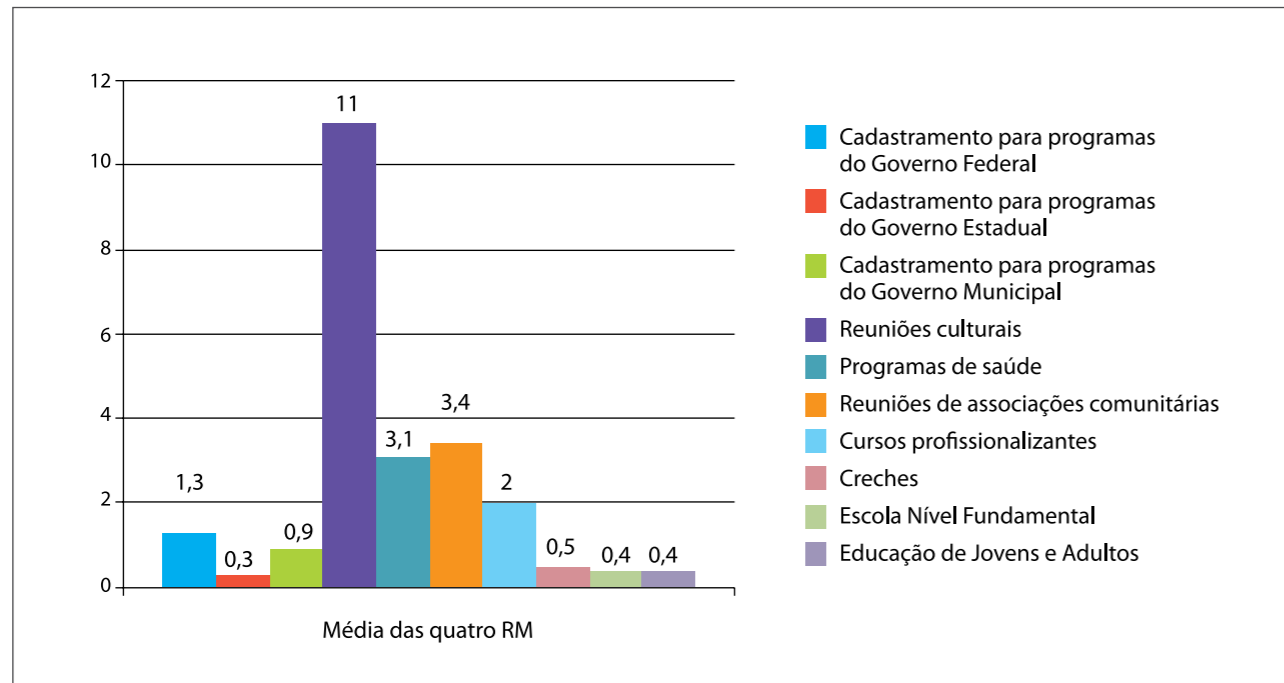
F) Contexto comunitário

Atividades comunitárias foram desenvolvidas em 17,2% dos terreiros, conforme o gráfico a seguir.

¹⁶ A título de ilustração, merecem ser mencionados os números apurados pela Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada pelo MDS: 79,5% das pessoas em situação de rua conseguem realizar ao menos uma refeição ao dia; 19% não conseguem se alimentar todos os dias (ou seja, fazer pelo menos uma refeição por dia). daquelas que pedem dinheiro para sobreviver, 31,3% não se alimentam todos os dias. Quanto à fonte dos alimentos da população em situação de rua, é interessante notar que 26% delas conseguem-nos junto a instituições e programas assistenciais (sopas). Cf. BRASIL (2009, p. 96) e BRASIL (2008, p. 67).



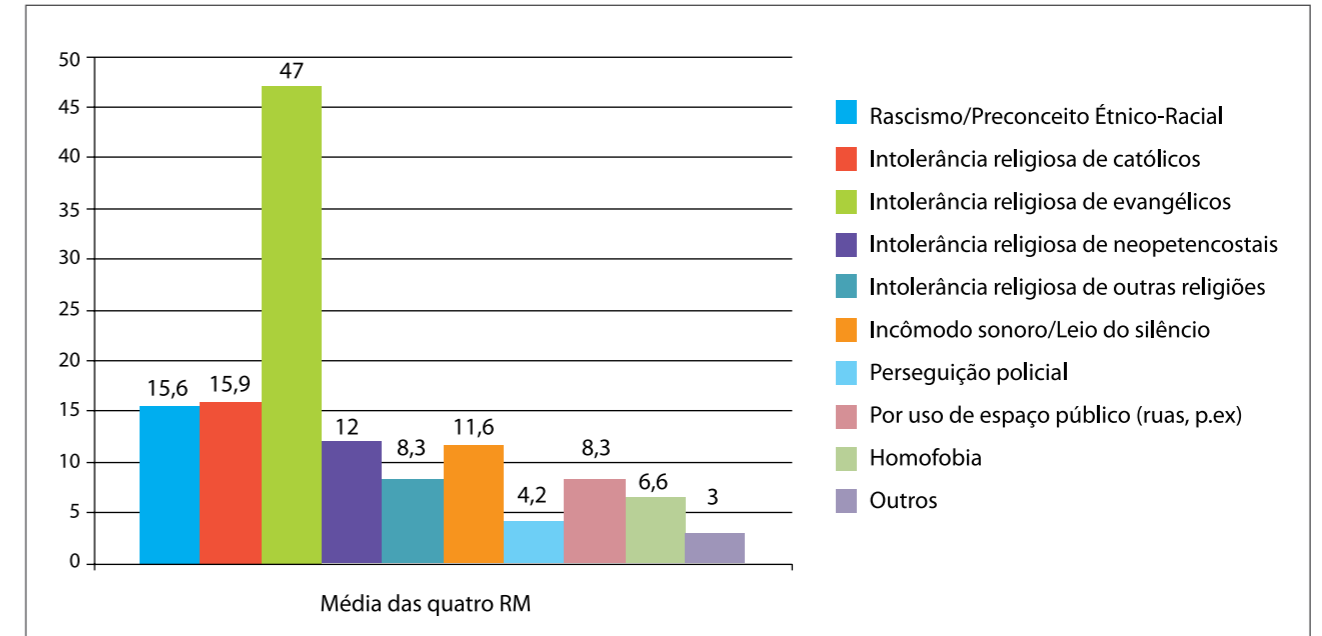
Gráfico 10. Atividades comunitárias desenvolvidas pelos terreiros pesquisados na Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da pesquisa. Filmes de Quintal/MDS, 2010.

Apesar disso, por volta de 16% das lideranças relataram algum tipo de conflito com o entorno em um raio de 1km. Quanto aos preconceitos e intolerâncias, a situação descrita pelas lideranças é apresentada no gráfico 11.

Gráfico 11. Relato de intolerância e preconceito sofrido pelos terreiros entrevistados na Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros



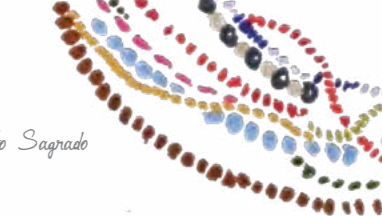
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da pesquisa. Filmes de Quintal/MDS, 2010.

Como vimos, quase 50% das lideranças dos terreiros disseram sofrer com atos de intolerância por parte de evangélicos. Por outro lado, é interessante observar que, conforme tabela 8, cerca de 45% delas afirmaram que suas casas receberam a adesão de pessoas oriundas de outras religiões, sendo destas 31,2% evangélicas e aproximadamente 5% de religiões neopentecostais.

Tabela 8. Terreiros cujas lideranças relataram a adesão de pessoas de outras religiões no ano anterior à Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros

Religião de origem de novos adeptos	% de terreiros que relataram adesão
Evangélicas	31,2%
Católica	26,5%
Neopentecostais	4,7%
Espírita (Kardecista)	11,4%
Budista	1,1%
Outras religiões	3,4%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da pesquisa. Filmes de Quintal/MDS, 2010.



Considerações finais

A pesquisa confirmou o importante papel das casas de religião afro-brasileira e afro-indígena das regiões metropolitanas investigadas na promoção da segurança alimentar das comunidades nas quais estão inseridas. A maioria delas produz e distribui alimentos para adeptos e não adeptos. Contudo, o fazem sob pena de comprometer outras necessidades já que são as próprias lideranças que financiam tal iniciativa com sua renda, malgrado sua limitação financeira.

É interessante notar que o perfil da extrema pobreza brasileira definida a partir dos dados preliminares do Censo IBGE 2010, divulgados em abril de 2011, coincide com o perfil socioeconômico das lideranças dos terreiros¹⁷. Dos extremamente pobres, 53,3% situam-se em áreas urbanas, onde reside a maior parte da população brasileira (84,4%), sendo que, nas regiões Norte e Nordeste, há maior concentração de pessoas nesta situação. Segundo o Censo Demográfico 2010, quanto ao fator sexo, verificou-se que há uma distribuição homogênea entre homens e mulheres, contudo, esta diferença agrava-se, ao se analisar a situação domiciliar em áreas urbanas, em que há maior presença das mulheres neste segmento. No que se refere ao fator cor/raça, os dados revelaram que a maioria destas pessoas (70,8%) são pardas ou pretas.

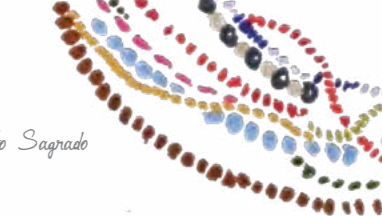
Como vimos, o perfil das lideranças é de alta vulnerabilidade social: a maioria é formada por mulheres negras com baixa escolaridade e renda mensal não superior a dois salários mínimos de cujos esforços pessoais, como vimos, dependem a produção e distribuição de alimentos para adeptos e não adeptos. São poucos os terreiros que têm autoprodução de alimentos, seja por meio de cultivo (apenas 14% cultivam) ou criação de animais (14%).

As cestas de alimentos do Governo Federal cumprem um importante papel na disponibilidade de alimentos para 26,5% dos terreiros. Constatou-se que 85% dos terreiros possuem cozinhas e que, mesmo na sua ausência, a comida não deixa de ser preparada, já que 92,8% das lideranças destas quatro regiões metropolitanas afirmaram que produzem comida. Quase metade dos terreiros distribui comida para moradores do bairro e pessoas em situação de rua.

Os achados da Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros indicam a necessidade do poder público, seja ele federal, estadual ou municipal, trabalhar com ações estruturantes junto aos terreiros e as comunidades do entorno onde se situam. Apesar do grande desafio relacionado ao combate à pobreza extrema, alguns caminhos foram abertos para se pensar essas políticas que devem fomentar o fortalecimento institucional das organizações sociais dos terreiros.

Enquanto espaços de acolhimento, os terreiros podem ser vistos como facilitadores de ações de assistência social, saúde e segurança alimentar e nutricional de responsabilidade do Estado. Eles são também espaços de promoção social e inclusão produtiva, em que o conhecimento tradicional dos terreiros revela seu caráter ordenador do grupo social dos adeptos, não adeptos e de seu entorno. Ao estarem em sintonia com as necessidades locais, os terreiros são potenciais espaços para a identificação de demandas por formações e capacitações voltadas à comunidade. Enquanto espaços culturalmente diferenciados e com aspectos específicos relativos à alimentação e à segurança alimentar e nutricional, há que se pensar políticas de melhoramento das cozinhas dos terreiros, sua infraestrutura e equipamentos. A sustentabilidade dessas culturas e a segurança alimentar e nutricional dessas comunidades, logo, está relacionada à promoção da autonomia dos terreiros quanto à produção de alimentos adequados e saudáveis, por meio de atividades como hortas comunitárias, quintais produtivos e agricultura urbana. Por fim, e não menos importante, os terreiros são *locus* de saberes tradicionais femininos, que, junto à diversidade étnica e religiosa, precisam ser respeitados e trabalhados, do ponto de vista de políticas culturais e educacionais.

¹⁷ Para definição da linha de extrema pobreza quer será utilizada nas políticas públicas brasileiras, estabeleceu-se como critério a renda de até R\$ 70,00 *per capita*, considerando o rendimento nominal mensal domiciliar. Além disso, foram adotados critérios para estimar a parcela da população dentre os sem rendimentos que podem também ser classificados como extremamente pobres, como segue: sem banheiro de uso exclusivo; ou sem ligação com rede geral de esgoto ou pluvial e não tinham fossa séptica; ou, em área urbana sem ligação à rede geral de distribuição de água; ou, em área rural sem ligação à rede geral de distribuição de água e sem poço ou nascente na propriedade; ou, sem energia elétrica; ou, com pelo menos um morador de 15 anos ou mais de idade analfabeto; ou, com pelo menos três moradores de até 14 anos de idade; ou, pelo menos um morador de 65 anos ou mais de idade (BRASIL, 2011).



Bibliografia

AMARAL, Rita. O tempo de festa é sempre. **Travessia – Revista do Migrante**. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios/CEM, n. 15, 1993. Disponível em: <<http://www.n-a-u.org/Amaral-povodefesta.html>>. Acesso em: 1º jun. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatório final da Avaliação do Programa Atendimento Emergencial** – Distribuição de Cestas de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos em Situação de Insegurança Alimentar, contratada pela SAGI mediante Carta de Cooperação Técnica com a FAO (UTF/BRA/064/Brasil) – Plano de Trabalho 2005/6, Objetivo 03. Brasília-DF, 2007 (Relatório final da consultoria realizada pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP, da Universidade de Campinas – UNICAMP, maio de 2007).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua**: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília-DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Primeiro **Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua**: Relatório Final – Volume 2, Resultados. Brasília-DF: SAGI, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro – Regiões Metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre**. Contrato Licitatório 173/09/UNESCO. Produto 4 (Relatório Final). Brasília, 2010. (Relatório produzido sob coordenação de: VILARINO, Marcelo. Belo Horizonte: Associação Filmes de Quintal, novembro de 2010).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010**. Nota de 02 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/wpcontent/themes/bsm2nd/perfil_extrema_pobreza.pdf>. Acesso em: 18 out. 2011.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. (CONSEA). **Exposição de Motivos – EM nº010-2009**. Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 27 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/documentos/san-dos-povos-indigenas-populacoes-negras-e-povos-e-comunicades-tradicionais/em-etnodesenvolvimento>>. Acesso em: 17 maio 2011.

_____. **Documento Terra e Direitos Patrimoniais**. Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2008. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/documentos/san-dos-povos-indigenas-populacoes-negras-e-povos-e-comunicades-tradicionais>>. Acesso em: 03 out. 2011.

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, 1995.

PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, 2004.

_____. **O que você precisa ler para saber quase tudo sobre as religiões afro-brasileiras**. Trabalho apresentado no congresso da Associação Latino-Americana para o Estudo das Religiões. São Bernardo do Campo, 3 a 7 de julho de 2006.



Legislações

BRASIL. Presidência da República. **Constituição Federal**, 1988;

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em: 24 out. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em: 24 out. 2011.

_____. **Decreto n. 5.051**, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 24 out. 2011.

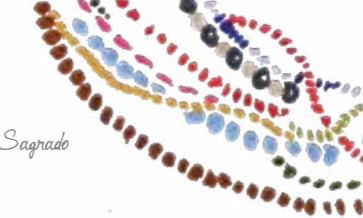
_____. **Decreto n. 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em: 24 out. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Decreto n. 7.272**, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e determina a universalização das ações de segurança alimentar e nutricionais para os povos e comunidades tradicionais. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sobreministerio/legislacao/segurancaalimentar/decretos/2010/Decreto%207.272-2010.pdf/view>>. Acesso em: 24 out. 2011.





Amexo 1 - Questionário
aplicado para a coleta de
dados e composição do
diagnóstico



**Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos
e Comunidades Tradicionais de Terreiros**

Formulário de Campo

Identificação do Entrevistador: _____

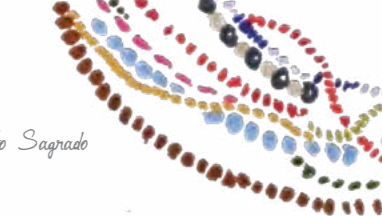
Número do Questionário: _____

Data da entrevista: ____/____/____

BLOCO A: A SER PREENCHIDO PELO ENTREVISTADOR

A) Identificação e localização do terreiro

Estado:	
Município:	
Nome:	
Endereço:	
CEP:	
Bairro:	
Numeração das casas vizinhas (esquerda e direita)	Numeração à esquerda: Numeração à direita:
Telefone:	
E-mail	
Site	
Meio de transporte público (ônibus, metrô)	
Coordenadas geográficas	Latitude= Longitude=



Caso haja algum problema para se realizar a entrevista, escolha o motivo abaixo:

1. Mudou de endereço
2. Encontra-se inativo
3. Ninguém soube responder/informar
4. Não houve interesse em participar da pesquisa
5. Outra informação importante (Descreva abaixo)

Você considera que esta casa é um terreiro ou uma casa de religião de matriz africana, afro-brasileira e/ou afro-indígena?

1. Não
2. Sim

IMPORTANTE: SE A RESPOSTA FOR NÃO, CANCELAR A ENTREVISTA

B. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO TERREIRO/CASA

1. Sexo (Não perguntar)

1. Masculino
2. Feminino
- 99.NR

2. Qual o nome completo do Sr.(a)?

_____ 99.NR

3. Por qual nome o Sr.(a) é mais conhecido?

_____ 99.NR

4. Qual cargo o Sr.(a) ocupa na hierarquia do terreiro/casa?

_____ 99.NR

5. Qual é sua cor/raça [Definida pelo Sr.(a)]?

1. Branca
2. Preta
3. Parda
4. Amarela
5. Indígena

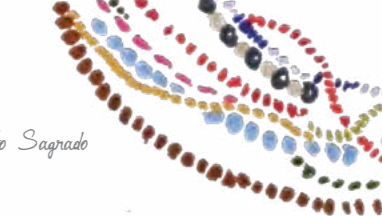
6. Outra. Qual? _____

6. O Sr.(a) se considera negro(a)?

1. Não
2. Sim, pela cor da sua pele
2. Sim, por ter parentes negros na família
3. Sim, por ser adepto(a) de uma religião de matriz africana/afro-brasileira/afro-indígena
4. Sim, por uma questão de consciência político-ideológica
5. Sim, por uma questão cultural
6. Sim, por outro motivo. Qual? _____ 7. NS/NR

7. Qual é a idade do Sr.(a)?

_____ anos 999. NR



8. Qual é a sua escolaridade/grau de instrução?

- 1. Sem escolaridade 2. Fundamental incompleto 3. Fundamental completo
- 4. Médio incompleto 5. Médio completo 6. Superior incompleto
- 7. Superior completo 9. NS/NR

9. Naturalidade

_____ 9.NS/NR

10. Há quanto tempo reside nessa cidade?

_____ anos 999.NS/NR

11. Qual a sua profissão?

_____ 9.NR

12. Qual o seu trabalho atual?

_____ 6. Nenhum 9.NR/NR

13. Tem outra ocupação?

1. Não 2. Sim. Qual? _____ 9. NS/NR

14. Qual é sua renda mensal aproximada?

R\$ _____ 99999999.NS/NR

15. Você ou alguém de seu domicílio participa de algum programa social de transferência de renda?

- 1. Seguro desemprego 2. Bolsa família 3. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
- 4. Benefício de Prestação Continuada (BPC)
- 5. Pró-universitário 6. Aposentadoria
- 7. Pró-jovem
- 8. Outro. Qual? _____
- 9. NS/NR

16. Qual a sua religião?

_____ 99.NS/NR

17. A quanto tempo o sr.(a) pertence a essa religião?

_____ anos 999.NS/NR

18. A quanto tempo o sr.(a) é responsável por esse terreiro/casa?

_____ anos 999.NS/NR

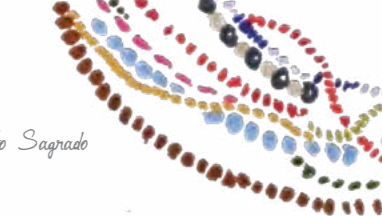
C. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO TERREIRO/CASA

19. Qual o nome do seu terreiro/casa?

_____ 9.NR

20. Seu terreiro/casa é conhecido por outro nome?

1. Não 2. Sim. Qual? _____ 9. NS/NR



21. Qual o ano de fundação do seu terreiro/casa?

_____ 9999. NS/NR1

22. Quem foi o fundador(a) desse terreiro/casa?

_____ 9.NS/NR

23. Qual a nação/linha do fundador(a) desse terreiro/casa?

_____ 9.NS/N

24. Quem é (era) o pai/mãe do fundador(a) de seu terreiro/casa?

_____ 6. Nenhum 9. NS/NR

25. Qual é (era) a nação deste pai/mãe de santo?

26. Qual a religião do seu terreiro/casa?

- 1. Candomblé 2. Umbanda 3. Xangô 4. Batuque 5. Vodum
- 6. Tambor de Mina 7. Mina de Caboclo 8. Linha Cruzada
- 9. Umbandomblé 10. Jurema 11. Toré 12. Quimbanda 13. Omolocô 14. Catimbó
- 15. Encantado/Pajelança 16. Nagô
- 17. Pena e Maracá
- 18. Outros. Qual? _____

_____ 99. NS/NR

27. A qual nação ou linha pertence seu terreiro/casa?

- 1. Angola 2. Ketu 3. Jêje 4. Mina 5. Jêje Mahin 6. Xambá 7. Encantado 8. Embanda 9. Xangô

- 10. Batuque 11. Vodum 12. Tambor de Mina 13. Linha Cruzada 14. Umbandomblé
- 15. Jurema 16. Toré 17. Quimbanda 18. Omolocô 19. Umbanda Pura/Linha Branca
- 20. Umbandaime 21. Oyó 22. Cabinda
- 23. Ijexá 24. Jêje-ijexá 25. Nagô 26. Pena e Maracá
- 27. Outra. Qual? _____
- 99. NS/NR

28. Que outras formas religiosas praticam-se neste terreiro/?

- 1. Nenhuma outra 2. Candomblé 3. Umbanda 4. Xangô 5. Batuque 6. Vodum
- 7. Tambor de Mina 8. Linha Cruzada 9. Umbandomblé 10. Jurema
- 11. Toré 12. Quimbanda 13. Omolocô 14. Catimbó 15. Catolicismo 16. Congado 17. Nagô
- 18. Pena e Maracá
- 19. Outros. Qual ? _____ 99. NS/NR

29. Qual(is) entidade(s)/divindade(s) rege(m) seu terreiro/casa (orixá, inquice, caboclo, preto(a) velho(a) mestre?

_____ 99. NS/NR

30. Existem outras entidades/divindades que também regem seu terreiro/casa?

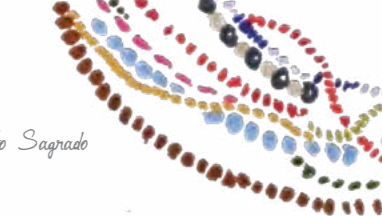
- 1. Não 2. Sim. Quais?

_____ 99. NS/NR

31. Qual a periodicidade de funcionamento desse terreiro/casa?

- 1. Diariamente 2. 1 a 3 vezes por semana
- 3. De 4 a 6 vezes por semana 4. Mensalmente
- 5. Outras

_____ 99. NS/NR



32. Aproximadamente quantas pessoas em geral frequentam o terreiro/casa?

No dia a dia _____ Nos momentos rituais/sessão _____

33. Quais são as 3 principais festas realizadas nesse terreiro/casa?

1.1 Festa: _____

1.2 Data: ___/___/___/

2.1 Festa: _____

2.2 Data: ___/___/___/

3.1 Festa: _____

3.2 Data: ___/___/___/

34. Seu terreiro/casa realiza festas na rua ou em áreas externas ao terreiro?

1. Não 2. Sim 9. NS/NR

35. Quantos filhos(as) de santo foram iniciados(as) neste terreiro/casa?

_____ 9999. NS/NR

36. Quantas pessoas moram no terreno deste terreiro/casa?

1. No terreiro/casa? _____

2. No terreno do terreiro casa? _____

3. NS/NR

37. Quantos domicílios existem na área deste terreiro/casa?

38. No último ano, houve a adesão ao terreiro/casa por pessoas de outras religiões?

1. Não

Se sim:

2. Católica 3. Evangélica 4. Pentecostal/Neopentecostal 5. Espírita/Kardecista 6. Budista

7. Outra. Qual? _____ 9. NS/NR

39. No último ano saíram pessoas adeptas do seu terreiro/casa para outras religiões?

1. Não

Se sim:

2. Católica 3. Evangélica 4. Pentecostal/Neopentecostal 5. Espírita/Kardecista 6. Budista

7. Outra. Qual? _____ 9. NS/NR

D. CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E CONSUMO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

40. Existe cozinha no seu terreiro/casa?

1. Não 2. Sim 9. NS/NR

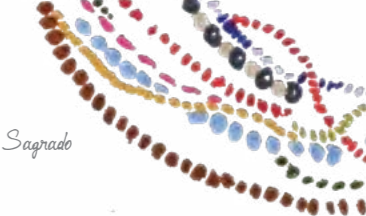
41. A cozinha atende as necessidades do terreiro/casa quanto a:

1. Tamanho

2. Suficiência de utensílios de cozinha (pratos, talheres, panelas e outros)

3. Suficiência de equipamentos de cozinha (fogão, geladeira, forno e outros)

4. Condições físicas do local



42. Quais destes equipamentos a cozinha deste terreiro/casa possui?

Equipamento	Qualidade/estado satisfatória	Qualidade/estado Insatisfatória
Fogão industrial		
Fogão a lenha/carvão		
Fogão elétrico		
Fogão a gás de bocas		
Forno micro-ondas		
Geladeira simples		
Geladeira duplex		
Freezer/refrigerador		
Pia/tanque		

99. NS/NR

43. Existe espaço para plantio de alimentos no seu terreiro/casa?

1. Não 2. Sim

SE NÃO, PULAR PARA QUESTÃO 51

44. Qual o tamanho aproximado do terreno disponível para plantio?

_____ m²

45. Esse espaço é cultivado?

1. Não. Por quê? _____ 2. Sim

46. Sobre este espaço:

1. Produz quantidade insuficiente para atender as necessidades do terreiro/casa
2. Produz o suficiente para atender as necessidades do terreiro/casa
3. Produz excedente para venda
4. Produz excedente para distribuição

47. Neste terreiro/casa pratica-se a criação de animais para consumo ritual e/ou alimentar?

1. Não

Se sim:

2. Aves (galinha, galo, pato, peru, pombos)
3. Caprinos (bodes, ovelhas, carneiros)
4. Suínos (porco, leitão)
5. Bovinos (gado) 6. Peixe
7. Outros: _____

48. Espaços exteriores ao terreiro são utilizados pelos moradores do terreiro/casa para plantio e/ou criação?

1. Não

Se Sim:

2. Casa de adeptos/familiares
3. Lote vago/terreno baldio
4. Área pública
5. Área externa ao terreiro/casa de propriedade do terreiro/casa e/ou do responsável
4. Outros

49. O terreiro/casa tem capacidade para estocagem de alimentos?

1. Não

Se sim:

2. Em despensa ou quarto separado
3. Em armários (com portas)
4. Em estantes
5. Outros. Qual? _____



50. Em quais ocasiões vocês fazem comida no terreiro/casa?

- 1. Não fazem comida. Por que? _____
- 2. No dia a dia 3. Nas sessões religiosas
- 4. Nas festas
- 5. Outros _____

51. Se fazem comida, para quantas pessoas em média?

No dia a dia _____ Nas sessões religiosas _____
 Nas festas _____

52. Quais os alimentos mais frequentemente consumidos nesse terreiro/casa?

- 1. Arroz 2. Feijão 3. Mandioca/Aipim/Macaxeira 4. Farinha de mandioca 5. Fubá ou farinha de milho 6. Macarrão 7. Carne bovina e suína 8. Frango 9. Caprinos (bode, cabra etc.) 10. Peixes 11. Verduras 12. Frutas 13. Outros Quais: _____

53. Existem pessoas responsáveis pela cozinha nesse terreiro/casa?

- 1. Não 2. Sim. Quantas? _____

54. Classifique por ordem de importância a origem dos recursos para aquisição de alimentos no terreiro/casa?

- 1. Renda/Salário da própria liderança (pai ou mãe de santo)
- 2. Doação (Não ler, explicar que se trata de consultas, ebós, limpezas, etc.)
- 3. Contribuição de filhos e filhas de santo
- 4. Contribuições externas (família, amigos, clientes, convidados, turistas etc.)
- 5. Comercialização (comércio anexo ao terreiro)
- 6. Aposentadoria
- 7. Outros _____

99. NS/NR

Ordem respondida: _____

55. Vocês distribuem e/ou redistribuem alimentação para comunidade em geral?

- 1. Não 2. Sim 99. NS/NR

CASO A RESPOSTA SEJA NÃO, PULAR PARA A QUESTÃO 63

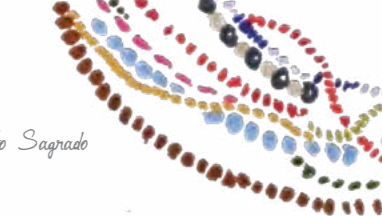
56. Se sim, marque na tabela:

- 1. Diariamente 2. Uma vez por semana 3. Duas vezes por semana 4. Três vezes por semana
- 5. Mensalmente 6. Esporadicamente 7. Outros

Tipo de comida	Frequência
Almoço	
Jantar	
Sopa	
Comida ritual	
Lanches	
Carne	
Outros. Qual: _____	

57. Para quem vocês distribuem alimentação?

- 1. Adeptos e Família de santo
- 2. Família /parentes
- 3. Comunidade do bairro
- 4. Pessoas em situação de rua
- 5. Outros: _____
- 99. NS/NR



58. Nos últimos 3 meses e pensando no público já atendido regularmente:

58 a. Os responsáveis pelo terreiro/casa tiveram preocupação de que os alimentos destinados a distribuição acabassem antes de poder comprar ou receber mais comida?

1. Não 2. Sim

58 b. Os alimentos acabaram antes que o terreiro/casa tivesse dinheiro para comprar mais comida?

1. Não 2. Sim

58 c. Alguma vez já aconteceu do terreiro/casa interromper a distribuição de alimentos (que não a da atividade religiosa) por falta de alimentos?

1. Não

Se sim:

2. Por até um mês 3. Por até dois meses
4. Por mais de dois meses 5. NS/NR

59. Seu terreiro/casa recebe doações de alimentos?

1. Não recebe doações de alimentos

Se sim:

2. No período das festas/rituais
3. No dia a dia
4. Esporadicamente
5. Mensalmente
6. Outros
9. NS/NR

60. De quem recebe as doações de alimentos?

1. Governo municipal/prefeitura
2. Governo do estado
3. Governo federal
4. Instituições não-governamentais
5. Doações individuais (consulentes, membros da casa, moradores do bairro, etc.)
6. Outros: _____

61. Seu terreiro participa dos seguintes programas?

1. Distribuição de Cestas de Alimentos do Governo Federal
2. Distribuição de Cestas Básicas (alimentos + outros itens)
3. Cozinha Comunitária
4. Programa de Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar/PAA
5. Programa de Agricultura Urbana
6. Programa Banco de Alimentos
7. Leite Fome Zero
8. Programa Cisternas
9. Outros. Quais? _____

SE PARTICIPA DA AÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL:
PERGUNTAS 68 A 75:

62. Como você avalia o programa Cesta de Alimentos com relação à?

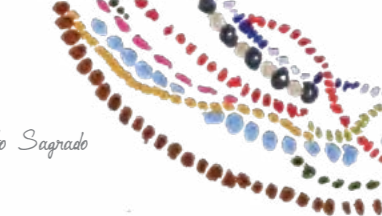
1. Ótimo 2. Bom 3. Regular 4. Ruim 5. Péssimo 6. NS/NR

68.1. Variedades dos produtos alimentícios? _____

68.2. Frequência da distribuição? _____

68.3. Qualidade dos alimentos? _____

68.4. Quantidade dos alimentos? _____



63. Qual a regularidade do recebimento da Cesta de alimentos?

1. Mensal
2. A cada 2 meses
3. A cada 4 meses
4. Irregular (sem periodicidade definida)
5. Outros _____
9. Não sabe/Não respondeu

64. Quantas cestas de alimentos chegaram na última entrega?

_____ 9999. NS/NR

65. Estas cestas de alimentos são redistribuídas?

1. Não
- Se sim:
2. Para adeptos e Família de santo
 3. Para família/parentes
 4. Para Comunidade do bairro
 5. Pessoas em situação de rua
 6. Outros. Qual? _____

66. Se sim, quem recebe?

- 1.
5. Outros. Quais: _____

67. Quantas famílias foram beneficiadas na última entrega?

_____ famílias

68. Qual(is) a(s) dificuldade(s) por ordem de importância (de 1 a 6) do terreiro/casa para fazer a (re)distribuição de alimentos, sejam eles da Cesta, doações ou comprados com recursos do terreiro/casa?

1. Falta de meios para transporte dos alimentos
 2. Quantidade recebida insuficiente
 3. Falta pessoal de apoio
 4. Falta local de estocagem
 5. Falta de embalagens para distribuição
 6. Alimento estragado
 7. Outros. _____
 8. Nenhuma
- Ordem respondida: ____ _

69. Esta dificuldade inviabiliza a (re)distribuição de alimentos?

1. Não
2. Sim
9. NS/NR

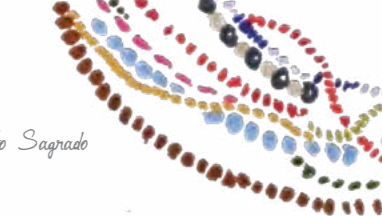
E. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA, FUNDIÁRIA E INFRAESTRUTURAL DO TERREIRO/CASA

70. Em que tipo de imóvel seu terreiro/casa está localizado?

1. Em um terreno destinado exclusivamente a atividades religiosas
2. Em uma casa/domicílio
3. Em um terreno com construções utilizadas também para fins não religiosos
4. Em um apartamento
5. Outros: _____

71. Qual a situação/regime de propriedade do terreno/imóvel onde se localiza seu terreiro/casa?

1. Próprio em nome do terreiro
2. Próprio em nome do pai/mãe de santo
3. Próprio em nome de outro(s) membro(s) da religião



4. Arrendado
5. Ocupado
6. Alugado
7. Cedido
8. Outros: _____
9. NS/NR

72. Caso o terreno seja próprio, ele foi quitado?

1. Sim
2. Não
9. NS/NR

73. Qual o tipo de documentação esse terreno/imóvel possui?

1. Escritura registrada
2. Escritura não registrada
3. Escritura de doação
4. Contrato de compra e venda
5. Recibo
6. Concessão/Permissão de uso
7. Outra documentação: _____
8. Sem documentação
9. NS/NR

74. Existe algum conflito acerca da propriedade de seu terreno ou do imóvel do terreiro/casa?

1. Não
- Se sim:
2. Espólio
 3. Posse
 4. Remoção por parte do Estado/Deslocamento compulsório
 5. Outros. Qual? _____

75. Quais são as taxas/impostos cobrados do imóvel do terreiro/casa?

1. IPTU
2. ITR
3. Taxa de Incêndio
4. Laudêmio
5. Outros _____ 82.6 NS/NR

76. Aproximadamente, qual o tamanho da área total do terreno/imóvel do terreiro/casa (m²)?

1. Até 100
2. 100 a 300
3. 300 a 500
4. 500 a 1000
5. 1000 a 2000
6. NS/NR

77. Qual o tamanho da área construída do terreno (m²)?

1. Até 50
2. 51 a 100
3. 101 a 200
4. Acima de 200
5. NS/NR

78. Qual o número de cômodos destinados a fins religiosos que seu terreiro possui (banheiro e varanda não contam)?

_____ cômodos 99. NS/NR

79. Qual a principal fonte de abastecimento de água do terreno onde o terreiro/casa se situa?

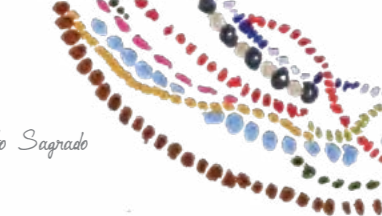
1. Rede geral de água
2. Poço ou nascente no mesmo terreno
3. Poço ou nascente fora do terreno
4. Bica pública
5. Carro pipa
6. Cisterna
7. Outras

80. Com que frequência este abastecimento ocorre?

1. Atendimento regular (Diariamente)
2. Atendimento Irregular

81. Qual o principal destino do esgoto gerado no terreno onde o terreiro/casa se situa?

1. Rede coletora de esgoto
2. Fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto (fossa que passa por um processo de tratamento ou decantação)
3. Fossa séptica não ligada a rede coletora de esgoto
4. Fossa rudimentar
5. Vala
6. Direto para rio, lago ou mar
7. Outro tipo
8. Não tem



82. O terreiro/casa possui:

1. Rede elétrica 2. Telefone fixo 3. Acesso à internet

83. Qual o material que predomina na construção do terreiro/casa?

1. Alvenaria 2. Madeira aparelhada 3. Taipa não revestida 4. Madeira aproveitada 5. Palha
6. Outro material, especificar: _____

84. Qual é o material predominante na cobertura (telhado) do terreiro/casa?

1. Telha de cerâmica 2. Laje 3. Madeira aparelhada
4. Telha de zinco 5. Telha de amianto
6. Madeira aproveitada 7. Palha
7. Outro material (especificar): _____

85. Quantos banheiros existem no terreiro/casa?

_____ banheiros. 99. NS/NR

86. Qual a principal forma de tratamento de água de beber utilizada no terreiro/casa?

1. Filtrada 2. Fervida 3. Mineral 4. Sem tratamento

87. Você considera que seu terreiro/casa tem infraestrutura suficiente para a realização das atividades rituais, em termos de:

1. Área construída e espaço 1. Não 2. Sim
2. Disponibilidade de recursos naturais 1. Não 2. Sim
3. Outros. Quais? _____

88. Pode-se verificar a presença dos seguintes recursos naturais no terreno do terreiro/casa?

1. Matas/reservas/área de proteção ambiental?
1. Não 2. Sim
2. Nascentes 1. Não 2. Sim
3. Cachoeiras 1. Não 2. Sim
4. Rios ou córregos 1. Não 2. Sim
5. Outros recursos naturais . Quais? _____

89. Pode-se verificar a presença dos seguintes recursos naturais no entorno ou proximidades do terreiro/casa?

1. Matas/reservas/área de proteção ambiental? 1. Não 2. Sim
2. Nascentes 1. Não 2. Sim
3. Cachoeiras 1. Não 2. Sim
4. Rios ou córregos 1. Não 2. Sim
5. Outros recursos naturais . Quais?

90. Existe algum espaço no terreiro/casa utilizado para fins de complementação de renda?

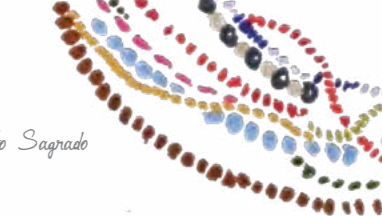
1. Não 2. Sim. Qual(is) atividade é desenvolvida? _____

F. CARACTERIZAÇÃO LEGAL DO TERREIRO/CASA

91. Seu terreiro/casa é registrado em cartório?

1. Não 2. Sim

(CASO NÃO SEJA, VÁ PARA A QUESTÃO 102)



92. Em qual razão social/pessoa jurídica está registrado?

93. Número do registro/CNPJ

94. Qual o ano de registro?

95. Seu terreiro/casa é associado a alguma instituição representativa?

1. Não
2. Sim. Federação/associação/união (âmbito religioso)

Qual? _____

3. Sim. Entidades dos Movimentos Negros (âmbito político) Qual? _____

3. Outros. Qual? _____

96. O seu terreiro/casa tem título de utilidade pública?

1. Não
2. Sim (CASO NÃO TENHA, VÁ PARA A QUESTÃO 107)

97. Se sim, desde quando?

98. O terreiro/casa tem isenção de que contas/impostos em decorrência da utilidade pública?

1. Não
2. Sim

99. Existe algum trabalho de divulgação do terreiro/casa?

1. Não

Se sim:

2. Através de *site/blog*

3. Através de jornal

4. Através de grupos culturais. Quais? _____

5. Outros. Quais? _____

G. INFORMAÇÕES SOBRE O ENTORNO (BAIRRO)

100. Como se dá a acessibilidade ao terreiro/casa?

a) A rua em que o terreiro/casa se localiza é asfaltada/pavimentada? 1. Não 2. Sim

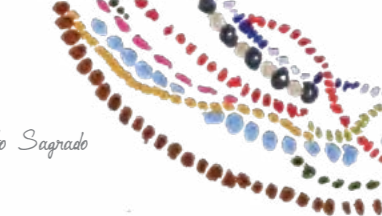
b) Há acessibilidade para pessoa com dificuldade de locomoção? 1. Não 2. Sim

c) Há transporte público disponível a no máximo 500 m (3 quadras) da localização do terreiro/casa?

1. Não 2. Sim

101. Você saberia dizer quais equipamentos públicos existem no entorno (1 km) do terreiro/casa?

1. Unidade do Programa de Saúde da Família/Posto de Saúde
2. Hospital
3. Escola Pública
4. Centro de Referência de Assistência Social/CRAS
5. Centro de Referência Especializado de Assistência Social/CREAS
6. Praça pública
7. Parque
8. Centro Cultural
9. Biblioteca
10. Maternidade



- 11. Ginásio Poliesportivo
- 12. Quadra poliesportiva/quadra de esportes
- 13. Nenhum
- 14. NS/NR

102. Existem equipamentos de Segurança Alimentar/Nutricional no entorno (1 km) do terreiro/casa?

- 1. Restaurante Popular 2. Cozinha Comunitária
- 3. Banco de Alimentos 4. Feiras Livres 5. Nenhum
- 6. NS/NR

103. Como você considera a comunidade de entorno ao seu terreiro/casa em termos socioeconômicos (Onde 1 é muito pobre e 10 é muito rico):

1
 2
 3
 4
 5
 6
 7
 8
 9
 10

104. Como você considera sua comunidade de entorno ao seu terreiro/casa em termos de segurança/violência urbana (Onde 1 é muito violenta e 10 é pouco violenta):

1
 2
 3
 4
 5
 6
 7
 8
 9
 10

105. Como você considera sua comunidade de entorno (1 km) ao seu terreiro/casa em termos de acesso a alimentação (Onde 1 é pouco acessível e 10 é muito acessível)?

1
 2
 3
 4
 5
 6
 7
 8
 9
 10

106. Quais das atividades comunitárias abaixo seu terreiro/casa desenvolve?

- 1. Cadastramento para programas de governo federal
- 2. Cadastramento para programas de governo estadual
- 3. Cadastramento para programas de governo municipal
- 4. Reuniões culturais

- 5. Programas na área de saúde
- 6. Reunião de associações comunitárias
- 7. Cursos profissionalizantes
- 8. Creches
- 9. Escola (ensino fundamental)
- 10. Escola (ensino médio)
- 11. Pré-vestibular
- 12. Educação de jovens e adultos (EJA)
- 13. Nenhuma destas
- 14. Outros. Quais? _____

107. Você utiliza outros espaços, externos ao terreiro, públicos ou não, para fins religiosos?

- 1. Não 2. Sim. Quais?
- 2.1 Rua 2.2 Encruzilhada 2.3 Matas
- 2.4 Cachoeiras
- 2.5 Praia 2.6 Rio

108. Seu terreiro/casa enfrenta algum tipo de conflito com o entorno?

- 1. Não 2. Sim

109. O Sr.(a) já foi vítima de alguma dessas intolerâncias/preconceito em seu bairro?

- 1. Racismo/preconceito étnico-racial
- 2. Intolerância religiosa praticada por católicos
- 3. Intolerância religiosa praticada por evangélicos
- 4. Intolerância religiosa praticada por neopentecostais
- 5. Intolerância religiosa praticada por outras religiões
- 6. Incômodo sonoro/lei do silêncio
- 7. Perseguição policial
- 8. Por utilização de espaços públicos tais como: ruas, recursos naturais
- 9. Homofobia



10. Outros. Qual? _____

[Espaço para registrar outras informações e ou/sugestões mencionadas na entrevista que não foram registradas nos campos anteriores]

[Espaço para anotar contatos de terreiros/casas nas proximidades do pesquisado e filhos de santo com casa aberta]

Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros

Equipe de acompanhamento da pesquisa – Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional

Luana Lazzeri Arantes

Rubens Carlos Palacios Soria

Colaboradores

Iara Monteiro Attuch

Marco Aurélio Loureiro

Maria Cecília Manzoli Turatti

Nilo Nogueira

Tais Diniz Garone

Equipe de acompanhamento da pesquisa – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Junia Valéria Quiroga da Cunha

Alexandro Rodrigues Pinto

Júlio César Borges

Execução

Associação Filmes de Quintal

Coordenador Geral

Marcelo de Andrade Vilarino

Região Metropolitana de Belém

Coordenação

Junia Torres

Supervisão

Virgínia Lunalva Miranda de Sousa Almeida – Mãe Nalva de Oxum

Assistentes de Coordenação

Irislane Pereira de Moraes

Emmerson de Oliveira

Pesquisadores

Alfredo Aurélio Benevides Neto

Armando Durval Soares de Brito Neto

Edson Douglas Dias da Silva

Eduarda Romelia Trindade de Souza

Elizabeth Leite Pantoja

Kate Wayne Wasques e Silva Santos

Kátia Andrade de Hadad

Katia Jurema Freitas de Souza

Luciano Canosa Teixeira

Luís Alberto de Lima Martins

Luiz Alberto Saraiva Silva

Maria de Nazaré Costa da Cruz

Mário Cristovão Ferreira

Mohara Fagundes Ferreira e Pereira

Natalia Abdul Khalek Mendonça

Rogério Silva Cabral

Ruthneia de Oliveira Teixeira

Simone do Socorro Miranda Mendes

Comissão de Acompanhamento da Pesquisa em Belém

Pai Luís Tayandô (Associação Cultural Afrobrasileira de Oxaguiã Acaoã)

Mametu Nangetu (Instituto Nangetu)

Mãe Vanda Lúcia dos Santos Soares

Fábio Martins (INTECAB)

Pai Gilmar Maurício da Silva Conceição

Marilu Campelo (Antropóloga profa UFPA e afro-religiosa)

Domingos Conceição (Coordenador da Ceppir-PA)

Geraldo Dumonte (Pres. Consea Estadual)

Sandra Fonseca (Professora pesquisadora UFPA)

Yalorixá Jokolosy (ARFUOJY)

Região Metropolitana de Belo Horizonte

Coordenação

Lara Cyreno

Marcelo Vilarino

Supervisão

Roselane Andrea da Silva

Pesquisadores

Ana Paula Lessa Belone

Ana Tereza Dutra Pena de Faria

André Luiz Rodrigues

Aline Magda Teixeira

Anderson Feliciano da Silva

Edilene Aparecida Rocha

Gilton Carneiro

Kely de Oliveira

Maria Clara Monteiro Vieira Maciel

Marcos Adelino Ferreira

Pedro Gondim Davis

Rodrigo Fernandes Nogueira

Warley Bruno Moreira Gonçalves

Comissão de Acompanhamento da pesquisa em Belo Horizonte

Federação de Candomblé e Umbanda do Estado de Minas Gerais

Federação das Religiões de Matriz Africana de Santa Luzia - FREMA

Henrique de Oxalá

Paulo Afonso Moreira

Mãe Nilsia D´Oxum

Doné Sandra de Vodun Jô

Huntó Aldair de Otolu

Mãe Rita Oiassimbelecy

Tat´etu Arabomi

Babalorixá Gilton

Susan Diniz

Joaquim Goes Cupertino

Isabel Cupertino

Graça Sabóia (Coordenadoria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra - COMACON/PBH)

Região Metropolitana de Porto Alegre

Coordenação

Marcelo Vilarino

Cecília Mendonça

Supervisão

Kelly Silva Moraes

Pesquisadores

André de Jesus

Carmem Oliveira

Carolina N. Santos

Cláudia Freitas

Elba Gamino da Silva

Geraldino Canhanga

Hendrix Silveira

Iris Silva

Joaquim Quintas

Jorge A. Quiroga

Luciano B. Horn

Luíza Flores

Maria Aparecida Graziela Silva

Maria de Fátima Buratto

Maria de Fátima Rodrigues

Milena Pereira Cassal

Paulo Ricardo Rodrigues

Renata Pittas Giorgio

Renata Mathias de Moura

Tatiana R. da Silva

Vanessa R. da Silva

Vera Regina dos Santos

Comissão de Acompanhamento da pesquisa em Porto Alegre

Richard - Rede Mocambo/RS

Lise Ferreira - CODENE

Movimento Negro/PMDB

Pai Clovis de Souza/CEUCAB

FORMA - Sra. Vera Soares e equipe

ASSOBECATY

Secretaria Diversidade – Canoas – Pai Neco

Reginette Bispo - Comissão de Cidadania da Assemb. Legislativa/RS

CEDRAB - Maria Cristina - Mãe Norinha - Mãe Angélica

Silvana Fotógrafa - Jornal Grande Axé

Rede Mulheres Negras - UFRGS

Pai Nilson - Federação Africanista de Alvorada

Mãe Beth - Eldorado do Sul

Mãe Maria de Fátima - Gravataí

Mestre Zumba Toledo - Canoas/RS

CONSEA

MINC - RRSUL

UNEGRO

EGBÉ

FORMA - Alvorada/RS

Jauri Machado - Sec. Cultura de Esteio

Marcia Fernandes - DIMPPIR - Esteio

Adiles Almada - P. Mun. Esteio

Pai Washington de Oxalá - Viamão

Eva Terezinha – NEABI - UNISINOS

Pai Zeca de Oxalá - Africaxé/Gravataí

Baba Diba de Yemanjá

Região Metropolitana de Recife

Coordenação

Rafael Barros Gomes

Supervisão

Jayro Pereira de Jesus

Assistentes de Coordenação

Alice Herculano

Ivo Sabino Cirne

Pesquisadores

Alex Ferreira de Oliveira

Alexandre Alberto Santos de Oliveira

Anderson Kleyton Batista de Menezes

Antônio Ricardo Herculano da Silva

Douglas Santos da Silva

Emmanuel Bastos de Magalhães Lopes

Jaciara Maria de Medeiros Pessoa

João Vitor de Oliveira Santos

Juliana Barbosa da Silva

Juvenal Santos Gomes Júnior

Laila Lima de Santana

Luiz Carlos de Andrade

Maria de Lourdes de Azevedo

Maria Tereza Oliveira do Nascimento

Michelle Gonçalves Rodrigues

Renata do Amaral Mesquita

Rodrigo César de Araújo Dantas

Surama Maria Viana Lins

Surama dos Reis

Comissão de Acompanhamento da pesquisa em Recife

Marcelo Jefferson (Coordenadoria de Negros e Negras / Secretaria Especial de Segurança Cidadã e Direitos Humanos da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes)

Eroilton Pereira dos Santos (Coordenadoria de Negros e Negras / Prefeitura de Municipal de Olinda)

Alexandre Dias – Afro-Educação – São Lourenço da Mata

Jeanne Silva (Fundação Municipal de Cultura de Camaragibe)

Marisa de Almeida Macedo / Iyalorixá Marisa de Xangô (Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Paulista)

Rosilene Rodrigues dos Santos (Diretoria da Igualdade Racial da Secretaria Municipal de direitos Humanos e Segurança Cidadã de Recife)

Luiz Ramos de Souza – Luiz de Xangô Ogodó (CEPIR – Comitê Estadual de Promoção da Igualdade Étnico Racial / Governo do Estado de Pernambuco)

Major Verônica Maria da Silva (GT Racismo da Polícia Militar do Estado de Pernambuco)

Joana Maria da Silva Vieira / Mãe Jane de Egunitá - (Rede Nacional de Saúde da População Negra)

Manoel do Nascimento Costa / Manoel Papai (Sítio do Pai Adão/ABYCABEPE- Associação e Brasileira de Yalorixás e Babalorixás do Estado de Pernambuco)

Edcleia Maria Santos da Silva (Uiala Mukaji – Sociedade das Mulheres Negras de Pernambuco)

Brivaldo Pereira Costa / Pai de Xangô (SOCIAFRO – Sociedade Cultural, Social e Religiosa de Matriz Africana e Afro-brasileira de Pernambuco)

Vera Regina Baroni (Rede de Mulheres de Terreiro)

Arnaldo Filho (MNU / Movimento Negro Unificado)

Babalorixá Antonio Guido de Oxum (INTECAB-PE – Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira)

Adeildo Paraíso da Silva / Pai Ivo - (Quilombo Urbano do Portão do Gelo – Casa Xambá)

Marcos Pereira (GRAC e Caminhada dos Povos de Terreiro de Pernambuco)

João Amaro Monteiro (QCM - Quilombo Cultural Maluguinho)

Karla Geanne (Rede de Juventude de Terreiros)

“Tudo começa e acaba com comida, tudo começa e acaba com cânticos, porque para nós aqui os cânticos são primordiais, a gente canta para morrer, canta para nascer, canta para acordar de manhã, canta para dormir, tudo é cantado no candomblé (...) então essa é uma importância muito grande para nós, da alimentação, de alimentar, de preparar essa comida, de comungar com essa comida, de distribuir essa comida para a comunidade.”

Tat’etu Arabomi